

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CENTRAL – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

IGOR LUIS RIBEIRO TEODORICO

**ENTRE A FARDA E A BÍBLIA: O CONSERVADORISMO NAS ESCOLAS
MILITARIZADAS DE GOIÁS**

**ANAPÓLIS-GO
2025**

IGOR LUIS RIBEIRO TEODORICO

**ENTRE A FARDA E A BÍBLIA: O CONSERVADORISMO NAS ESCOLAS
MILITARIZADAS DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologia

Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lionel Quiroga

**ANAPÓLIS-GO
2025**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Igor Luis Ribeiro Teodorico

E-mail: igor.teodorico@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Entre a Farda e a Bíblia: O Conservadorismo nas Escolas Militarizadas de Goiás.

(x) Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – PPG/IELT

Concorda com a liberação documento?

☒ SIM

☐ NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Goiânia, 17 de setembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **IGOR LUIS RIBEIRO TEODORICO**
Data: 17/09/2025 14:57:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor / autora

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO LIONEL QUIROGA**
Data: 17/09/2025 15:17:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador / orientadora

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de catalogação na publicação

T314e Entre a farda e a bíblia: o conservadorismo nas escolas militarizadas de Goiás [manuscrito] / Igor Luis Ribeiro Teodorico. - . Anápolis, GO: UEG, 2025. 154f: il.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias.
Orientador: Dr. Fernando Lionel Quiroga

1. Militarização. 2. Igreja Universal do Reino de Deus. 3. Conservadorismo. 4. Folha Universal. I. Fernando Lionel Quiroga. II. Título.

CDD 379.81

IGOR LUIS RIBEIRO TEODORICO

**ENTRE A FARDA E A BÍBLIA: O CONSERVADORISMO NAS ESCOLAS
MILITARIZADAS DE GOIÁS**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás PPG/IELT/UEG, em 27 de agosto de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Lionel Quiroga - Orientador (Universidade Estadual de Goiás / UEG)

Profa. Dra. Veralucia Pinheiro - Membro Interno (Universidade Estadual de Goiás/ UEG)

Profa. Dra. Erlando da Silva Rêses - Membro Externo (Universidade de Brasília – UnB)

ANÁPOLIS-GO, 27 de agosto de 2025

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Vânia e Arnaldo (eterno em minhas memórias) e meus irmãos, que, mesmo nos momentos de dificuldades, nunca se afastaram em seu amor e incentivo para que vivêssemos dias melhores;

À Renata, minha companheira - água da minha sede, por todo carinho e acolhimento compartilhados, que me fazem ter a certeza de que és o meu amor;

Ao Yago Monteiro Fidélis, policial militar e meu amigo, que, movido pelo amor à profissão, foi covardemente arrancado deste plano por um colega de farda, mas permanece inesquecível em minha memória. Yago, sempre presente;

Aos camaradas da “Equipe da Favela” (Batata, Rafael, Bruno, Paulo e Edson) que me lembram constantemente de onde vim e onde sou feliz, minhas verdadeiras raízes;

Aos camaradas da “Esquerda Etilica”, grupo coeso e brigador! A oposição sempre vencida. Que o trabalho nunca nos supere

Por fim, dedico este trabalho à educação pública, pilar fundamental para a transformação social; a todos os defensores da democracia, que batalham pela ampliação dos direitos e da cidadania; e àqueles que acreditam na justiça social como caminho para uma sociedade mais igualitária e solidária;

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, que, com o passar do tempo, tornou-se um grande amigo. Agradeço profundamente por suas valiosas contribuições, Fernando;

Aos colegas da turma 12 do PPG-IELT, especialmente Bia e Rafa;

Aos membros avaliadores deste trabalho, Professora Vera e Professor Erlando;

Ao Professor Ged Guimarães, pelas valiosas contribuições para a construção deste trabalho;

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que me concedeu licença para a realização deste trabalho, possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa com dedicação e foco.

*“Nada é mais político do que dizer que religião não tem
nada a ver com política.”*

Desmond Tutu

RESUMO

Teodorico, Igor Luis Ribeiro. **Entre a Farda e Bíblia: O Conservadorismo nas Escolas Militarizadas de Goiás.** 2025. 160 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO, 2025

Investiga a interseção entre a militarização das escolas públicas civis e a expansão das igrejas neopentecostais no Brasil. O foco recai sobre os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) e a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Adota-se uma abordagem qualitativa baseada em análise documental e crítica, fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade, com ênfase nos conceitos de indústria cultural, racionalidade instrumental e dominação simbólica, segundo Theodor Adorno e Max Horkheimer. A metodologia compreende a análise de seis reportagens do folhetim Folha Universal, veículo oficial da IURD, e o estudo histórico da relação entre religião e militarismo no Brasil, desde o período colonial até o contexto contemporâneo. A presença da IURD nos CEPMG constitui uma articulação complexa entre religião, educação e segurança pública, cuja ideologia promove um disciplinamento moral e político que reforça valores conservadores, autoridade e obediência. O discurso de neutralidade religiosa, adotado pelo programa Universal nas Forças Policiais (UFP), legitima a presença da igreja em instituições públicas, enquanto a Folha Universal divulga uma moral cristã conservadora alinhada à agenda da extrema-direita. Além disso, a militarização escolar, combinada ao fortalecimento neopentecostal, atua como mecanismo de controle social, ofertando estabilidade simbólica em contextos de vulnerabilidade, mas restringindo liberdades e padronizando comportamentos. Conclui-se que essa confluência entre religião e militarização na educação pública configura uma pauta política conservadora que desafia os princípios democráticos e pedagógicos da escola pública, instaurando uma gestão autoritária baseada em disciplina, hierarquia e homogeneização das subjetividades. O estudo ressalta a importância da reflexão crítica sobre os impactos sociais e educacionais desse fenômeno, especialmente no que tange à formação cidadã e à reprodução das desigualdades.

Palavras-chave: Militarização; Igreja Universal do Reino de Deus; Conservadorismo; Folha Universal.

ABSTRACT

Teodorico, Igor Luis Ribeiro. **Between the Uniform and the Bible: Conservatism in Militarized Schools in Goiás**. 2025. 130 pages. Master's Dissertation in Education, Language and Technologies, State University of Goiás – UEG, Anápolis-GO, 2025.

It investigates the intersection between the militarization of public civilian schools and the expansion of “*neopentecostal*” churches in Brazil. The focus is on the State Military Police Schools of Goiás (CEPMG) and the activities of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD). The study adopts a qualitative approach based on documentary and critical analysis, grounded in Critical Theory of Society, emphasizing the concepts of culture industry, instrumental rationality, and symbolic domination as developed by Theodor Adorno and Max Horkheimer. The methodology includes the analysis of six reports from Folha Universal, the official IURD publication, and a historical study of the relationship between religion and militarism in Brazil from the colonial period to the contemporary context. The presence of the IURD in the CEPMG constitutes a complex articulation among religion, education, and public security, whose ideology promotes moral and political discipline reinforcing conservative values, authority, and obedience. The discourse of religious neutrality, adopted by the Universal in the Police Forces program (UFP), legitimizes the church’s presence in public institutions, while Folha Universal disseminates a conservative Christian morality aligned with the far-right agenda. Moreover, school militarization, combined with the “*neopentecostal*” strengthening, acts as a mechanism of social control, offering symbolic stability in vulnerable contexts but restricting freedoms and standardizing behaviors. It is concluded that this confluence between religion and militarization in public education configures a conservative political agenda that challenges the democratic and pedagogical principles of public schooling, establishing an authoritarian management based on discipline, hierarchy, and homogenization of subjectivities. The study highlights the importance of critical reflection on the social and educational impacts of this phenomenon, especially regarding civic formation and the reproduction of inequalities.

Keywords: Militarization; Universal Church of the Kingdom of God; Conservatism; Folha Universal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro de Referência das Reportagens.....	24
Tabela 2 - Quadro de Referência Conceitual.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEPMG	Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFP	Universal nas Forças Policiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
OBJETIVO GERAL	17
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
PROBLEMA.....	18
SEÇÃO I – Análise das reportagens da Folha Universal.....	19
CAPÍTULO 1 - BOM CONSELHO: OS DISCURSOS POLÍTICOS DA FOLHA UNIVERSAL SOB A ÓTICA DA TEORIA CRÍTICA.....	20
1.1 - O Estado é Laico, o voto não!.....	30
1.2 - 5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda	34
1.3 - Apropriação Indébita nas escolas e universidades.	40
1.4 - Nazismo e Comunismo: Duas faces da mesma moeda.....	43
1.5 – As propostas da esquerda para as famílias	46
1.6 – Nós vamos transexualizar o seu bebê.	48
SEÇÃO II – Entre Fardas e Fé: A Arqueologia da Aliança entre Militarização e Religião no Brasil	52
CAPÍTULO 1 – CÁLICE: RELIGIÃO E MILITARES NO BRASIL – DA COLONIZAÇÃO AO EMBRIÃO PROTESTANTE BRASILEIRO.....	53
1.1 Roda Viva: A Igreja, os Militares e o Poder nas Políticas Educacionais do Brasil Império	63
1.2 - Vai Passar: O Processo de Secularização e a Igreja na Primeira República	71
1.3 Construção: A Revolução de 30 e as Raízes (Neo)Pentecostais	76
1.4 Desalento: A Ação Integralista Brasileira e a Gênese de “Deus, Pátria e Família”	81
1.5 O Que Será: Os Cidadãos de Bem e o Golpe Militar de 1964.....	85
SEÇÃO III - Neopentecostalismo e Militarização das escolas públicas: A Confluência Conservadora no Solo Goiano.....	97
CAPÍTULO 1 – TANGO DO COVIL: NEOPENTECOSTALISMO, A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E O ALVORECER DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO	98
1.2 Geni e o Zepelim: Folha Universal e Universal nas Forças Policiais – A Igreja como Dominação Cultural e Estratégia de Controle Social.....	108
1.3 – Meu Caro Amigo: O Programa dos Colégios da Polícia Militar em Goiás – Origens e Justificativas.	114
1.4 Partido Alto: A Negação da Escola Pública, a Retórica da Disciplina e os Discursos Morais como Ferramentas de Dominação	123
CONCLUSÃO	134
FONTES.....	136
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS.....	141

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma investigação sobre dois campos que ganharam destaque após a eleição de Jair Messias Bolsonaro: a militarização das escolas públicas civis e o aumento vertiginoso das igrejas neopentecostais no país. Ambos possuem repercussões significativas tanto no campo da Educação quanto na Sociologia e nas Ciências da Religião. O principal objeto deste estudo é analisar a intersecção desses dois movimentos e como eles dialogam e se alinham para a construção da agenda política da extrema-direita a partir da militarização das escolas públicas civis e do interesse de agentes neopentecostais nessas instituições. Portanto, pode-se dizer que este trabalho aborda três campos socioculturais: o escolar, o militar e o religioso, percorrendo assim diversos aspectos sociais que se põem enquanto projetos políticos.

A adesão às escolas militarizadas também se apoia na percepção social de que esses colégios oferecem resultados acadêmicos superiores e ambientes mais seguros em comparação às escolas públicas tradicionais. Tal reputação confere respaldo político ao modelo, reforçando a ideia de que a disciplina rígida e a hierarquia são eficazes para reduzir a violência escolar e melhorar o desempenho dos estudantes. Essa narrativa, amplamente divulgada por meios de comunicação, legitimando a expansão das escolas militarizadas. Em estudo recente, Santos, Alves e Reis (2025) discutem como o discurso do jornal de maior circulação do estado de Goiás mobiliza adesões favoráveis a educação militarizada, afirmam que:

cabe assinalar que o quadro de apoio a esse tipo de projeto é bastante condizente com o atual momento político, social e econômico brasileiro e goiano, marcado por uma ascensão do conservadorismo e retrocesso de direitos sociais adquiridos” (Santos et al., 2023, p. 6)

O conservadorismo revela-se multifacetado e se consolida como uma estratégia educacional preferencial, mesmo frente às críticas relativas à restrição de direitos e à homogeneização dos sujeitos. Dessa forma, a militarização escolar é valorizada como uma resposta simbólica às demandas por ordem e também como um modelo pedagógico eficaz, cuja aparente efetividade fortalece sua legitimidade social e política. A expansão conservadora revela laços estreitos com setores (neo)pentecostais, a própria mídia e seus profissionais, que atuam em conjunto para

promover narrativas favoráveis à disciplina rígida, à autoridade hierárquica e à moral cristã conservadora. Nesse processo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) desempenha papel fundamental ao atuar como agente difusor dessa agenda conservadora, utilizando seus meios de comunicação e programas religiosos para fortalecer a aceitação social da militarização escolar e promover valores alinhados à disciplina, à obediência e à moral cristã conservadora.

Este estudo propõe aprofundar a compreensão dos desafios impostos pelo avanço conservador nos Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás (CEPMG), com ênfase na atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) nesses ambientes. Para compreender o escopo teológico, ideológico e político que sustenta a presença dessa denominação neopentecostal nas instituições educacionais, torna-se imprescindível examinar dois instrumentos de difusão simbólica

Assim como a Igreja Universal do Reino de Deus se fortaleceu em contextos marcados por desemprego, crise econômica, conflitos familiares e aumento da violência, a defesa da escola militarizada também encontra respaldo em cenários de instabilidade social, sobretudo nas periferias urbanas. Para muitos defensores desse modelo, a disciplina imposta, a hierarquia e a presença ostensiva da autoridade representam respostas diretas aos mesmos fatores que impulsionaram a expansão da IURD: medo da desordem, insegurança quanto ao futuro e descrédito nas instituições civis. A militarização da escola, nesse sentido, é vista como um instrumento de contenção da crise social, promovendo não apenas uma suposta melhora no rendimento acadêmico, mas, sobretudo, uma sensação de controle e pertencimento diante de um cotidiano marcado pela vulnerabilidade. Trata-se, portanto, de uma proposta que, assim como a religião neopentecostal, oferece um horizonte de estabilidade simbólica e de reintegração social, mesmo que às custas da restrição de liberdades e da padronização comportamental. Portanto, de uma maneira geral:

percebe-se as questões de segurança, economia, saúde e ascensão social são trabalhadas com base no ideal das classes populares ou da classe média em decadência, sob a influência maciça dos meios de comunicação onde o ideal das massas tem sido dirigido para a ampliação do consumismo exacerbado. (Rodrigues, 2003, p.27)

Tendo em vista as aspirações comuns entre os CEPMG's e a IURD revela-se uma articulação sofisticada entre religião, segurança e educação, marcada por uma lógica de disciplinamento moral e controle ideológico. Esse fenômeno não ocorre de forma isolada, mas está sustentado por dispositivos comunicacionais, ideológicos e profissionais que reforçam sua penetração nas estruturas do Estado. O programa Universal nas Forças Policiais - UFP atua como instrumento de capilarização dessa ideologia¹ no interior das corporações e das escolas militarizadas, conformando subjetividades que associam fé, autoridade e ordem como elementos indissociáveis, ou seja, há um braço evangelístico da IURD que atua de forma de prestação de assistência religiosa não somente aos profissionais da segurança pública de Goiás, mas também a estudantes matriculados nos CEPMG's².

Diante desse panorama, torna-se essencial demarcar quais são, de fato, as motivações que orientam a inserção da IURD em espaços de prestação de serviço público. Para tanto, é necessário articular essa análise com outro objeto deste estudo: o folhetim semanal da IURD, intitulado Folha Universal. É por meio desse veículo que se evidencia, de maneira mais explícita, a intencionalidade política da atuação da IURD, marcada por um conteúdo profundamente ideológico. A retórica da neutralidade religiosa, constantemente reiterada pelos integrantes do programa Universal nas Forças Policiais (UFP), atua como uma estratégia de legitimação da presença da igreja em instituições públicas — como os CEPMG's,

No entanto, o conteúdo veiculado nas publicações da Folha Universal, importante veículo de comunicação da IURD, revela a promoção sistemática de uma moral cristã conservadora, que articula, de modo indissociável, os valores da fé, da segurança pública e da obediência à autoridade. A linguagem acessível e emocional utilizada nas matérias mascara um projeto de formação de subjetividades alinhadas a princípios normativos específicos, promovendo, na prática, uma espécie de

¹ Em Marx, a ideologia aparece como consciência invertida que encobre contradições sociais reais, conservando sempre um sentido crítico e negativo. Nos marxistas posteriores, porém, o termo ganha acepções mais amplas: em Lenin e Lukács, torna-se consciência de classe (também proletária), em Gramsci, instrumento de hegemonia, e em Althusser, representação imaginária que interpela os indivíduos e assegura coesão social; e, em Adorno e Horkheimer, mecanismo da indústria cultural que naturaliza a dominação e impede a emancipação crítica.

² No Anexo I desta pesquisa constam as imagens retiradas da página oficial do programa Universal nas Forças Policiais cujo o trabalho é a evangelização de estudantes.

“catequese institucional” no interior do espaço escolar e policial. Assim, o discurso da neutralidade revela-se funcional à racionalidade instrumental, uma vez que recobre de espiritualidade aquilo que, em essência, configura-se como uma operação de doutrinação ideológica, sustentada pela estética da assistência e da proteção divina.

Portanto, a fim de identificar, do ponto de vista ideológico, as posições defendidas pela IURD e, por consequência, os fundamentos que orientam a atuação dos agentes do programa Universal nas Forças Policiais (UFP) nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás, a primeira seção deste trabalho dedica-se à análise de seis reportagens veiculadas pela Folha Universal.

A análise das reportagens fundamenta-se nos pressupostos da Teoria Crítica, com ênfase nas contribuições de Theodor Adorno e Max Horkheimer, cujas reflexões evidenciam as formas sutis de reprodução da dominação social. Com base nesse referencial, busca-se compreender como os discursos religiosos veiculados pelas reportagens se articulam aos conceitos de indústria cultural, racionalidade instrumental, semiformação, autoritarismo e massificação, convertendo a fé em um poderoso mecanismo de controle e conformismo. Essa dinâmica é pertinente ao contexto das escolas militarizadas, nas quais práticas de disciplinamento e padronização, historicamente associadas à doutrina militar, são agora reforçadas e legitimadas pela retórica religiosa, concretizando, em termos empíricos, os conceitos centrais da Teoria Crítica.

A análise documental recai sobre o folhetim Folha Universal — atualmente o jornal de maior circulação e tiragem do país. A base teórica adotada oferece uma abordagem crítica para compreender a influência dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea, especialmente a partir da teoria da cultura de massa. Segundo os autores, a indústria cultural, que engloba jornais, televisão e redes sociais — transforma a cultura em mercadoria, tornando os sujeitos acríticos e moldando comportamentos coletivos com vistas à manutenção do status quo.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como esses meios de comunicação influenciam a agenda educacional e política, e qual é a extensão de seu papel na promoção da militarização do espaço escolar. Mais do que evidenciar uma colaboração ou solidariedade explícita entre instituições religiosas e militares, importa

analisar os mecanismos sutis de influência e manipulação que reforçam essa agenda e moldam, de forma ideológica, as percepções e práticas no cotidiano das escolas.

A segunda seção deste trabalho se propõe a resgatar a arqueologia da fusão entre a patente militar e a religiosidade — um movimento presente desde o processo colonizador do Brasil, examinando as origens da aliança histórica entre a doutrina militar e a fé religiosa. A análise discute como a Igreja (inicialmente a Católica) e as forças militares se sustentaram mutuamente ao longo desse período histórico e como essa aliança moldou o desenvolvimento político e social do país. Percebe-se, nesse contexto, a influência da religião e do militarismo nas estruturas de poder vigentes. O objetivo desta seção é desvendar as intersecções entre fé e força armada, destacando o papel que essas instituições desempenharam, até então, na consolidação do Estado brasileiro, bem como as consequências dessa aliança para a formação da identidade nacional.

É nesta seção que observamos o alvorecer do neopentecostalismo, dando continuidade à análise histórica da relação entre religião e forças militares, agora a partir da Revolução de 1930. O foco recai, de forma mais detalhada, sobre o surgimento, a ascensão e a popularização da corrente protestante neopentecostal, destacando como essa vertente religiosa ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente em contextos urbanos e periféricos. O capítulo explora a crescente influência política dos neopentecostais, que, ao constituírem grandes bases eleitorais, passaram a ocupar posições estratégicas no cenário político nacional, elegendo representantes para cargos nos três poderes da República.

Também se detalha o desenvolvimento da Igreja Universal do Reino de Deus e seu impacto social e econômico enquanto potência dentro do movimento neopentecostal. Por meio da expansão de templos, da Folha Universal, de programas de rádio e televisão, além de uma presença expressiva nas mídias digitais, e, em especial, a criação da Universal nas Forças Policiais, a instituição consolidou-se como uma força política de grande alcance, resultando na criação do Republicanos, um partido com ampla representação no Congresso Nacional — atualmente com quatro senadores, entre eles Damares Alves e Hamilton Mourão, e 43 deputados federais. Além disso, o partido elegeu governadores nos estados de São Paulo e Tocantins,

bem como mais de 2.500 prefeitos nas eleições municipais de 2020, incluindo a composição da chapa vencedora da prefeitura de Goiânia (GO).

Por fim, apresenta-se como se deu a historicidade da militarização das escolas públicas civis, chegando a contemporaneidade dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs) como expressão de uma política educacional marcada por uma contradição fundamental: embora constituam instituições públicas, operam sob a lógica da negação da própria escola pública. Essa negação se manifesta tanto na rejeição de princípios democráticos e pedagógicos da escola comum quanto no endossamento da retórica da disciplina rígida e de discursos de dominação, os quais reforçam modelos autoritários de gestão escolar, baseados na hierarquia, na obediência e na homogeneização das subjetividades.

DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa delimita-se à análise da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no contexto dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs), focalizando especificamente sua presença religiosa de orientação neopentecostal e os efeitos dessa atuação na consolidação e disseminação de valores conservadores no ambiente escolar. A investigação se concentra na análise qualitativa de seis reportagens da Folha Universal publicadas no ano de 2022 e na análise da concepção do programa Universal nas Forças Policiais (UFP), considerando como esses mecanismos operam no cotidiano das escolas militarizadas e influenciam dimensões pedagógicas, administrativas e simbólicas. O estudo busca evidenciar estratégias de inserção ideológica que reforçam padrões de autoridade, disciplina e conformismo social, contribuindo para a constituição de uma cultura escolar alinhada a uma lógica conservadora e hierarquizante. A pesquisa restringe-se ao recorte espacial dos Colégios Estaduais da Polícia Militar do Estado de Goiás.

OBJETIVO GERAL

Compreender de que modo a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus, por meio do programa Universal nas Forças Policiais e da circulação da Folha

Universal, contribui para a inserção e legitimação de valores conservadores no cotidiano pedagógico dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Analisar, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, o conteúdo das reportagens da *Folha Universal* como instrumento de difusão ideológica conservadora, identificando como seus discursos articulam fé, autoridade e segurança pública para legitimar projetos de poder.
- II. Investigar a atuação do programa *Universal nas Forças Policiais* (UFP) nos CEPMGs, com foco na inserção religiosa no espaço escolar e suas implicações simbólicas e pedagógicas, especialmente no que tange à naturalização da disciplina e da obediência como valores universais.
- III. Compreender de que maneira a presença institucional da IURD nos CEPMGs contribui para a conformação de subjetividades alinhadas a um projeto de educação moralizante e hierarquizante, tensionando os princípios democráticos, laicos e plurais da escola pública.

PROBLEMA

De que maneira a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus, por meio do programa Universal nas Forças Policiais e da circulação da Folha Universal, contribui para a inserção e naturalização de valores conservadores no cotidiano pedagógico e ideológico dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás, tensionando os princípios democráticos e laicos da escola pública?

SEÇÃO I – ANÁLISE DAS REPORTAGENS DA FOLHA UNIVERSAL

CAPÍTULO 1 - BOM CONSELHO: OS DISCURSOS POLÍTICOS DA FOLHA UNIVERSAL SOB A ÓTICA DA TEORIA CRÍTICA

O percurso metodológico adotado nesta primeira seção busca investigar, sob a ótica da Teoria Crítica, a relação entre os agentes religiosos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e sua atuação nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). Neste primeiro momento, a investigação centra-se na análise do folhetim semanal Folha Universal, compreendido como um produto da indústria cultural que opera sob a lógica da repetição, da homogeneização do conteúdo e da padronização do discurso religioso. Como demonstram Lunardelli e Maia, mesmo em sua configuração tradicional, “a indústria cultural recobre Auschwitz com uma camada de sentimentalismo e desloca o problema para algum lugar no passado” (Lunardelli; Maia, 2024, p. 2), esvaziando a memória crítica e convertendo o horror em mero espetáculo.

A Folha Universal é um jornal de circulação semanal vinculado à IURD. Criado em 1992, é utilizado como instrumento evangelístico e de informação, abordando notícias nacionais e internacionais. É distribuído nos templos, ruas, hospitais, presídios, escolas, transportes públicos entre outros espaços. Oliveira (2023) afirma que a

(...) instituição [IURD] se orgulha de ser o jornal impresso com maior circulação do Brasil. É uma forma de “pautar” debates, divulgar projetos sociais da igreja, expor suas concepções a respeito dos acontecimentos e emitir suas opiniões. Não é incomum que se argumente aos leitores sobre cuidados com fake news e com a imprensa secular, enfatizando que a melhor maneira dos fiéis se informarem é através da leitura da Folha Universal. (Oliveira, 2023, p. 110).

Se em 1992, ano de lançamento do folhetim, a tiragem era de 100 mil exemplares de 12 páginas com distribuição restrita ao estado do Rio de Janeiro, atualmente a tiragem atinge quase dois milhões de cópias com 36 folhas, distribuídos em todos os estados brasileiros (Oliveira, 2023, p. 110). Esse crescimento impressionante demonstra a ampla capilaridade e a importância estratégica que este

meio de comunicação representa para a Igreja Universal do Reino de Deus. Desde modo:

(...) a legitimidade da Folha Universal é constantemente reforçada. Um jornal que estaria compromissado com os “interesses de Deus” e a serviço da evangelização, por isso mais legítimo e a ser considerado pelos fiéis como fonte primária de informações. Pastores, fiéis e leitores se tornam máquinas de ressonância não é incomum que assuntos dos jornais se tornem temas de pregações, conversas e materiais que circulem em redes sociais.” (Oliveira, 2023, p. 111)

É importante ressaltar que a aquisição de rádios e emissoras de televisão por parte da IURD não se deu apenas por uma aposta administrativa ou religiosa, mas por uma compreensão profunda da capilaridade do papel dos meios de comunicação como aparelhos ideológicos de Estado, ainda que operando sob a lógica do mercado. A assimilação das práticas comerciais e publicitárias para fins religiosos, nesse contexto, traduz uma reconfiguração da fé em produto cultural de fácil consumo, apresentado em moldes repetitivos, simplificados e afetivamente mobilizadores.

A penetração massiva desses conteúdos na vida social, sobretudo nas periferias urbanas, onde os efeitos da exclusão social são mais agudos, potencializa seu caráter alienante, pois neutraliza a capacidade reflexiva dos sujeitos ao oferecer respostas prontas e reconfortantes para os dilemas estruturais da existência. A promessa de solução individual e imediata, propagada diariamente por meio de imagens e discursos emocionalmente carregados, impede a problematização das causas sociais da desigualdade, deslocando o conflito da esfera estrutural para a esfera moral ou espiritual. Com isso, a IURD transforma a experiência religiosa em um espetáculo midiático contínuo, em que a fé é mercantilizada, o sofrimento é estetizado e a redenção é convertida em produto. Tal como previam Adorno e Horkheimer, o poder de convencimento da indústria cultural reside justamente em sua capacidade de mascarar a realidade sob uma aparência de liberdade, promovendo a conformidade em nome da salvação individual.

A *Folha Universal*, distribuída semanalmente em grande escala e de forma gratuita nos templos da IURD e em espaços públicos estratégicos, e o perfil da “Universal nas Forças Policiais” (UFP) no Instagram, que publica conteúdos diários voltados a policiais militares e suas famílias, constituem instrumentos centrais na engrenagem da indústria cultural religiosa operada pela Igreja Universal. Ambos os

meios atuam como canais de doutrinação simbólica e subjetiva, nos quais a linguagem da fé se converte em mercadoria, embalada por uma estética publicitária que mescla espiritualidade, heroísmo e obediência. A construção discursiva presente nesses materiais — marcada por testemunhos emocionais, imagens cuidadosamente editadas e palavras de ordem moralizadoras — oferece respostas imediatas e individualizantes aos dilemas vividos sobretudo nas franjas da sociedade, onde as marcas da desigualdade social, do racismo e da precarização da vida são mais profundas. Ao deslocar a explicação do sofrimento do campo estrutural para o campo espiritual ou moral, esses dispositivos operam como ferramentas de despolitização: não se trata de entender o sistema social que produz a escassez, mas de rezar com mais fervor, “determinar a vitória” e seguir os “propósitos de Deus” transmitidos por uma liderança religiosa carismática.

Ao reiterar continuamente valores como família tradicional, autoridade incontestável, combate ao “mal” (frequentemente associado a inimigos ideológicos como o comunismo, o aborto, o feminismo ou as religiões afro-brasileiras) e fidelidade institucional, especialmente às forças de segurança, a IURD pavimenta sua inserção nas estruturas de poder. A *Folha Universal*, por meio de editoriais, testemunhos e manchetes com apelos dramáticos, assume o papel de formadora de opinião, especialmente nas periferias, funcionando como um manual de conduta político-moral. Já o perfil da UFP vai além: sua interface digital com policiais e suas famílias é uma estratégia de capilarização ideológica, almejando moldar uma mentalidade policial evangélica, armada de fé e de senso de missão, fiel tanto à hierarquia militar quanto à hierarquia eclesiástica.

Considerando a relevância do folhetim semanal *Folha Universal* para esta pesquisa, bem como seu amplo alcance e repercussão social, propõe-se a análise das seis matérias retiradas das seções intituladas “Editorial” e “Panorama”, publicadas no ano de 2022. Nessas seções concentram os posicionamentos mais explícitos da IURD sobre acontecimentos políticos e sociais, expressando uma perspectiva nitidamente alinhada à cosmovisão neopentecostal.

A partir dos fundamentos da Teoria Crítica, especialmente no que tange à crítica à indústria cultural e à instrumentalização dos meios de comunicação, busca-

se identificar como essas seções abordam a temática da militarização das escolas públicas e as discussões correlatas. Para tanto, será realizada uma análise aprofundada das edições do jornal, com foco na construção discursiva dessas narrativas e em seus efeitos na formação da opinião pública sobre a presença religiosa em instituições educacionais militarizadas. Portanto, serão analisadas as seguintes matérias:

Nº	Edição	Título	Fonte	Data	Disponível em:
01	1586	O estado é laico, o voto não	Online/im pressa	04/09/2022	https://www.universal.org/noticias/post/o-estado-e-laico-o-voto-nao
02	1554	5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda	Online/im pressa	23/01/2022	https://www.universal.org/noticias/post/5-motivos-que-mostram-que-e-impossivel-ser-cristao-e-ser-de-esquerda/
03	1571	Apropriação indébita nas escolas e universidades	Online/im pressa	25/05/2022	https://www.universal.org/noticias/post/apropriacao-indebita-nas-escolas-e-universidades/
04	1559	Nazismo e Comunismo: Duas Faces da Mesma Moeda	Online/im pressa	27/02/2022	https://www.universal.org/noticias/post/nazismo-e-comunismo-duas-faces-da-mesma-moeda/
05	1564	As propostas da esquerda para a família	Online/im pressa	03/04/2022	https://www.universal.org/noticias/post/as-propostas-da-esquerda-para-a-familia/
06	1590	Nós vamos transexualizar o seu bebê	Online/im pressa	02/10/2022	https://www.universal.org/noticias/post/nos-vamos-transexualizar-o-seu-bebe/

Tabela 3 - Quadro de Referência das Reportagens.

A análise proposta será conduzida à luz dos pressupostos da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer, tendo como fonte seis reportagens folhetim Folha Universal publicadas durante o ano eleitoral de 2022. Esse recorte temporal coincide com a

campanha à reeleição do então presidente Jair Bolsonaro e com o fortalecimento da agenda de militarização das escolas públicas civis, promovida em âmbito federal. Durante esse período, o governo federal incorporou o modelo educacional militarizado como parte de seu projeto político, ampliando sua legitimidade e projeção. A partir da análise crítica do discurso veiculado nas publicações da IURD, busca-se compreender de que modo esse conteúdo dialoga com os mecanismos da indústria cultural e contribui para a reprodução de valores conservadores, autoritários e alinhados ao projeto político conservado, características essas que se apresentam como a gênese das escolas públicas militarizadas de Goiás.

Ao analisar os textos selecionados da *Folha Universal*, é possível identificar um padrão discursivo significativo: todos pertencem às seções denominadas “Editorial” ou “Painel” e carecem de autoria individual identificada. Esse dado não é trivial, pois evidencia a intenção institucional da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) de veicular conteúdos que reflitam uma linha ideológica consolidada, evitando a vinculação direta a indivíduos específicos e, assim, conferindo maior peso às posições expressas da denominação, pois não se trata da fala de um ou outro pastor, mas de toda a IURD. Portanto, é uma estratégia típica de produção simbólica dentro da lógica da indústria cultural, em que o anonimato editorial reforça a autoridade e a suposta neutralidade das mensagens. Como já destacado por Oliveira e Gracino Junior:

os posicionamentos mais explícitos ocorrem com maior frequência na parte intitulada “Editorial”. Segundo uma matéria¹² da Folha de São Paulo, alguns artigos apenas identificados como “editorial” “são assinados pelo advogado Denis Farias, do Pará, que é fiel da igreja e já ocupou cargo em governo do Republicanos, partido associado à denominação neopentecostal. Outros não têm assinatura”. Na mesma matéria, é registrado que “os editoriais são considerados espaços nobres e de destaque, nos quais são publicados textos que expressam a visão consolidada de um jornal” (Oliveira e Gracino Junior, 2023, p. 110)

Com base na Teoria Crítica, esta análise utilizará categorias como indústria cultural, racionalidade instrumental, semiformação e autoritarismo, com o intuito de compreender como a *Folha Universal* atua como um veículo de difusão de valores conservadores. Partindo da hipótese de que os conteúdos publicados durante o ano eleitoral de 2022 operam como instrumentos de adesão simbólica ao projeto político autoritário e militarizado do governo Bolsonaro, busca-se evidenciar a articulação entre religião, cultura de massa e conformismo nas instituições públicas de ensino.

Portanto, serão categorias de análise:

Conceito	Definição - Teoria Crítica	Aplicação à pesquisa (análise da Folha Universal)
Indústria Cultural	Produção cultural em massa voltada ao controle social, que transforma cultura em mercadoria.	Identificar como o jornal veicula mensagens padronizadas, religiosas e políticas que sustentam o conservadorismo.
Racionalidade Instrumental	Tipo de razão que privilegia a eficiência e o controle, em detrimento da reflexão crítica.	Analisar como o discurso religioso é instrumentalizado para justificar hierarquia, disciplina e ordem nas escolas.
Semiformação	Educação limitada à adaptação social, que impede o pensamento crítico e a autonomia do sujeito.	Verificar como os conteúdos da Folha simplificam explicações políticas, reforçando obediência e fé dogmática.
Autoritarismo	Disposição à submissão à autoridade e intolerância ao diferente.	Avaliar a exaltação de líderes fortes (como Bolsonaro), o elogio à disciplina militar e a negação de visões divergentes.
Massificação	Homogeneização do pensamento e da cultura como forma de controle ideológico.	Observar a repetição de slogans, símbolos e valores conservadores que constroem consenso em torno do projeto político.

Tabela 4 - Quadro de Referência Conceitual

A crítica adorniana permite evidenciar que o discurso midiático religioso promove não uma cultura emancipadora, mas sim uma forma de produção simbólica submetida ao mercado. Como afirma Costa, “música, cinema, literatura magazine etc., tudo está a serviço do mercado. ‘A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem’” (Costa, 2013, p. 139). Nesse cenário, o conteúdo religioso é moldado segundo os imperativos do consumo, convertendo-se em mercadoria espiritual a serviço de um projeto político-religioso de dominação.

Esse mecanismo expressa-se de forma direta no conceito de racionalidade instrumental, no qual a razão é dissociada de valores éticos e subordinada exclusivamente a fins utilitários. Como afirmam Lunardelli e Maia, “a razão subjetiva equivale à adaptação sem discussão” (Lunardelli; Maia, 2024, p. 6), sendo direcionada para um conformismo funcional às estruturas de dominação. De modo complementar, Costa observa que “a racionalidade estética é abandonada em prol da racionalidade instrumental” (Costa, 2013, p. 143), evidenciando o esvaziamento crítico e formativo do conteúdo midiático. Nessa lógica, a racionalidade técnica não visa à emancipação

dos sujeitos, mas sim à sua sujeição. A cultura é convertida em extensão do capital, e o entretenimento, sob o disfarce do divertimento, transforma-se em um poderoso instrumento ideológico de dominação e conservação de valores. Portanto, é importante ressaltar que:

Toda a civilização de massa em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. Os dirigentes não estão mais tão interessados em escondê-la; a sua autoridade se reforça quanto mais brutalmente é reconhecida. Filme e rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade, cujo nome real é negócio, serve-lhes de ideologia. (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 170)

No caso da Folha Universal, esse processo se manifesta de modo contundente. As reportagens analisadas promovem uma visão de mundo que naturaliza a aliança entre religião e política, apresentando-a como condição desejável à “restauração da ordem”. Trata-se de um discurso que opera sob a lógica da semiformação, ao bloquear a possibilidade de reflexão crítica por meio da repetição mecânica de fórmulas morais. Como destacam Lunardelli e Maia, “ao cortar os laços de toda ideia filosófica, ética e política com suas origens históricas, abre-se o caminho para a instrumentalização e a automatização dos pensamentos” (Lunardelli; Maia, 2024, p. 8). Costa reforça essa leitura ao afirmar que “se esse tipo de evidência não for semiformação, no sentido adorniano, não há o que dizer mais acerca das ideologias como instrumentos de reprodução do status quo” (Costa, 2013, p. 150).

A semiformação, portanto, configura-se como uma formação intelectual incompleta que inibe o pensamento autônomo. Os sujeitos são domesticados, doutrinados e ensinados a repetir esquemas previamente definidos, perdendo, assim, sua capacidade crítica e reflexiva. Nesse sentido, “para o consumidor não há mais nada a classificar que o esquematismo da produção já tenha antecipadamente classificado” (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 174).

Essa lógica é aprofundada quando os autores afirmam que:

a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos. Os próprios produtos, desde o mais típico, o filme sonoro, paralisam aquelas faculdades pela sua própria constituição objetiva. Eles são feitos de modo que a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, e, por outro, é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que, rapidamente, se desenrolam à sua frente. É uma tensão tão automática

que, nos casos individuais, não há sequer necessidade de ser atualizada para que afaste a imaginação. (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 174)

A consequência desse processo é a alienação do sujeito diante de sua própria subjetividade. A linguagem religiosa, ao ser convertida em espetáculo, promove a reificação das consciências, em que o sujeito se vê submetido a um sistema que o domina por leis próprias. Como expõe Costa, “o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias” (Costa, 2013, p. 141). Assim, o fiel já não reconhece sua autonomia de juízo, mas internaliza o discurso religioso-policia como se fosse sua própria verdade.

Durante o ano eleitoral de 2022, esse mecanismo intensifica-se, uma vez que as reportagens analisadas coincidem com a campanha à reeleição de Jair Bolsonaro e com o fortalecimento da agenda de militarização escolar. As publicações da IURD operam como instrumentos de adesão simbólica ao projeto político autoritário, reforçando valores conservadores e estabelecendo a religião como guardiã da moral pública. Como afirma Adorno, citado por Costa, “diversão significa estar de acordo [...] é, na verdade, uma fuga [...] da última ideia de resistência” (Costa, 2013, p. 146). O que se apresenta como aconselhamento espiritual é, na verdade, a neutralização de qualquer pensamento alternativo. Adorno e Horkheimer salientam que os sujeitos são moldados para se conformarem a padrões hierárquicos, isso implica em dizer que o estilo não é mais uma expressão do espírito, mas um sinal de submissão, característica típica do pensamento autoritário que rejeita a crítica e a singularidade. Deste modo:

A indústria cultural por fim absolutiza (sic) a imitação. Reduzida a puro estilo, trai o seu segredo: a obediência à hierarquia social. A barbárie estética realiza hoje a ameaça que pesa sobre as criações espirituais desde o dia em que foram colecionadas e neutralizadas como cultura. Falar de cultura foi sempre contra a cultura (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 176)

Essa citação de Adorno e Horkheimer sintetiza de forma contundente o funcionamento da indústria cultural como mecanismo de dominação simbólica. Ao “*absolutizar a imitação*”, ela reduz a mera repetição formal, traindo seu antigo papel expressivo e convertendo-o em um signo de obediência à hierarquia social. Nesse processo, a barbárie estética se realiza: aquilo que antes poderia ser criação crítica e

resistência simbólica é neutralizado e transformado em ações domésticas. A cultura, deixa de ser campo de emancipação e torna-se conformismo. Como afirmam os autores, “falar de cultura foi sempre contra a cultura”, na medida em que esse discurso mascara sua função reprodutiva. Além disso, o senso crítico, que deveria funcionar como instrumento de libertação dos sujeitos é deslegitimado pelos próprios dominados, que passam a vê-lo como arrogância ou superioridade, a velha relação dialógica entre oprimido e opressor. Sob a aparência de uma cultura democrática, distribuída igualitariamente, o pensamento crítico é substituído por esquemas padronizados. Assim, o projeto autoritário realiza-se de maneira sutil, por meio da adesão inconsciente dos sujeitos aos mecanismos ideológicos de dominação.

Com base na Teoria Crítica, esta análise utilizará as categorias de indústria cultural, racionalidade instrumental, semiformação e autoritarismo, com o objetivo de compreender como a Folha Universal atua como um veículo de conformismo e reprodução ideológica. Parte-se da hipótese de que os conteúdos publicados pela IURD contribuem para a despolitização do espaço escolar, mascarando as relações de dominação sob o manto da religiosidade. Como sintetiza Adorno, citado por Costa, “a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia” (Costa, 2013, p. 144).

A lógica da massificação manifesta-se por meio da padronização de formas e conteúdos, ajustando-se a uma racionalidade técnica que privilegia a repetição e a previsibilidade. Os produtos culturais passam a obedecer a esquemas fixos, elaborados com base em segmentações estatísticas do mercado, com aspirações políticas e econômicas. Como observa Castanho, “os produtos culturais são elaborados a partir de levantamentos estatísticos que distribuem seus consumidores em categorias” (Castanho, 1985, p. 134), o que resulta em uma uniformidade estética entre os diversos meios.

Nesse processo, a cultura de massa, longe de estimular a diversidade ou a criatividade, consolida-se como um dispositivo de nivelamento e homogeneização simbólica, cuja função é domesticar o gosto e esvaziar o sentido crítico dos sujeitos. “O mundo inteiro passou pelo crivo da indústria cultural” (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 165), afirmam os autores, apontando para a universalização de uma cultura que,

sob a égide da democratização, atua na verdade como mecanismo de empobrecimento intelectual. Nesse contexto, a massificação atua como um processo de atrofia da imaginação e da espontaneidade, ao impor aos receptores culturais um regime perceptivo automatizado. Adorno e Horkheimer são taxativos ao afirmar que “a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não tem necessidade de ser explicada em termos psicológicos” (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 165), pois é a própria constituição objetiva dos produtos culturais que veda a atividade mental crítica. Como destaca Castanho, “a televisão [...] seria a realização do sonho de Richard Wagner da ‘obra de arte total’” (Castanho, 1985, p. 135), mas sob a lógica da indústria cultural, essa totalidade estética realiza-se não como síntese emancipadora, mas como instrumento de absorção e conformação.

A uniformidade entre filmes, programas, publicações e meios sonoros, todos organizados em torno da eficiência e da familiaridade, dissolve a capacidade de estranhamento, convertendo a cultura em mecanismo de repetição do mesmo. É nesse sentido que “para o consumidor não há mais nada a classificar que o esquematismo da produção já tenha antecipadamente classificado” (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 163), revelando o esvaziamento da autonomia do sujeito e a função ideológica da indústria cultural como instância de naturalização da ordem dominante.

A Folha Universal, aos olhos da Teoria Crítica, pode ser compreendida como uma materialização contemporânea da lógica da indústria cultural tal como descrita por Adorno e Horkheimer. Sua forma gráfica simplificada, a linguagem acessível, a estrutura repetitiva das seções e a constante mobilização de signos religiosos e patrióticos contribuem para bloquear a reflexão crítica do leitor, oferecendo um produto cultural que simula diversidade, mas se baseia na repetição ideológica. Trata-se de uma publicação construída segundo o “esquematismo da produção” (Adorno & Horkheimer, 2002, p. 163), em que os conteúdos já vêm previamente classificados e decodificados, dispensando ao leitor uma interpretação autônoma. O leitor é interpelado não como sujeito pensante, mas como destinatário de uma verdade já formatada, conforme padrões discursivos que conciliam fé, autoridade e disciplina social.

É importante destacar que a Folha Universal atua dentro de uma lógica de instrumentalização político-ideológica, direcionando seus conteúdos para o fortalecer a pauta conservadora, alinhada tanto a interesses religiosos quanto a projetos de poder político-partidário. A recorrente defesa de valores morais tradicionais, a legitimação de lideranças políticas autoritárias, como a exaltação de Jair Bolsonaro e o apoio e atuação dentro das escolas militarizadas, revelam uma intencionalidade consciente de engajamento cultural com objetivos eleitorais e econômicos. Sob o disfarce de aconselhamento espiritual, o jornal atua como operador de um discurso hegemônico que associa salvação individual à ordem social vigente, despolitizando a crítica e naturalizando desigualdades. Assim, a Folha Universal cumpre exemplarmente a função que Adorno e Horkheimer atribuem à indústria cultural: a de reforçar a dominação por meio da massificação simbólica, da obediência às hierarquias sociais e da supressão do pensamento divergente.

1.1 - O Estado é Laico, o voto não!

A matéria intitulada *“O Estado é laico, o voto não”* (Folha Universal, 04/09/2022) sustenta a tese de que a fé cristã deve orientar as escolhas eleitorais, deslegitimando qualquer separação entre convicções religiosas e decisões políticas. A estratégia discursiva mobiliza o argumento da “liberdade de consciência” para justificar o engajamento político confessional, operando uma inversão ideológica que relativiza o princípio constitucional da laicidade estatal. A reportagem afirma que: *“jornalistas, pessoas públicas e candidatos cometem o triste equívoco de confundir a laicidade do Estado com o impedimento de que o cidadão-eleitor que se professa cristão tenha o direito de ter sua ideologia de vida como bússola moral para suas escolhas”* (Folha Universal¹, 2022, on-line). Tal construção narrativa converte a liberdade religiosa em um denominador político, convocando o eleitor cristão a votar em representantes que reproduzam a moralidade religiosa conservadora.

Essa lógica de atuação se inscreve no que Adorno e Horkheimer (1985) conceituaram como **indústria cultural**: a transformação da cultura – inclusive a religiosa – em instrumento de padronização de condutas e mercantilização simbólica. A matéria não apenas veicula conteúdos espirituais, mas opera como produto

ideológico voltado à mobilização política, apresentando a necessidade de uma identidade cristã homogênea que deve se expressar nas urnas de forma unificada. Trata-se da conversão da fé em mercadoria eleitoral, articulada ao projeto de poder da IURD, cujos interesses se expandem sobre instituições públicas, como os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás.

Ao analisarmos a seguinte passagem: “*Mesmo com a clareza do artigo 5º da Constituição, que garante a liberdade religiosa, alguns tentam deturpar esse direito para justificar ataques contra manifestações cristãs.*” (Folha Universal¹, 2022, on-line). observamos uma linguagem clara e acessível, que busca mobilizar o leitor comum contra um suposto inimigo externo (“*alguns tentam deturpar esse direito*”), e reforçando uma identidade cristã perseguida e moralmente superior. O conteúdo religioso torna-se um produto ideológico, promovido em larga escala, que dá sentido político à fé e estimula comportamentos eleitorais. A reportagem é um exemplo de como a indústria cultural opera: padroniza valores e os transforma em mercadoria política, onde a cultura é transformada em produto padronizado e veiculada em massa para reforçar o status quo, com finalidade de controle social.

Em sintonia com essa lógica, manifesta-se também a **racionalidade instrumental**, na medida em que a religião deixa de operar como campo de reflexão ética e se converte em meio funcional para a conquista e manutenção de poder político. A laicidade é, assim, reconfigurada como um obstáculo ideológico a ser superado, e não como princípio de proteção à diversidade de crenças. O discurso apresenta o voto cristão não como uma escolha autônoma e plural, mas como uma resposta estratégica a uma suposta “censura” que estaria sendo imposta por forças midiáticas e políticas. Na passagem “*A Constituição garante que o cidadão pode expressar sua fé, inclusive, ao votar*” (Folha Universal¹, 2022, on-line). é invocada uma suposta racionalidade jurídica, mobilizada de forma instrumental para legitimar o uso da religião como ferramenta eleitoral. A Constituição é invocada não para promover pluralidade e proteção à diversidade, mas para justificar que a fé seja critério direto de escolha política. Isso evidencia uma racionalidade tática e utilitária, que converte o texto constitucional em justificativa ideológica para a ação política confessional neopentecostal.

Nesse processo, identifica-se ainda um mecanismo de **semiformação**, conforme descrito por Adorno (2002). A reportagem simplifica e distorce conceitos políticos complexos, como democracia e laicidade, reduzindo-os a esquemas binários e/ou maniqueístas. O sujeito cristão é interpelado a aderir incondicionalmente a uma identidade religiosa e eleitoral predeterminada, o que inviabiliza o desenvolvimento de uma consciência crítica. Em vez de estimular o debate público plural e reflexivo, a mensagem promove uma forma de educação religiosa reduzida à repetição de dogmas morais, a exemplo de:

Enquanto militam por suas causas e atacam a fé, jornalistas, pessoas públicas e candidatos cometem o triste equívoco de confundir a laicidade do Estado com o impedimento de que o cidadão-eleitor que se professa cristão tenha o direito de ter sua ideologia de vida como bússola moral para suas escolhas. (Folha Universal¹, 2022, on-line).

Esse trecho realiza uma distorção conceitual do princípio da laicidade, sugerindo que a defesa do Estado laico é, na verdade, uma forma de censura à fé cristã. Ao empregar um discurso vazio e intencionalmente direcionado a uma suposta perseguição sofrida pelos neopentecostais. O jornal promove um entendimento truncado da laicidade e impede a formação de um pensamento crítico sobre o papel da religião na política, características centrais da semiformação. A formação do sujeito, nesse caso, não se dá pela convivência com o diverso ou até mesmo com o contraditório, mas pela reafirmação de certezas morais. A mensagem veiculada pela *Folha Universal*, portanto, não apenas interdita o pensamento autônomo, mas promove uma inculcação ideológica orientada à **obediência**, camuflada sob o discurso de liberdade de consciência. Esse processo, coerente com a análise adorniana, reduz a experiência formativa ao consumo acrítico de verdades prontas, colocando em xeque as possibilidades de uma subjetividade democrática e reflexiva.

O apelo à moralidade cristã como única via legítima para o exercício do voto revela traços de **autoritarismo**, ao exaltar lideranças carismáticas e sugerir que apenas determinados candidatos, particularmente Jair Bolsonaro, seriam capazes de representar os “valores da família cristã”. A figura do eleitor é convocada a submeter-se a esse ideal de liderança forte, ao mesmo tempo em que visões divergentes são tratadas como ameaças à fé, à ordem e a família tradicional. A disciplina religiosa se sobrepõe à deliberação democrática, criando um ambiente simbólico de repúdio à

diferença. Ao analisarmos o fragmento: *“Cidadãos de fé sabem que o país precisa de representantes que valorizem a moralidade, os princípios da família e a liberdade religiosa.”* (Folha Universal¹, 2022, on-line), observamos, à luz da teoria crítica, uma tendência à adesão acrítica a figuras carismáticas ou autoridades religiosas, promovendo a idealização de “líderes fortes” cujos discursos se sustentam na intolerância à diversidade. Esse enunciado apresenta como universais e inquestionáveis determinados valores, como “moralidade” e “família”, em consonância com a agenda conservadora. Subjaz, nesse discurso, a noção de um “líder moral” incumbido de representar os cristãos e combater aqueles que pensam de forma distinta, o que evidencia traços autoritários e anti-pluralistas, assentados na crença de que apenas uma parcela da população possui legitimidade para decidir os rumos do país.

Por fim, o texto opera dentro de uma lógica de **massificação**, entendida como a construção de um sujeito coletivo homogêneo e facilmente manipulável. Ao ignorar a pluralidade interna ao campo cristão e evangélico, a reportagem atribui ao eleitor cristão uma função política essencialista, cujo papel seria “preservar os valores morais do país”. Como observa Adorno (1995), a massificação cultural suprime a individualidade e engendra uma adesão passiva aos discursos dominantes. No caso da IURD, essa adesão é cultivada sistematicamente com o objetivo de formar uma base eleitoral coesa, que responda às diretrizes políticas da instituição. Portanto, a homogeneização da cultura e do pensamento tem o intuito de construir consenso e eliminar a singularidade (Adorno, 1995). A reportagem traz o seguinte apelo: *“Por isso, é necessário que, nas urnas, a fé fale mais alto.”* (Folha Universal¹, 2022, on-line). Essa afirmação constitui um chamado à uniformização do comportamento político entre os fiéis, negando a multiplicidade de interpretações da fé e do exercício democrático. A fé é convertida em um slogan eleitoral e, ao naturalizar essa relação, a reportagem apaga distinções individuais e promove uma forma de consciência coletiva, dirigida essencialmente à lógica de massificação.

Assim, ao propor uma fusão entre fé, disciplina e moralidade, o discurso da *Folha Universal* não apenas reforça a presença da IURD na esfera pública, como também revela o funcionamento ideológico de um projeto político-religioso autoritário

e conservador. Tal projeto, ao se inserir em espaços como as escolas militarizadas de Goiás, reproduz uma pedagogia da obediência que contraria os princípios de uma educação democrática e emancipadora.

A partir da análise da reportagem, vemos que o voto evangélico nas eleições de 2022 não se deu apenas por afinidade moral, mas por adesão a um projeto político-religioso articulado, no qual as igrejas, e no caso destacado, a IURD, atuam como vetores de disciplinamento dos fiéis e de formação de uma identidade política coletiva. Essa leitura converge com a crítica adorniana da indústria cultural ao mostrar como a fé é reconfigurada como mecanismo de controle ideológico. Portanto, a mobilização do voto evangélico não se sustenta apenas na persuasão, mas na produção contínua de um de produtos da indústria cultural que desautoriza qualquer dissenso, reforçando a conformação subjetiva aos princípios da liderança religiosa.

Esse processo culmina na formação de um “sujeito evangélico político”, cuja identidade é constantemente reforçada por narrativas que moldam sua percepção do mundo e do voto. Trata-se de uma pedagogia do pertencimento coletivo que anula o dissenso e cristaliza um projeto autoritário em nome da fé.

1.2 - 5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda

A reportagem veiculada tanto de forma impressa como no sítio eletrônico da Folha Universal representa a articulação entre discurso religioso e doutrinação político-ideológica. São apresentados cinco argumentos que pretendem demonstrar a incompatibilidade da posição teológica “iurdiana” com as posturas políticas associadas aos partidos de esquerda. A família, o materialismo histórico-dialético, a distinção moral e a unidade religiosa são descritas como pilares que separariam “o cristão verdadeiro” do militante da esquerda, apresentando este último como uma ameaça à moralidade, à autoridade e aos valores familiares. A construção discursiva recorre a juízos morais e a uma estética de confronto, reforçando a demonização da esquerda política como estratégia de controle ideológico.

Essa abordagem, como argumenta a Teoria Crítica, atua como um mecanismo de dominação simbólica, na medida em que legitima uma visão de mundo moralizada

e binária, elimina o pensamento crítico e apresenta a “verdade de fé” como norma indiscutível. Tal forma de comunicação se revela especialmente eficaz em contextos institucionalmente disciplinadores, como é o caso das escolas militarizadas de Goiás, por sua capacidade de produzir subjetividades conservadoras, obedientes e impermeáveis ao dissenso. A reportagem, nesse sentido, opera segundo a lógica da indústria cultural, conforme formulada por Adorno e Horkheimer: trata-se da transformação da cultura — inclusive da cultura religiosa — em mercadoria simbólica, com o objetivo de padronizar comportamentos e reforçar estruturas de dominação.

A reportagem em questão, estrutura-se como um panfleto ideológico que, sob a aparência de argumentação religiosa, produz um conteúdo politicamente direcionado e excludente. Ao apresentar a esquerda como intrinsecamente incompatível com a fé cristã, o texto transforma valores religiosos em instrumento de racionalidade instrumental, subordinando o campo da crença a finalidades estratégicas, como o reforço da moral conservadora e o engajamento político partidariado. Trata-se da reconfiguração do discurso religioso como ferramenta de mobilização eleitoral, guiada por interesses políticos conservadores travestidos de pureza moral. A racionalidade instrumental, nesse contexto, ocupa lugar central: não se busca a verdade ou o bem comum, mas apenas a funcionalidade estratégica da religião como meio de controle social e a conservação de uma base eleitoral uniforme, cujo a orientação política é guiada a partir da ação das autoridades religiosas.

A reportagem utiliza como primeiro argumento:

A esquerda prega contra o casamento convencional e incentiva questões como a liberdade do uso de drogas, que causam mal individual e social e desestruturam as famílias. Com a sociedade doente, os esquerdistas podem posar de “defensores da liberdade” para ganhar votos. Eles destroem a rede de apoio familiar para “salvar” o povo usando um assistencialismo manipulador. (Folha Universal², 2022, on-line).

Esse enunciado mobiliza uma retórica de ameaça moral, característica central da personalidade autoritária descrita por Adorno na qual há uma intolerância diante da ambiguidade e uma propensão à submissão a valores tradicionais rígidos e conservadores. É importante notar que a diferença ou divergência é interpretada como um desvio moral, e a diversidade como ataque à ordem e aos valores cristãos. A família tradicional, aqui apresentada como absoluta, não apenas naturaliza um modelo histórico e ideológico, como também serve de marcador político para distinguir o

“cristão verdadeiro” do “inimigo esquerdista”. A função desse discurso é disciplinar a subjetividade pela via do medo e da obediência, deslocando o debate público para o campo do moralismo dogmático.

A racionalidade instrumental implica, portanto, uma subversão do papel emancipador da razão. Em vez de fomentar o discernimento ético, a religião torna-se instrumento de gestão da consciência, submetendo a fé a finalidades pragmáticas, entre elas, o apoio político a determinados grupos. Adorno e Horkheimer explicam que, em vez de eliminar os mitos, o esclarecimento moderno acabou criando novos. Para eles, “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (Adorno; Horkheimer, 2002, p. 18). Ou seja, aquilo que parecia ser avanço racional e libertador acabou repetindo os mesmos padrões antigos, apenas com outra aparência.

Eles dizem ainda que o esclarecimento “fica cada vez mais enredado, a cada passo que dá, na mitologia” (Adorno; Horkheimer, 2002, p. 33), o que mostra como até mesmo discursos que parecem racionais podem esconder ideias rígidas e autoritárias. Um exemplo disso é a figura do “cristão verdadeiro” que ataca a esquerda em nome da moral e da verdade. Embora se apresente como alguém esclarecido, essa postura funciona, na prática, como uma nova forma de mitificação ideológica. Em vez de promover reflexão ou liberdade, esse tipo de crença reforça regras fixas e uma visão de mundo fechada, que apenas repete dogmas antigos com nova roupagem.

Nas palavras dos autores da *Dialética do Esclarecimento*, “a cultura hoje se confunde com a propaganda. Não se trata mais de cultura, mas de ideologia. A cultura industrializa-se”. A fé, nessa lógica, deixa de ser um espaço de transcendência ou reflexão espiritual e se torna um pacote ideológico vendido como verdade absoluta.

O segundo motivo invocado pela reportagem reforça essa lógica. Ao dizer que “A esquerda prega o ódio e a divisão de classes”, o texto afirma: “A esquerda dissemina o ódio entre ricos e pobres. Para isso, ela usa uma teoria ultrapassada que classifica as pessoas entre opressores e oprimidos.” (Folha Universal, 2022, on-line). Este trecho deixa patente uma necessidade ou uma tentativa explícita de deslegitimar o materialismo histórico-dialético e qualquer crítica às desigualdades sociais, buscar

conservar a estrutura social enquanto tal, apesar das diferenças que possam existir. Esse movimento retórico configura um exemplo da semiformação adorniana, que designa uma deformação do processo formativo, sustentada por dogmas, frases feitas e pela recusa da complexidade. Deste modo, o conhecimento sobre conflitos sociais é reduzido a um clichê moral (“disseminar o ódio”), esvaziando conceitos complexos em favor de slogans fáceis de consumir. Como explica Adorno (1995), a semiformação não é mera ignorância, mas a apropriação distorcida do saber para fins de adaptação acrítica à ordem estabelecida. Em vez de estimular uma reflexão sobre injustiças estruturais, a reportagem transforma o pensamento crítico em ameaça à harmonia social.

A reportagem exemplifica esse processo ao fornecer argumentos moldados para reafirmar convicções previamente construídas, sem qualquer espaço para reflexão, dúvida ou debate. O “cristão verdadeiro” aparece como sujeito previamente convencido, instruído não para compreender, mas para repetir. Como afirma Adorno, “a semiformação está ligada à adaptação. Ela não é mera falta de formação, mas um tipo deformado de formação [...] a obediência cega a valores e fórmulas transmitidos de forma dogmática”.

Tal configuração encontra ainda ressonância no modelo da personalidade autoritária: a figura do cristão apresentada na reportagem é moldada para reproduzir valores normativos de autoridade, disciplina e obediência moral. O discurso de combate à esquerda se apresenta não como posicionamento político, mas como consequência natural de uma fé verdadeira. Assim, o fiel é conduzido à crença de que sua submissão à autoridade religiosa é também uma forma de fidelidade à verdade e à moral, num processo que enfraquece a autonomia do pensamento e da ação.

Essa lógica se repete no item quatro: “A esquerda quer calar a fé cristã”. O enunciado “Eles tentam obrigar que todas as religiões se adaptem à ideologia de gênero e ao politicamente correto.” faz uso da retórica da perseguição religiosa, construindo uma identidade cristã vitimizada, ameaçada por um “inimigo ideológico”. O que está em jogo não é a liberdade de crença, mas a tentativa de garantir hegemonia cultural e política. A razão instrumental se expressa na manipulação das normas jurídicas e morais para legitimar interesses específicos: aqui, a “liberdade

religiosa” é invocada para justificar a exclusividade da fé cristã como referência pública, negando espaço ao pluralismo.

A massificação, por fim, fecha esse circuito ideológico ao apagar as individualidades e promover uma identidade cristã homogênea, impermeável ao contraditório. A unidade religiosa mencionada na reportagem não é expressão de comunhão, mas de uniformização moral, construída para excluir a diferença e eliminar a dúvida. A cultura religiosa, nesse caso, torna-se um canal de disseminação de slogans políticos, apresentando-se como verdade revelada, pois as massas não são o contrário da cultura, mas o seu produto. Portanto, o cristão apresentado pela Folha Universal é resultado da cultura que o formou: disciplinado, moralista, avesso ao dissenso e disponível para servir à engrenagem político-religiosa que o constitui.

O trecho *“Para os esquerdistas, só há lugar para quem pensa igual a eles. [...] O cristão de verdade sabe que todos devem viver em paz, mas com respeito à Palavra de Deus.”* (Folha Universal², 2022, on-line). Esse argumento inverte a crítica: acusa a esquerda de intolerância enquanto afirma a necessidade de obediência à doutrina religiosa como condição para a paz. É um caso clássico de massificação: a produção de um sujeito coletivo homogêneo, que pensa por meio de palavras de ordem e se reconhece em uma identidade totalizante (“cristão de verdade”). Ao afirmar que só existe paz na obediência à moral religiosa, o texto elimina a possibilidade do dissenso e da convivência democrática com a diferença. O discurso religioso passa a funcionar como um mecanismo de naturalização da obediência, reforçando um ethos autoritário.

A estratégia discursiva da reportagem mobiliza uma estética de escândalo moral que extrapola o debate político, adentrando o campo da guerra espiritual. Esse tipo de construção retórica remota aquilo que os estudos sociológicos denominam pânico moral – um fenômeno descrito por autores como Stanley Cohen (1972), no qual determinados grupos, ideias ou práticas são apresentados como ameaças existenciais à ordem social, sendo tratados com alarme desproporcional e histeria pública. Esse pânico moral não ocorre de forma isolada, mas está articulado a uma matriz teológica específica, frequentemente associada ao que se convencionou chamar de Teologia do Domínio. Coehn comenta que:

uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua

natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (Cohen, 1972, s/p)

Esse sistema doutrinário, amplamente difundido em setores do neopentecostalismo, especialmente na Igreja Universal do Reino de Deus, sustenta que os cristãos devem se manter fiéis à fé no plano individual, e são chamados a exercer o domínio sobre todas as esferas da sociedade: política, educação, cultura, mídia, economia e justiça — em nome do Reino de Deus. Nesse sentido, a esquerda é representada como antítese do projeto divino, enquanto o cristão verdadeiro é interpelado a atuar politicamente para restaurar a “ordem moral”, não como opção, mas como missão.

A teologia do domínio articula uma agenda clara: a de que a Igreja deve exercer controle sobre o Estado e a moralidade. Essa perspectiva se estrutura, sobretudo, a partir de uma vertente carismática-pentecostal conhecida como “Reino Agora”, e é preciso tomá-lo de volta. A proposta, portanto, não se limita a viver segundo princípios cristãos, mas visa impor essa moralidade como padrão normativo absoluto, o que transforma o Estado laico em um obstáculo a ser superado.

A relação entre religião e conservadorismo moral, especialmente em instituições como as escolas militarizadas, evidencia como a fé pode ser mobilizada como força de controle social, atuando sob a aparência de salvação, mas operando como disciplinamento. Assim, o apelo ao pânico moral e à teologia do domínio converte a fé em instrumento de dominação e vigilância, transformando o eleitor em soldado espiritual e o voto em ato litúrgico. O que está em disputa, portanto, não é apenas o ato evangelizador, mas o controle dos sentidos sobre o que é permitido pensar, desejar e escolher dentro da ordem social cristianizada.

1.3 - Apropriação Indébita nas escolas e universidades.

Reportagem publicada no site oficial da Igreja Universal do Reino de Deus (Folha Universal³, 22 de maio de 2022), exemplifica uma forma recorrente de intervenção religiosa no debate público brasileiro trazendo o discurso em forma de denúncia moral, disfarçado de análise crítica da educação. O texto sustenta que as instituições de ensino, especialmente as públicas, estariam sendo instrumentalizadas por forças ideológicas malignas, responsáveis por corromper valores e desestabilizar a sociedade. Professores são descritos como “contaminados” por ideias “mentirosas e malignas” de pensadores marxistas. Nas palavras da reportagem: *“ideias mentirosas e malignas divulgadas por Karl Marx e Hegel invadiram a sala de aula e contaminaram a mente de muitos professores e intelectuais, que passaram a transmitir essas informações aos seus alunos”* (Folha Universal³, 2002, on-line). Ao longo da matéria, a acusação de que escolas e universidades estariam agindo como trincheiras da esquerda opera como narrativa mobilizadora, que ativa temores morais, reforça uma identidade cristã combativa e legitima um projeto político-religioso conservador de ocupação cultural.

A reportagem estabelece uma guerra espiritual, em que o espaço educativo deve ser libertado de seus “inimigos ideológicos”. Tal construção é acusatória, moralista e escatológica: o conhecimento não é mais apresentado como uma instância de reflexão ou debate, mas como instrumento de dominação satânica, frente ao qual apenas a fé poderia oferecer resistência e libertação. A função simbólica da reportagem, portanto, extrapola os limites da formação religiosa e do direito ao credo. Trata-se de uma peça de doutrinação ideológica voltada à formação de um sujeito disciplinado, polarizado e obediente às diretrizes morais e políticas da Igreja Universal.

A reportagem evidencia que as diretrizes curriculares, mais especificamente, o conteúdo humanístico, filosófico e sociológico transmitido nas instituições públicas – é apresentada como mercadoria contaminada, manipulada por “comunistas” e “ideólogos” a serviço do mal. Assim, a cultura letrada e crítica é desqualificada como ameaça moral. A matéria afirma, por exemplo, que *“as ideias mentirosas e malignas divulgadas por Karl Marx e Hegel invadiram a sala de aula e contaminaram a mente de muitos professores e intelectuais”*. Esse enunciado opera uma inversão típica da

indústria cultural: deslegitima a complexidade dos saberes teóricos, reduz a slogans perigosos e, simultaneamente, oferece uma explicação única e moralizante da realidade, pautada na oposição entre luz e trevas, salvação e perdição.

Ao reconfigurar a fé como mercadoria ideológica, o discurso religioso presente na reportagem atua como modelo acabado de um produto cultural feito para o consumo em massa. O fiel é tratado como consumidor de verdades morais, e a própria religião é reconfigurada como aparato ideológico para garantir adesão automática a uma ordem social conservadora, que atuaria ao lado do bem, lutando contra o inimigo invisível do mal. Assim, a cultura religiosa não emancipa: ela orienta, pacifica e dirige o comportamento. A educação, nesse modelo, deixa de ser vista como direito universal e passa a ser tematizada como campo ideológico a ser sequestrado para a agenda política neopentecostal.

A razão, nesse caso, não opera como meio de esclarecimento ou busca de sentido ético, mas como ferramenta de controle e de eficiência funcional. A reportagem opera sob esse de forma funcional ao instrumentalizar a fé como dispositivo de controle social. O discurso religioso deixa de ter finalidade teológica, assumindo papel exclusivamente político: garantir hegemonia cultural e disciplinar comportamentos. Assim, valores como “família”, “autoridade” e “respeito à Palavra de Deus” não são evocados como princípios de vida espiritual, mas como elementos táticos de uma guerra contra o pensamento divergente.

Ao afirmar que o conhecimento tem sido exaltado em detrimento da fé, a reportagem propõe uma inversão da razão: não se trata de integrar conhecimento e espiritualidade, mas de submeter o pensamento crítico à moral religiosa. Segundo a matéria, *“em muitos casos, o conhecimento é apresentado como superior à fé, mas é importante lembrar que a Palavra de Deus é a única verdade que liberta o ser humano de toda a opressão do mal”* (Folha Universal³, 2022, on-line). Esse tipo de afirmação revela a recusa da autonomia da razão e sua subalternidade frente à doutrina. Nesse enquadramento, a fé converte-se em tecnologia de vigilância: define o que pode ou não ser dito, ensinado e pensado no interior das instituições. Não se busca, portanto, uma educação mais ética ou reflexiva, mas uma educação mais obediente. Tal lógica de uso da religião como meio, e não como fim em si, é característica da racionalidade

instrumental. Não se trata de cultivar o espírito, mas de administrar a consciência em função de finalidades estratégicas, como a formação de um eleitorado conservador, a exclusão do pensamento divergente e a submissão da escola a um projeto teológico-político hegemônico.

A simplificação excessiva da linguagem e das ideias presentes na reportagem é expressão clara do processo de semiformação, conceito fundamental na obra de Theodor Adorno. A semiformação não é a ausência de conhecimento, mas a sua deformação ideológica: o saber é apropriado de forma dogmática, superficial, reduzido a fórmulas fáceis de repetir e incapaz de promover a autonomia crítica do sujeito. A matéria examina autores como Marx e Hegel apenas para desqualificá-los moralmente, sem apresentar suas ideias, contextos históricos ou relevância teórica. O texto afirma, por exemplo, que *“em vez de ensinar sobre cidadania e valores corretos, o que muitos professores e formadores de opinião vêm fazendo é reproduzir ideologias ultrapassadas que não funcionam na prática”* (Folha Universal³, 2022, on-line). Isso reflete a recusa sistemática da complexidade, substituída por frases de efeito e juízos morais simplificadores. A escola, nesse contexto, não é mais concebida como espaço de confronto de ideias, mas como arena de doutrinação: os “bons professores” são aqueles que repetem a doutrina cristã; os demais são agentes do mal. Como resultado, o leitor é privado do exercício reflexivo e é convocado a aderir incondicionalmente a uma identidade religiosa que interdita a dúvida e demoniza o contraditório. A semiformação, nesse caso, cumpre papel central na consolidação de uma subjetividade moralizada, impermeável à crítica e funcional à manutenção da ordem ideológica.

A reportagem também reproduz os traços clássicos da personalidade autoritária. Entre suas principais características estão: a intolerância diante da ambiguidade, a submissão a figuras de autoridade, a rigidez moral e a hostilidade frente à diferença. Tais traços se manifestam no texto ao apresentar professores críticos como “inimigos de Deus” e a esquerda como ameaça à “estrutura da sociedade”. O texto assevera que *“os inimigos de Deus se disfarçam de amigos da sociedade, mas o objetivo deles é destruir valores, arruinar famílias e desorganizar a sociedade como um todo”* (Folha Universal³, 2022, on-line). Esse discurso exclui

qualquer possibilidade de diálogo plural, apresentando a submissão à moral cristã como única forma legítima de existir socialmente. Essa forma de autoritarismo sustenta-se na ideia de que a fé cristã é a referência absoluta para todas as esferas da vida, inclusive para o funcionamento das instituições públicas. Não há espaço para o pensamento divergente, nem para o reconhecimento da diversidade religiosa, política ou cultural. Ao nomear as escolas como espaços “usurpados” por uma ideologia do mal, o texto constrói um inimigo interno, o professor consciente e/ou progressista e justifica a necessidade de sua neutralização. Assim, a lógica autoritária não é apenas repressiva: ela é também pedagógica, pois visa à formação de sujeitos incapazes de pensar para além da doutrina dominante.

A homogeneização da identidade cristã também é central na reportagem. Ao longo do texto, os sujeitos são divididos em dois grupos conflitantes: os que obedecem à moral cristã tradicional e os que representam a “contaminação ideológica” da esquerda. Essa estratégia está diretamente associada ao conceito de massificação, presente na Teoria Crítica como processo de padronização das consciências e aniquilamento da individualidade. A matéria reforça esse binarismo ao declarar: “o objetivo deles é roubar a fé, dominar as mentes e implantar uma cultura completamente contrária à vontade de Deus” (Folha Universal³, 2022, on-line). No caso analisado, o “cristão verdadeiro” é o produto de uma cultura religiosa massificada, que apaga as distinções subjetivas e suprime a dúvida como sintoma de fraqueza espiritual. A escola, nesse processo, aparece não como lugar de convivência democrática, mas como fronteira a ser ocupada por uma identidade única, inquestionável e moralmente superior. Não há espaço para interpretações alternativas, nem para o exercício da crítica. A formação escolar passa a ser compreendida como tarefa de reafirmação doutrinária. O objetivo não é formar cidadãos, mas soldados da fé. A subjetividade desejada é dócil, reativa e funcional à estrutura de poder religioso e político.

1.4 - Nazismo e Comunismo: Duas faces da mesma moeda

A construção de equivalências históricas entre regimes políticos distintos constitui uma estratégia discursiva recorrente no debate público contemporâneo. Um

exemplo paradigmático dessa prática encontra-se na reportagem *"Nazismo e comunismo: duas faces da mesma moeda"*, veiculada pela Folha Universal. Ao estabelecer uma analogia direta entre esses sistemas políticos, o texto não apenas simplifica complexidades históricas, mas reproduz mecanismos ideológicos que merecem ser examinados de forma mais minuciosa. A abordagem da reportagem em questão exemplifica de maneira elucidativa os processos descritos por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1995) quando analisam a transformação da cultura em mercadoria. Ao afirmar que: *"tanto o nazismo quanto o comunismo negaram a liberdade individual e impuseram um regime de terror"* (Folha Universal⁴, 2022, on-line), o texto discorre uma redução simplista que ignora as determinações materiais e as especificidades históricas de cada fenômeno e fenômeno político. Ressalta-se também a seguinte passagem:

nazismo e comunismo são sistemas de governo totalitários e controladores, que usam discursos semelhantes como uma cortina de fumaça. Tudo para chegar ao poder e, quando assumem o governo, mostram sua verdadeira face: opressão, abusos, controle absoluto, perseguição e morte de qualquer opositor. (Folha Universal⁴, 2022, on-line)

O nazismo, como expressão extrema do capitalismo monopolista em crise, estruturou-se a partir de um projeto de extermínio racial e de expansionismo territorial. O comunismo, por sua vez, em sua formulação teórica original, propunha a superação das relações sociais capitalistas. A equiparação entre essas experiências históricas distintas configura-se, assim, como um exemplo típico da lógica da Indústria Cultural, que reduz a reflexão política a fórmulas prontas e facilmente consumíveis. Essa simplificação, apresentada como verdade absoluta, evidencia a mercantilização da história e a substituição do pensamento crítico por slogans ideológicos.

Tal operação corresponde ao conceito de semiformação, que designa a aparência de formação intelectual que, na verdade, encobre o empobrecimento da capacidade de pensar de modo autônomo e reflexivo. Acrescenta-se também a seguinte passagem *"se estamos longe de ser capturados pela ideologia nazista, não podemos dizer o mesmo do comunismo e do socialismo, que atualmente se manifestam por meio dos partidos de esquerda no Brasil"* (Folha Universal⁴, 2022, on-line) que serve de um propósito claro: deslegitimar toda proposta de esquerda ao vinculá-la necessariamente à tirania. A racionalidade converte-se em máquina de

dominação simbólica, evidenciando traços autoritários: dualismo moral (bem vs. mal), discurso maniqueísta e mobilização coletiva pela rejeição do “inimigo ideológico”.

A análise do discurso da IURD evidencia características da racionalidade instrumental, ao enfatizar que ambos os regimes são responsáveis por milhões de mortes, opera uma redução da história a meros dados quantitativos, desprovidos de contextualização. Essa abordagem ignora que o Holocausto nazista constituiu um projeto sistemático de extermínio baseado em critérios raciais, enquanto as mortes associadas a regimes comunistas decorreram de processos complexos que incluíram erros de planejamento, sanções internacionais e conflitos geopolíticos. A instrumentalização da história serve, nesse caso, a um propósito ideológico claro: deslegitimar qualquer perspectiva crítica ao capitalismo mediante sua associação automática com o comunismo. A função é doutrinária, não informativa: cumpre o papel de naturalizar uma visão de mundo que demoniza qualquer crítica estrutural ao capitalismo, promovendo o anticomunismo como valor moral e religioso. Assim, a cultura é convertida em instrumento de controle social e político, servindo à reprodução de um pensamento conservador hegemônico sob o disfarce de “clareza moral”.

É importante notar que a reportagem deixa explícito que a equivalência entre comunismo e nazismo opera como artifício funcional para deslegitimar qualquer projeto político de transformação social, ainda que democrático, vinculando-o automaticamente à tirania e ao terror. Essa operação racionalizada não promove o esclarecimento e passa a ser instrumentalizado politicamente como mecanismo de dominação. A reportagem também reforça traços típicos da personalidade autoritária recorrendo à polarização entre “bem” e “mal”, propõe a submissão da razão crítica a valores absolutos e exalta a obediência a uma autoridade religiosa e moral. Ao apresentar comunismo e nazismo como “igualmente malignos”, o texto coordena uma desqualificação total do “outro” ideológico. Isso favorece a adesão emocional a lideranças carismáticas e à rejeição da pluralidade política, princípios típicos da mentalidade autoritária. Essa lógica também sustenta projetos de controle social e cultural sob o disfarce de proteção da moral, o que justifica o autoritarismo em nome da “liberdade”.

O texto da Folha Universal também reflete o conceito de massificação ao oferecer um discurso padronizado que pretende ser universalmente aceito sem contestação. A ausência de detalhamento e a simplificação do discurso histórico produzem uma mensagem panfletária, de fácil repetição que dispensa reflexão individual, exigindo apenas adesão. Isso resulta na diluição das capacidades críticas dos sujeitos e na formação de uma coletividade que se reconhece apenas por meio de identificações religiosas e morais, em detrimento da razão. A massificação descrita é um projeto político que visa criar sujeitos modelados para a passividade e para a repetição dos valores dominantes neste caso, valores conservadores.

1.5 – As propostas da esquerda para as famílias

A reportagem “*As propostas da esquerda para a família*” oferece mais um exemplo da forma como a Indústria Cultural, funciona na estruturação do discurso religioso-político contemporâneo. Ao invés de fomentar um debate reflexivo sobre os diferentes modelos de organização familiar, o texto recorre a fórmulas narrativas moralistas, facilmente assimiláveis e de forte apelo emocional. Essa estratégia de simplificação, típica da Indústria Cultural, transforma um tema complexo como as políticas públicas para a família em um produto ideológico pronto para o consumo imediato, favorecendo reações raivosas e falsas em detrimento da compreensão crítica. Isso se evidencia quando a reportagem afirma que “*muitas ideias defendidas por partidos esquerdistas deixam brechas para inúmeras interpretações e colocam a família que conhecemos, cristã, em risco*” (Folha Universal⁵, 2022, on-line), reduzindo uma pluralidade de projetos sociais à ameaça contra um modelo familiar supostamente universal, natural e funcional.

A lógica por trás dessa abordagem remete diretamente ao conceito de racionalidade instrumental: em vez de recorrer à razão como forma de esclarecimento ou deliberação ética, o texto mobiliza a racionalidade como ferramenta para o controle político e moral da audiência. A reportagem afirma, por exemplo, que “*é nas entrelinhas que se escondem propostas que dão abertura para interpretações absurdas e colocam em risco a instituição mais importante para o desenvolvimento do ser humano*” (Folha Universal⁵, 2022, on-line). Trata-se de um raciocínio

instrumentalizado, voltado não à promoção do entendimento, mas à legitimação de um projeto conservador por meio da mobilização do medo e da suspeita moral. A razão, aqui, mais uma vez, não emancipa, ela domina.

Ela funciona por meio do medo, da moral difusa e da antecipação de catástrofes sociais, um expediente típico da comunicação política da extrema-direita, e que possui grande projeção. Ao não apresentar argumentos concretos ou análises estruturadas, mas sim insinuar que “nas entrelinhas” estariam ocultas perversões e ameaças à família, a narrativa dispensa o diálogo racional e convida o leitor a reagir com desconfiança e indignação. Tal expediente não apenas impede a formação de juízos críticos, mas reforça a adesão emocional e acrítica a uma agenda autoritária, conservadora e excludente. A razão, como destaca o trecho analisado, não emancipa — ela é capturada por um uso estratégico que visa à mobilização de massas em torno de um inimigo comum. Esse tipo de raciocínio favorece diretamente a extrema-direita ao fornecer justificativas morais para o ataque a pautas progressistas e à pluralidade democrática. A ideia de que determinados discursos ou políticas públicas devem ser combatidos porque “escondem” ameaças aos valores tradicionais serve como base para legitimar medidas repressivas, censura e perseguição ideológica.

A apresentação superficial de conceitos como os de Karl Marx e Friedrich Engels — referidos no texto como teóricos que “*defenderam a abolição das famílias como existem*” (Folha Universal⁵, 2022, on-line). Esse termo designa uma forma de formação apenas aparente, em que fragmentos de conhecimento são mobilizados sem contexto histórico ou profundidade teórica, criando a ilusão de saber. A semiformação atua como oposição contra o pensamento autônomo e reflexivo. A citação aos teóricos do outro espectro político, nesse caso, não busca compreender o debate filosófico sobre a função social da família nas sociedades capitalistas, mas serve apenas como justificativa para a rejeição automática de qualquer proposta identificada como “de esquerda”.

Essa lógica de exclusão se articula com traços autoritários do discurso. A reportagem apresenta um mundo dividido entre o “bem”, desenhado como a “família cristã tradicional”, e o “mal”, identificado com a esquerda, o feminismo, a diversidade sexual e outras formas de organização social. Um trecho é intrigante: “*há propostas*

que buscam instituir o ‘amor livre’, que seriam utilizadas para justificar até mesmo relações incestuosas ou entre trios amorosos” (Folha Universal⁵, 2022, on-line). A sugestão de que propostas progressistas visam à legitimação de práticas socialmente polêmicas atua como uma força autoritária de desqualificação moral, em que não há espaço para o debate democrático ou a para a alteridade. O outro político, aqui, não é adversário a ser convencido, mas inimigo a ser combatido.

Por fim, o texto mobiliza a massificação como estratégia discursiva. Ao apelar para uma moral coletiva e difusa, estruturada na dicotomia “família cristã x ameaça esquerdista”. A repetição de palavras como “risco”, “ameaça” e “perigo”, combinadas com a idealização de um modelo familiar único, reforça uma visão homogênea da sociedade e contribui para a formação de uma opinião pública modelada pela repetição e pela emoção. A frase “*se for ‘amor’, vale tudo*” (Folha Universal⁵, 2022, on-line), empregada de forma sarcástica para criticar a diversidade de relações afetivas reconhecidas pelas propostas progressistas, revela essa lógica de simplificação e padronização. Assim, a complexidade das relações sociais é entendida como desordem, e a diversidade é convertida em ameaça.

Em suma, a reportagem em questão mobiliza os cinco pilares fundamentais da crítica adorniana à cultura de massas: a transformação da política em produto (Indústria Cultural), o uso estratégico da linguagem (Racionalidade Instrumental), a aparência de conhecimento sem formação crítica (Semiformação), a imposição de um ideal normativo único (Autoritarismo) e a homogeneização da experiência social (Massificação). Cada um desses elementos para sustentar um projeto político-religioso que busca dominar a esfera pública sob o signo da moral cristã e da negação da pluralidade democrática.

1.6 – Nós vamos transexualizar o seu bebê.

A reportagem publicada sob o título sensacionalista “Nós vamos transexualizar o seu bebê” (Folha Universal⁶, 2022, on-line) constitui um exemplo alarmante da instrumentalização midiático-religiosa promovida pela Folha Universal. Ao transformar uma obra artística em evidência de uma suposta conspiração contra a família. A arte, originalmente voltada à crítica, à provocação e ao debate, é aqui

reduzida a produto ideológico, esvaziado de seu conteúdo e transformado em pretexto para a propagação de uma narrativa persecutória e moralmente identificada com o público neopentecostal. Não se trata de informar, mas de manipular, e distorcer propostas culturais a partir de construções alarmistas e descontextualizadas.

A afirmação de que *“é nas entrelinhas que se escondem propostas que dão abertura para interpretações absurdas e colocam em risco a instituição mais importante para o desenvolvimento do ser humano”* (Folha Universal⁶, 2022, on-line) denuncia o expediente retórico utilizado: propõe-se uma ameaça invisível, estrategicamente moldada para despertar medo, reforçar preconceitos e legitimar projetos político-religiosos autoritários. A racionalidade aqui não emancipa — ela domina, reduz o pensamento crítico a um binarismo simplificador entre o bem e o mal, a “família de Deus” e os supostos inimigos da infância.

Além disso, o texto evidencia de modo gritante o fenômeno da semiformação ao oferecer ao leitor fragmentos de discurso que se pretendem informativos, mas que, na prática, ocultam o debate complexo sobre gênero, infância, arte e direitos civis, substituindo-o por uma linha discursiva que favorece a agenda, e por consequência imediata, a eleição de figuras políticas da extrema-direita:

Hoje, nas urnas, depositando um voto consciente e alinhado a bons princípios e valores éticos e em guardiões da sociedade, seremos capazes de impedir os ataques de ódio e as imposições ideológicas nefastas de qualquer natureza. A nossa Constituição reconhece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos”. Votar em um candidato não é apenas conceder a ele um cargo político, é dar o aval para que ele tome decisões em seu lugar. É no plenário, com a força de sua escolha, que serão determinados como seus filhos serão tratados, como os seus impostos serão gastos e se seus direitos serão ou não respeitados. (Folha Universal⁶, 2022, on-line)

O traço autoritário do discurso salta aos olhos. A reportagem decreta um julgamento moral definitivo, associando toda manifestação artística que escapa da normatividade conservadora à ação do “mal”. Ao afirmar, por exemplo, que “essas ideologias têm o objetivo claro de destruir a família” (Folha Universal⁶, 2022, on-line), a publicação deixa de lado qualquer mediação democrática ou interpretativa e promove uma cruzada simbólica que busca interditar a pluralidade e a dissidência. Ao fazer isso em nome de uma suposta proteção à infância e à moral cristã, naturaliza-

se um modelo de sociedade autoritária, em que a religião se impõe como única instância legítima de verdade e valor.

Por fim, a reportagem expressa uma repetição sistemática de frases de efeito, a evocação de símbolos religiosos, a construção de um inimigo externo e amorfo (“ideólogos de gênero”, “esquerdistas”, “artistas do mal”) criam uma atmosfera de unanimidade moral, afinal de contas, quem seriam contra crianças? Em vez de formar cidadãos críticos, a Folha Universal contribui para consolidar uma massa conformada, obediente e religiosa, que recebe a narrativa pronta, sem espaço para a dúvida, a crítica ou a complexidade. Essa homogeneização discursiva atende objetivos religiosos, mas principalmente a político-eleitorais, ao alinhar a doutrina com campanhas de “salvação nacional” por meio do voto conservador, como se nota nos trechos que convocam os leitores a eleger “homens e mulheres equilibrados” para o Congresso Nacional (Folha Universal⁶, 2022, on-line).

Concluindo a primeira sessão deste trabalho, torna-se evidente que as reportagens analisadas não se limitam a informar ou argumentar — elas catequizam, nivelam a moral e articulam aspirações políticas específicas. A função do discurso não é promover o esclarecimento dos dilemas ético-políticos contemporâneos, mas sim prescrever condutas e inviabilizar alternativas, sob o pretexto de salvaguardar valores considerados inegociáveis. O que se observa é a atuação concentrada da obediência moral, na qual a divergência é enquadrada como pecado e a política é reduzida a uma extensão do púlpito. Essa dinâmica reproduz os mecanismos descritos por Adorno e Horkheimer (1995) ao analisarem os efeitos da Indústria Cultural, que transforma a cultura em mercadoria e o pensamento em fórmula. A Folha Universal opera uma lógica de onde a aparência de esclarecimento oculta a reprodução de dogmas e simplificações maniqueístas. A racionalidade instrumental, nesse contexto, é mobilizada não para ampliar o entendimento, mas para organizar consensos forjados, silenciar oposição e naturalizar um projeto político autoritário, moralista e expansivo.

Trata-se de uma forma de massificação simbólica que converte leitores em fiéis e cidadãos em soldados de uma cruzada moral. O espaço público é invadido por uma linguagem de guerra espiritual que não tolera ambivalências nem reconhece complexidades sociais. Em nome da “defesa da família” ou da “liberdade religiosa”,

justificam-se campanhas de difamação, censura ideológica e perseguição a minorias. A retórica da salvação, aqui, é instrumentalizada para promover uma política do medo, terreno fértil para o avanço da extrema-direita e para a consolidação de um imaginário autoritário, antidemocrático e teocrático.

Posto isso, não se trata de um exagero retórico ou superdimensionamento da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público, mas da constatação empírica de sua inserção estratégica em estruturas estatais, especialmente no Estado de Goiás. Tal presença não ocorre de forma descoordenada ou incidental: ela se materializa por meio de espaços institucionalizados e legitimados pelo próprio poder público. Um exemplo emblemático desse processo, que será aprofundado na segunda seção deste trabalho, é o programa Universal nas Forças Policiais, por meio do qual a Igreja mantém atuação direta tanto nas corporações policiais quanto nos Colégios Estaduais da Polícia Militar. Esses espaços, que deveriam funcionar como expressões da laicidade do Estado e da neutralidade institucional, tornam-se ambientes de doutrinação religiosa, promovendo uma relação entre fé e disciplina, púlpito e farda, que reforça o projeto ideológico conservador encampado pela Universal.

A lógica que rege os Colégios Militarizados guarda profundas semelhanças com a racionalidade evangelizadora das igrejas neopentecostais, especialmente da Igreja Universal do Reino de Deus. Ambas as estruturas atuam por meio de uma pedagogia disciplinadora, orientada à conformação de sujeitos obedientes, moralmente padronizados e avessos à crítica. O modelo pedagógico dessas escolas não se limita ao controle externo de condutas, mas internaliza códigos de conduta e valores considerados “inquestionáveis”, reproduzindo o mesmo ideal de obediência hierárquica promovido nos cultos religiosos. Assim como os templos neopentecostais, que se valem de rituais de exclusão, doutrinação e combate ao “inimigo espiritual”, os Colégios Militarizados promovem a dicotomia entre ordem e desvio, disciplina e indisciplina, bem e mal, silenciam a pluralidade e o dissenso. Trata-se, portanto, de dispositivos paralelos de formação autoritária, nos quais a educação e a religião se unem sob uma racionalidade instrumental que converte o processo formativo em ferramenta de reprodução ideológica, camuflada sob o discurso de segurança, moralidade e “valores da família”.

**SEÇÃO II – ENTRE FARDAS E FÉ: A ARQUEOLOGIA DA ALIANÇA
ENTRE MILITARIZAÇÃO E RELIGIÃO NO BRASIL**

CAPÍTULO 1 – CÁLICE: RELIGIÃO E MILITARES NO BRASIL – DA COLONIZAÇÃO AO EMBRIÃO PROTESTANTE BRASILEIRO

Uma breve análise histórica sobre o início da formação do Brasil nos conduz a duas forças protagonistas no decorrer deste processo: as armas e a fé. De um lado, o poder coercitivo, da ordem e repressão, detentor exclusivo do que Weber definiria como o monopólio da violência legítima; de outro, não em oposição, mas em comunhão, o poder simbólico consolidado sob a fé cristã, na promessa de salvação divina, da vida eterna paraíso, intermediadora primeira entre o sagrado e os homens.

A relação entre religião e militares na história do Brasil é dialética, no sentido de compreender como elas se relacionaram e se transformaram ao longo do tempo. Para tanto, é importante ressaltar que a primeira cerimônia religiosa cristã no país se deu pouco dias após o desembarque português no país, celebrada por Frei Henrique de Coimbra, envolvendo a expedição de Pedro Álvares Cabral, composta por oficiais militares e marinheiros, e contava ainda com mais oito missionários franciscanos, além de indígenas que acompanhavam com imaginável estranheza a cerimônia.

A Igreja cristã não faz parte de toda a história do chamado Brasil. Sua chegada por aqui é relativamente recente, dado que a “nova terra” já era habitada, de tal modo que deve ser compreendida dentro do contexto de expansão mundial a partir de um ethos tipicamente europeu. O termo 'colonial' não se restringe a um período específico da história do Brasil; ele representa uma estrutura complexa e persistente que atravessa as esferas econômica, social, política e ideológica. Mesmo após deixar de ser colônia portuguesa, o Brasil continuou sendo, e é influenciado por outras ordens estrangeiras, uma condição persistente e ainda não superada nos mais diversos campos culturais.

Desde então, relação entre religião e força militar tem atravessado o próprio processo de construção histórica do Brasil, imbricando-se a eventos políticos, econômicos e sociais de grande relevância. Um traço recorrente que se destaca nesse percurso é a instrumentalização da religião de matriz cristã por governos autoritários, que a utilizaram como ferramenta de legitimação do poder e de disciplinamento social. Esse fenômeno pode ser observado de forma contínua e adaptativa ao longo dos diferentes regimes que marcaram a trajetória do país:

1 - No Brasil Colônia, a evangelização cristã, sobretudo por meio da ação jesuítica, funcionou como um dos principais braços do domínio português, associando fé e submissão como pilares do controle territorial e cultural;

2 – Brasil Imperial, houve uma fusão entre trono, armas e altar, com o catolicismo instituído como religião oficial do Estado e o Poder Moderador conferindo ao imperador uma autoridade quase sacralizada;

3 - Durante a Primeira República, embora o Estado se declarasse laico, o cristianismo permaneceu como base simbólica da moral nacional, sendo convocado para justificar a repressão de movimentos populares e a manutenção da ordem e o surgimento do Integralismo, sustentando o tripé ideológico de “Deus, Pátria e Família;

4 - Na Ditadura Militar, verificou-se uma relação ambígua com o campo religioso: enquanto setores progressistas da Igreja Católica eram perseguidos, outros, mais conservadores, firmavam alianças com o regime.

5 - No Brasil contemporâneo, presencia-se a ascensão de setores neopentecostais ao centro do poder político, promovendo uma nova forma de moralismo autoritário, em que a retórica religiosa se alia ao militarismo e ao conservadorismo para moldar o debate público e influenciar diretamente decisões estatais.

Nessas situações, a religião é incorporada ao Estado, servindo como uma força inquestionável e pacificadora, silenciadora dos conflitos que poderiam abalar a ordem social e política estabelecida, e atuando ao lado das repressivas forças militares.

Ao analisar o processo colonizador do qual o Brasil fora submetido, torna-se inevitável a afirmação de que se Portugal exerceu o papel de colonizador, a Igreja Católica também o fez, atuando como agente legitimador e pacificador desse processo. Infere-se que a violência consignada pelos portugueses durante a colonização, obteve iguais reflexos das ações etnocêntricas promovidas pelos “religiosos conquistadores”.

A aliança entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica se deu em um momento histórico até mesmo anterior a exploração dos chamados territórios ultramarinos, delineando os rumos desse movimento ao longo da história. É fundamental mencionar que a partir da criação das chamadas 'Ordens Militares', como por exemplo a Ordem

Militar de Jesus Cristo, houve uma contribuição imensurável para a integração entre as expedições colonizadoras e as missões religiosas, resultando na rápida expansão territorial e a evangelização católica das novas terras. Chama a atenção que os membros ordenados apresentavam certos requisitos prévios, como:

uma vida religiosa regular, e os freires deviam fazer os votos de obediência, castidade e pobreza. Somente em 1497, o Papa Alexandre VI dispensou-os do voto de castidade. Além dos compromissos religiosos, os freires tinham a incumbência de serem cavaleiros, ou seja, militares, com o dever de fazerem uso das armas e irem à guerra. Por essa razão, estavam a serviço do Sumo Pontífice, fazendo a ele um juramento de fidelidade, para defender a Santa Sé e ir às “cruzadas” toda a vez que fossem convocados pelos papas. (Kuhnen, 2006, p.48)

Esta Ordem tutelou o processo de construção de igrejas nos novos territórios que estavam em processo de exploração, posta sob o controle direto da Coroa, sendo que seus membros exerciam tanto o poder político português, tão como o poder eclesiástico católico. A Ordem de Cristo obteve papel de destaque durante o processo colonizador, funcionando como uma espécie de um órgão religioso-militar do Estado Português e esteve intrinsicamente ligado ao processo de expansão ultramarina português. Implica dizer que na prática, o processo de evangelização e colonização caminhavam juntos, sob ordem direta da coroa e com o importante apoio da Igreja, não apenas na catequização dos povos indígenas, mas também com religiosos ordenados atuando como agentes do Estado Colonial. A Companhia de Jesus por meio das ações de seus missionários atuava com o intuito de utilizar o:

saber para reproduzir e expandir a doutrina católica, além de servir como uma arma importante na luta contra a difusão do protestantismo que se expandia, tendo a educação como elemento fundamental para a transmissão de valores, ideias e doutrinas.” (Mesquida, 2013, p. 240)

O alinhamento político entre Portugal e o Vaticano resultou no estabelecimento do chamado regime de padroado. Um sistema que formalizou legalmente as relações entre a Coroa e a Santa Sé, concedendo ao rei português a legitimidade para conduzir, organizar e administrar assuntos religiosos nos territórios ultramarinos. Esse arranjo teve implicações diretas nas missões de exploração, colonização e cristianização nos novos territórios, especialmente no Brasil, pois a “Igreja que nasce no Brasil no século 16 torna-se, a certo modo, uma extensão daquela Igreja Católica que existia em Portugal, com todas as suas características de expressar a fé cristã.” (Kuhnen, 2006, p.48).

Assim, a partir do padroado, a Santa Sé concedeu a Portugal o direito de patronato sobre os territórios ultramarinos, conferindo à Coroa a autoridade legítima para nomear altos clérigos, construir igrejas, escolas e evangelizar nas novas terras. Nesse sentido, os religiosos que desembarcaram no Brasil estavam respaldados pelos interesses tanto da Igreja quanto da Coroa Portuguesa. Assim, o reino de Portugal:

Fora constituído como chefe padroeiro de todas as igrejas nas possessões portuguesas ultramarinas, com responsabilidades eclesiásticas extremamente abrangentes. Sendo ele Mestre da Ordem de Cristo, tinha herdado uma série de privilégios que estavam vinculados a essa instituição eclesiástica, e que conferiam ao superior dessa Ordem Militar largos poderes e direitos sobre as terras do ultramar português. Dentre esses privilégios, o mais importante era jurisdição eclesiástica sobre suas conquistas. Desse modo, nas igrejas que foram se formando no ultramar, imediatamente abaixo do Papa se colocava o rei de Portugal, com o seu poderoso instrumento de domínio sobre as igrejas do ultramar português pelos seus direitos de padroado e sua jurisdição eclesiástica. (Kuhnen, 2006, p.25)

Portanto, o Regime de Padroado foi um aspecto fundamental para o estabelecimento e a manutenção do domínio cristão em terras brasileiras, cuja a hegemonia perdura até hoje. Coube à coroa a responsabilidade de enviar colonizadores cristãos e sacerdotes missionários, assim como a exclusiva iniciativa de fundar novas igrejas, erguer templos e nomear clérigos para essas igrejas.

Desse modo, a organização da Igreja Católica no Brasil era em grande parte controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa Portuguesa que se baseava no fato de o rei, depois do Sumo Pontífice, ser a figura mais importante das três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a Ordem de Cristo, a Ordem de São Tiago e Espada, e a Ordem de São Bento de Avis. Com isso, a Igreja Católica no Brasil operava sob a supervisão e controle da coroa, desempenhando um papel significativo na consolidação do poder colonial e na disseminação da fé católica entre a população local, ao passo que:

O Estado Português ainda dispunha de outros mecanismos para controlar a Igreja, como a “A Mesa da Consciência e Ordens, que procedia às nomeações eclesiásticas, e o Conselho Ultramarino, que dava pareceres em questões de direito colonial. Contudo, o mecanismo mais importante foi o Padroado. Com a predominância do Padroado Régio, a influência de Roma sobre o Brasil foi mínima especialmente a do Concílio de Trento, que praticamente só foi aplicado no Brasil no século XIX. (Hoornaert, 1994, p.12).

O regime assegurou que os interesses religiosos e políticos estivessem unificados. As ações coordenadas da Coroa e da Igreja facilitaram a conversão das

populações indígenas ao catolicismo, mas também a dominação espiritual, que asseguraram a estabilidade social e a legitimidade da Coroa Portuguesa, pois:

os jesuítas desprezaram a educação popular. Por força das circunstâncias tinham de atuar no mundo colonial em duas frentes: a formação burguesa dos dirigentes e a formação catequética das populações indígenas. Isso significava: a ciência do governo para uns e a catequese e a servidão para outros. Para o povo sobrou apenas o ensino dos princípios da religião cristã. (Gadotti, 2003, p 65)

Havia o interesse irremediável de converter os nativos que aqui habitavam para viabilizar o processo de colonização e, por consequência, de acumulação e expropriação de capital, inclusive empregando o monopólio da utilização da força por parte de agentes militares da coroa, assim como o de aculturação cultural religiosa - por mais que o “índigena não podia conviver com o projeto capitalista, tinha que desaparecer, pois era irreduzível aos intentos do capitalismo: foi eliminado pelas doenças, pela fome, pelas guerras denominadas justas, pelas torturas, pelos regimes de trabalho.” (Hoornaert, 1994, p.17). Deste modo, nas palavras de Dom João III:

“porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse à nossa fé católica de modo que os gentios possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (Saviani, 2007, p.25)

A conversão dos povos indígenas ao cristianismo, durante o processo colonial, não pode ser compreendida apenas como uma ação eclesial, o seu processo evangelizador não era apenas uma prática espiritual, mas parte de um projeto mais amplo de transformação social, cultural e subjetiva. Transformação não no sentido revolucionário, mas embasada na negação da identidade indígena, vista como algo a ser moldada, controlado e docilizado, implicando numa aptidão ao trabalho.

A instrumentalização da religião se configurou como um sofisticado mecanismo dentro do projeto colonial. Funcionava como uma justificativa moral para a colonização, convertendo a violência simbólica e física do processo em algo supostamente “nobre”, “ético”, “digno” e “humano” — civilizar e salvar almas. Esse

processo suaviza e legitima a dominação, revestindo de espiritualidade aquilo que é, na base, um projeto econômico de exploração e controle³.

A imposição cultural religiosa e a força militar desempenharam papéis fundamentais na consolidação do domínio português, propiciando o controle sobre a população indígena e a exploração dos recursos naturais, de modo que:

os invasores imaginaram com relativa facilidade um sentido que fosse legitimar suas ações: este sentido era invariavelmente o do progresso, seja o do “Reino de Deus por Portugal” (ideia de Antônio Vieira, certamente compartilhada pelos missionários em geral); seja o da civilização contra a barbárie (Hoornaert, 1994, p.25).

A colonização não apenas expandiu os territórios, mas também assegurou a disseminação da fé e a integração dessas terras ao império lusitano, utilizando a violência e a aculturação como ferramentas fundamentais. Darcy Ribeiro comenta:

esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e outros. (Ribeiro, 2022, p. 37)

O papel estratégico da igreja católica no processo de colonização desdobrou-se numericamente em números de templos erguidos. É importante ressaltar que igreja, enquanto espaço físico, possuía um capital cultural relevante para a vida colonial, representando funções religiosas, cívicas e militares. Religiosa por ser uma extensão da autoridade espiritual e governamental da coroa portuguesa e do interesse clérigo papal, consolidando a fé e a obediência à Igreja e ao Estado. Cívica por servir como espaço de convívio social, comercial e festivo, promovendo a coesão, socialização e adequação da comunidade local à colônia. Por fim, militar por ser um ponto estratégico onde militares se reuniam para atividades de defesa, ordenamento

³ Por mais que a “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, de Max Weber, se reportasse sobre a contribuição do protestantismo calvinista e luterano ofereceu bases fundantes do capitalismo moderno, o processo de colonização pode ser entendido a partir deste, como parte de um processo mais amplo de dominação e racionalização da dominação, tal qual o protestantismo analisado por Weber.

militar e de prestação de serviços espirituais, reforçando a ordem e a disciplina entre os colonizados e militares.

A postulação ao quadro do oficialato (ou ordenança) militar da Coroa era alvo de grande interesse das elites coloniais, que disputavam essas posições nos espaços de negociação dos conselhos da Coroa. Essas disputas pelo provimento militar “de determinados ofícios foram intensamente debatidas entre os conselhos régios, o que resultou em uma delimitação bem específica” (Araújo, 2022, p.3). Coube ao “Conselho Ultramarino o controle sobre todos os ofícios exercidos no ultramar, inclusive sobre as patentes militares de hierarquia elevada, como as de mestre de campo e sargento-mor” (Araújo, 2022, p.4).

Por outro lado, muito além dos prestigiados cargos de ordenança militar, aos pobres era assegurado o serviço militar de caráter obrigatório e não remunerado, organizado pelo “Regimento das Ordenanças”. Enquanto os cargos de oficiais conferiam prestígio e influência e eram ocupados pela elite colonial, os quadros subalternos eram compostos por colonizadores pobres, indígenas, escravos, ex-escravos e mestiços, que enfrentavam uma realidade oposta. Tal regimento descreve:

minuciosamente a hierarquia de comando, o processo e o critério eletivo, as obrigações de cada posto, a composição das companhias, o adestramento militar, os exercícios periódicos e a organização territorial. Ao determinar obrigações militares gerais, declara recrutáveis todos os homens entre 18 e 60 anos de idade capazes de combater, não podendo estes, a partir de então, eximirem-se do serviço militar não remunerado. Todos os súditos deveriam estar em condições de pegar em armas, sempre treinados e aptos a servir na defesa da terra em caso de necessidade.” (Mello, 2009, p. 35)

A estrutura militar hierárquica refletia a disparidade social, com os privilegiados ocupando postos de comando, enquanto os menos favorecidos assumiam as funções mais arriscadas, menos reconhecidas e não remuneradas, sob a bênção da Igreja, que legitimava e sustentava essa desigualdade. Neste sentido, Mello (2009) salienta que:

a hierarquia de comando das Ordenanças não era extensiva a toda a população, pois, só poderia ser exercida pelas pessoas que reunissem para os tais postos as necessárias qualidades, encontradas apenas nos chamados: “principais das terras” e os da “melhor nobreza e cristandade” (Mello, 2009, p. 42).

O interesse no processo educativo da nova colônia fez parte de um bem delineado plano de “inserção do Brasil no chamado mundo ocidental, que se deu por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (Saviani, 2007, p.14), características de um plano doutrinário e autoritário. A educação jesuítica configurou-se como uma ferramenta para a manutenção do controle sobre colonizados, indígenas e escravizados, operando para a perpetuação do poder colonial e favorecendo seus interesses. Neste sentido:

foi assim, munidos das armas da educação, que os Soldados de Cristo chegaram ao Brasil, em 1549, fazendo parte da expedição colonizadora de Tomé de Souza, país onde iriam permanecer durante duzentos e dez anos, ininterruptamente, como os únicos professores de colonos e índios. (Mesquida, 2013, p. 238)

A catequese, enquanto processo de difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores, também serviu como um meio de docilização, submetendo-os ao regime político estabelecido pela coroa, sendo a catequese um “esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço feito para acentuar a semelhança e apagar as diferenças” (Saviani, 2007, p.31). Deste modo, o trabalho catequético:

era de caráter pedagógico, uma vez que os jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento que implicava práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não institucionais (o exemplo). As primeiras eram mais visíveis. Entretanto, as formas não institucionalizadas do saber foram muito mais eficazes, onipresentes e radicais, em sua enganadora múltipla pequenez do que se passava nos colégios, pelo menos do ponto de vista de uma dominação cultural. (Saviani, 2007, p. 31).

Darcy Ribeiro (2022), estabelece as bases sobre as quais se edificariam o povo brasileiro, mais especificamente no *plano adaptativo*, referente à tecnologia de produção e reprodução das condições materiais de existência; o *plano associativo*, que diz respeito aos modos de organização da vida social e econômica da colônia; e por fim, no *plano ideológico*, relativos a comunicação, crenças, ao saber e criação artística. Neste último plano o autor pondera a existência de:

uma Igreja oficial, associada a um Estado salvacionista, que depois de intermediar a submissão dos núcleos indígenas através da catequese impõe um catolicismo de corte messiânico e exerce um rigoroso controle sobre a

vida intelectual da colônia, para impedir a difusão de qualquer outra ideologia e até mesmo do saber científico” (Ribeiro, 2022, p. 79)

Neste contexto é a Igreja Católica com a colaboração da coroa portuguesa, em especial, com forças militares, desempenharam papéis fundamentais para a consolidação da colonização brasileira. De um lado, as amarras ideológicas impostas a partir do domínio do saber hegemônico europeu, moldando consciências, reforçando a obediência e submissão dos colonizados perante o Estado. As forças militares asseveraram a disciplina e a ordem necessárias para a sustentação do regime. Deste modo, a aliança eclesial-militar não garantiu apenas o controle e expansão territorial, mas também a hegemonia ideológica, criando estruturas sociais e culturais que iam ao encontro aos interesses portugueses, estabelecendo o controle hegemônico ideológico, “fazendo com que permanecesse intacta também a união entre a bíblia e a espada, o trono e o altar” (Mesquida, 2013, p. 246).

A disciplina e a ordem se consolidavam como pilares sociais fundamentais no regime colonial, essenciais para conter qualquer desafio à ordem política estabelecida. Dessa forma, ambos os elementos se encontravam enraizados em discursos e práticas militares, assim como em manifestações religiosas através da atuação historicamente legitimada pela Coroa à Igreja Católica, pois:

“na sociedade tradicional, a Igreja representava importante papel no processo de disciplinamento e ordenação social, não só no âmbito da religião, mas também nos da educação e da política, orientando todos os membros no sentido da univocidade, e pastoreando o funcionamento correto de cada uma das partes para a boa integração do todo, o então corpo místico do Estado. Nada mais emblemático do que os padres da Cia. de Jesus, com sua imperiosa disciplina e irrestrita obediência ao superior religioso: espalhados por todos os recantos da sociedade, sem dúvida eram os mais fiéis soldados de Cristo. Aquele disciplinamento social, outrora dirigido pelos padres, só era viável naquela sociedade tradicional, onde o Estado “não é jamais objeto autônomo de política, mas objeto de teologia política” (Mello, 2009, p. 81)

Assim, a relação entre o Estado e a Igreja não apenas reforçava a manutenção da ordem colonial, mas também perpetuava a hegemonia de uma elite política, militar e religiosa que controlava tanto o corpo quanto a mente da população. Essa interdependência desempenhou um papel fundamental na estabilidade do regime, pois utilizava a religião como uma ferramenta eficaz de controle social e disciplinamento, justificando a subordinação e a obediência através da doutrina e da fé.

O Ratio Studiorum representou a sistematização pedagógica do modelo educacional jesuítico, sendo a principal expressão normativa da Companhia de Jesus no campo da instrução formal. Tratava-se de um método estruturado que visava à formação articulada à educação religiosa, ensino das humanidades, filosofia e ciências, com vistas à preparação de quadros aptos a exercer funções estratégicas na colônia – em especial nos âmbitos administrativo, político e militar. Apresentava como características a rígida organização curricular, ênfase na memorização, retórica, na autoridade do mestre e na disciplina do corpo discente, aspectos esses que mais tarde se convencionou como os fundamentos da pedagogia tradicional.

Ao analisarmos a gênese e os objetivos da educação jesuítica materializada no Ratio se faz necessário, nesse momento, antecipar resumidamente o próprio objeto deste trabalho (que logo mais adiante será desdobrado), pois a essência é cotidiana. Hoje os modelos pedagógicos baseados nas doutrinas militares possuem necessariamente como característica existencial as ressignificações contemporâneas da herança jesuítica, particularmente no que tange à centralidade da disciplina, à valorização da hierarquia e à normatização dos comportamentos.

É uma concepção de educação voltada secundariamente à transmissão de saberes, mas como objeto primeiro, à **formação moral e comportamental dos estudantes**, por meio de práticas de vigilância, controle e padronização, elementos que se articulam à lógica militar de comando e obediência, características essas que reverberam a aliança entre a bíblia e a farda. Tais características antecipam o surgimento de uma lógica disciplinar e normalizadora que se tornaria constitutiva das instituições modernas, entre elas a escola, o quartel e a prisão. Nesse sentido, o Ratio pode ser lido como um dos primeiros dispositivos da história da educação brasileira de racionalização do ensino com efeitos diretos sobre a constituição de subjetividades dóceis, úteis e obedientes.

Esse processo se materializa na persistência de uma pedagogia que valoriza a ordem, a autoridade do educador, a uniformização de condutas e a função socializadora da escola como instrumento de conformação ideológica. A intersecção entre o legado jesuítico e o ethos militar, portanto, encontra nas escolas militarizadas um espaço de atualização, onde o currículo, os rituais disciplinares e os símbolos de

autoridade reforçam um ideal de sujeito obediente, patriótico e funcional às estruturas hierarquizadas da sociedade.

1.1 Roda Viva: A Igreja, os Militares e o Poder nas Políticas Educacionais do Brasil Império

O Regime de Padroado permaneceu vigoroso mesmo após o processo de independência do Brasil, e se intensificou a partir da promulgação da Constituição de 1824, no qual estabelecia o catolicismo como a religião oficial do Império Brasileiro, concedendo a Dom Pedro I a atribuição de nomear bispos, arcebispos, com a aprovação papal, além de poder prover benefícios eclesiásticos e arrecadar dízimo.

Consequentemente, a educação brasileira e a estrutura de ensino durante o período inicial do Império estavam sob as mesmas influências do período colonial, fortemente moldadas pelo modelo português e com uma prioridade definida na promoção da instrução religiosa e humanística, refletindo a estreita relação entre o Estado e a Igreja Católica. Mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação no início do Império continuou centrada, em grande parte, nas ordens religiosas, especialmente nas jesuíticas, o que resultou no amplo controle da Igreja sobre as escolas e a instrução. Na obra “Militares e Educação em Portugal e no Brasil”, Alves, C., & Nepomuceno pondera que:

além da catequese religiosa, outra estratégia utilizada pelo Império para controlar e, ao mesmo tempo, incorporar a população indígena era a construção de presídios militares. Além do controle/incorporação dos índios, esses presídios deveriam facilitar o desenvolvimento comercial e promover a colonização do espaço físico, mantendo contatos regulares com os missionários. (Alves, C., & Nepomuceno, 2010, p. 48).

Entre as prioridades imediatas apontadas por Dom Pedro I, destacava-se a necessidade de uma legislação específica para a educação pública, visando estruturar e organizar um sistema educacional capaz de promover o desenvolvimento intelectual e cívico da população, e “requeria solução urgente e prioritária: a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo o território do novo Estado” (Saviani, 2007, p. 119).

A Constituição Federal de 1824 destacou-se por dois aspectos que diferiam significativamente das normas vigentes em outros países. Em primeiro lugar a

previsão de um Poder Moderador e um outro ponto, a relação da Igreja Católica com o Império, constitucionalmente oficializada. Sobre esses dois aspectos, Saviani comentar que:

o Poder Moderador, um quarto poder estabelecido no artigo 10 e regulado no capítulo I do título 5º. Conforme definido no artigo 98, o Poder Moderador foi considerado a "chave de toda a organização política", sendo privativo do imperador "para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes" O outro aspecto característico encontra-se no artigo 5º do título 1º: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo". Vê-se que o disposto para "as outras religiões" corresponde ao espírito do pensamento moderno, de teor liberal, que remeteu a questão da fé religiosa para a esfera privada. A religião católica, no entanto, recebeu tratamento diferenciado ao ser incorporada ao Estado na forma do padroado. (Saviani, 2007, p. 123)

Neste momento, peço licença para abrir um parêntese para problematizar o Brasil contemporâneo e, mais uma vez, uma das essências deste trabalho, que diz respeito à atuação militar para além dos muros da caserna. Portanto, se faz necessário um olhar apurado no passado para compreender o nosso cotidiano. Dito isto, tem sido retoricamente resgatado por certos setores, sobretudo por alguns juristas e atores políticos que advogam uma leitura peculiar do artigo 142 da Constituição Federal de 1988. Segundo essa interpretação, as Forças Armadas poderiam atuar como uma espécie de "Poder Moderador", posicionando-se acima dos três poderes republicanos, sob o pretexto de garantir a "lei e a ordem".

No contexto imperial, o imperador exercia a função de mediador supremo, legitimado por uma estrutura monárquica de natureza sacralizada. Na contemporaneidade, observa-se a tentativa de atribuir às Forças Armadas um papel análogo, muito além de suas funções constitucionalmente previstas, especialmente subordinada e técnica, conforme estabelecido pela Constituição de 1988. Essa tentativa de conferir protagonismo político aos militares, colocando-os como árbitros da ordem institucional, revela um anacronismo autoritário e evidencia a permanência de uma lógica hierárquica e patrimonialista ainda presente em determinados atores do aparato estatal militar, inclusive entre aqueles que detêm o comando das tropas. Nesse cenário, a soberania democrática é ameaçada por formas verticalizadas de poder, que subvertem os fundamentos republicanos e a primazia da democracia e do poder civil.

Como vimos ao final do ano de 2022 e início do ano seguinte, a projeção de um papel moderador às Forças Armadas representa, na prática, um risco de golpe militar permanente sobre as instituições democráticas, o que afronta os princípios republicanos e pluralistas. Tal fato representa a força de uma tradição autoritária que, desde o Império, busca naturalizar a concentração de poder sob o pretexto da ordem e da estabilidade nacional.

Portanto, a persistência dessa mentalidade que encontra respaldo na figura histórica do Poder Moderador revela uma leitura distorcida dos limites constitucionais vigentes, e, sobretudo uma posição política deliberada, orientada por interesses políticos específicos, e que encontram apoio (ou respaldo) também de outras instituições sociais importantes, como por exemplo, a igreja. Há, portanto, um processo de busca de legitimação, que se dá por meio de uma construção social que inculca, no imaginário social, a ideia de neutralidade e superioridade moral das forças militares, romantizando sua atuação e elevando-os como salvadores da pátria, uma sacralização dos militares.

Retomando a discussão brevemente interrompida, vemos que o Brasil Imperial refletia um contraponto ao pensamento liberal moderno, que em outros países já se consolidava em repúblicas laicas, ao restringir a expressão pública de cultos não católicos. Assim, a Constituição de 1824, apesar de suas tentativas de inovação e de alinhamento com normas contemporâneas, revelou-se um documento que, mais uma vez, privilegiou a Igreja Católica como religião oficial do Império.

Coube então ao Imperador do Brasil o direito de nomear diversos cargos-chave para a administração imperial e garantir sua perpetuação. Entre essas atribuições, incluíam-se a nomeação de bispos e o provimento de benefícios eclesiásticos, a nomeação de magistrados, a designação de cargos civis e políticos públicos, e a nomeação dos comandantes das Forças de Terra e Mar, além da remoção desses comandantes conforme solicitado pelo regime nacional.

Se por um lado haviam gestos por parte do Império para modernizar a instrução pública brasileira, inclusive com a criação de universidades concebidas sob o modelo europeu, que houve de fato foi um atraso para a criação de uma estrutura de ensino organizada em com base em um sistema nacional de educação, de caráter público,

universal e laico. A ausência de um norte em termos de planejamento, além das políticas públicas eficazes para a universalização do ensino contribuiu sobremaneira para a persistência de um sistema educacional elitista e fragmentado, que de fato não atendia às necessidades sociais da época. Embora houvesse um discurso moderno, inspirado nas práticas europeias, o Brasil Imperial deu sequência a uma lógica pedagógica com acenos à Igreja Católica Romana, e marcada por desigualdade em seu acesso e insuficiências estruturais.

A educação continuou sendo uma mercadoria de difícil acesso aos populares, resguardando-se nas camadas mais abastadas, sendo que “nas províncias, o sistema escolar não passou da tentativa de reunião das antigas aulas régias em liceus, de forma desorganizada. Motivo: um falho sistema tributário e a consequente falta de recursos” (Oliveira, 2004, p. 948). Em síntese, a educação nesse período histórico é uma representação fiel das disputas de classe existentes, ao passo que:

no vazio do Estado, boa parte do ensino secundário ficou a cargo da iniciativa privada (principalmente religiosa) e o ensino primário foi relegado ao abandono, sobrevivendo pelo sacrifício de alguns mestres-escolas, que destituídos de habilitação profissional, só encontravam emprego na educação.” (Oliveira, 2004, p. 948)

Por mais que houvesse a tentativa da organização do “sistema escolar” nas províncias, desde a criação dos liceus sob a ótica pedagógica das antigas aulas régias, o movimento se mostrou ineficiente, ao modo que o ensino primário e secundário acabara por ser absorvido pela “iniciativa privada”, especialmente pelas instituições religiosas.

O ensino primário foi negligenciado, tendo apenas graças ao esforço de alguns mestres-escolas que, mesmo sem formação adequada, encontravam na educação uma das poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Assim, a educação desse período reflete em cores vivas um espaço de disputas entre os afortunados e os desprivilegiados, evidenciando a falta de um compromisso estatal efetivo com a expansão do ensino. Em síntese, o período do Brasil Imperial reforçou uma imagem em que:

poucas escolas primárias (com 250 mil alunos para um país com cerca de 14 milhões de habitantes, dois quais 85% eram analfabetos), liceus provinciais nas capitais, colégios particulares nas principais cidades, alguns cursos normais e os cursos superiores que forjavam o projeto elitista (para formação

de administradores, políticos, jornalistas e advogados), que acabou se transformando num elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial.” (Oliveira, 2004, p. 949)

De fato, a moderna ideia de descentralização educacional no Brasil Imperial não resultou em avanços, pelo contrário, evidenciou as disparidades econômicas e sociais entre as províncias imperiais. As escolas eram escassas e mal distribuídas, concentrando-se principalmente nas áreas urbanas e no sudeste do país, enquanto o vasto território rural permanecia desatendido. Acrescenta-se que apesar do discurso entusiasta e moderno, o Brasil Imperial falhou em implementar um sistema de educação extensivo a todos. O que ficou sedimentado foi uma oferta de instrução elitista, voltada em especial para a formação das classes dirigentes, e grande parte da população local condicionada ao analfabetismo e exclusão social.

Para além disso, a captação financeira de recursos apresentava sérias distorções, o que impactava diretamente nos recursos destinados à instrução. Além do mais, parte significativa dos recursos eram alocados para ações de “pacificação” nacional, haja vista o descontentamento popular, que cresceu ao longo dos anos, exacerbado pela crise econômica e pela insatisfação com a monarquia. A pujante influência dos movimentos republicanos, que pregavam a necessidade de um governo com viés representativo e democrático ganharam força, assim como as pressões internacionais e também internas para a para a abolição da escravatura, que finalmente se concretizou em 1888, desestabilizaram a economia e agravaram as tensões sociais.

Os colégios militares no Brasil Império foram uma exceção no cenário geral de fracasso da educação pública. Beneficiando-se de investimentos, estrutura curricular, professores qualificados e um ambiente disciplinado, essas instituições conseguiram proporcionar uma proposta pedagógica que contrastava com a da maior parte da população. Os métodos pedagógicos adotados nessas instituições refletiam a influência francesa, com ênfase em disciplinas como matemática, ciências, engenharia e humanidades, além do treinamento físico e militar. A abordagem integrava a formação intelectual com o desenvolvimento de habilidades práticas e militares, de modo que:

esse modelo de ensino foi cuidadosamente preparado e submetido a atualizações constantes, graças à adoção de livros franceses, sempre

atualizados “para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que era privilégio e monopólio exclusivo (dos colonizadores ou de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra. Com a Real Academia Militar ocorre a progressiva substituição dos oficiais portugueses por oficiais brasileiros nos postos de comando.(Nogueira, s/a p. 153)

Os filhos de militares afortunados, que demonstravam um evidente interesse em seguir a carreira militar como seus pais, tinham o direito de se matricular em um dos colégios militares. Essas instituições eram vistas como um caminho natural para a continuidade da tradição militar familiar, proporcionando uma educação de qualidade e preparando os jovens para futuros postos de liderança nas Forças Armadas.

Instituições de ensino como o Academia Imperial Militar (anteriormente denominada como Academia Real Militar e posteriormente como Escola Militar), a Escola Militar da Praia Vermelha, o Colégio Militar do Rio de Janeiro, assim como outros, apresentavam uma característica em comum: eram destinadas a filhos de militares e também para sujeitos civis que fossem admitidos em árduos e concorridos exames de admissão e proporcionar educação secundária de alta qualidade combinada com treinamento militar, preparando jovens para ingressar em academias militares superiores.

Como anteriormente mencionado, a Igreja Católica continuou exercendo protagonismo nas diversas camadas do Império. Prestigiada, a igreja também possuía seus postos estratégicos no seio da estrutura dos Colégios Militares. Tal constatação se manifestava de diferentes maneiras, como por exemplo o componente “Educação Moral e Religiosa” ser parte integrante do currículo destas instituições, cujo fim dizia respeito à formação moral dos alunos, sob a égide da doutrina cristã da igreja católica.

Além disso, pertencia ao quadro oficial dessas escolas, a figura do “Capelão”, ou seja, na época, necessariamente padres designados para atender às necessidades espirituais e religiosas dos estudantes – aconselhamento espiritual e orientações com base na fé.

A influência ideológica da Igreja Católica na educação militar durante o Brasil Império refletia o poder significativo da religião no reino. A ênfase nos valores cristãos, como disciplina, respeito à autoridade, honestidade e serviço ao próximo, era uma parte fundamental da formação dos estudantes. Esses princípios não apenas

alinhavam-se com a doutrina católica, mas também eram fundamentais para os ideais militares, promovendo um padrão ético e moral, buscando afastar a insubordinação.

Os valores cristãos introjetados no âmbito dessas instituições reverberavam diretamente na formação de líderes militares. De fato, isso consolidava o papel da igreja como uma força muito além de meramente orientadora da vida espiritual, mas a alçava na vida pública e institucional do Império. A integração dos valores cristãos na educação militar ajudava a garantir que os oficiais fossem não apenas competentes em suas funções, mas também éticos e moralmente responsáveis, segundo os interesses católicos.

A presença da Igreja na formação militar promovia uma liderança que refletia valores religiosos e assegurava eficiência, subordinação e respeito à hierarquia. Essa integração contribuía para a estabilidade social e a coesão institucional, estabelecendo um padrão de liderança fundamentado na moralidade cristã e na obediência. Além disso, consolidava uma estrutura social ordenada e coerente, ajudando a prevenir e conter qualquer movimento rebelde que pudesse ameaçar a estabilidade do Império. Assim, a influência da Igreja reforçava a autoridade militar e sustentava a ordem social, garantindo a continuidade e a integridade das instituições imperiais.

Se, por um lado, o Brasil Império não obteve sucesso com a instrução pública laica, que se baseava nos modelos mais modernos da educação global e enfrentava desafios como a descentralização das províncias e a falta de investimento, a situação era bem diferente no que diz respeito aos recursos financeiros para militares, inclusive suas escolas. Neste campo, havia claramente uma abundância de recursos, tanto financeiros quanto materiais, e uma estrutura curricular moderna. Essa disparidade entre a educação pública e militar evidenciava a priorização das necessidades e a capacidade do Império de alocar recursos de maneira diferenciada, resultando então em uma dualidade pedagógica, ao passo que:

o Estado, no Brasil, consagra a esse serviço [sistema de instrução] apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram 20,86%. Dessa forma, o sistema nacional de ensino não se implantou e o país foi acumulando um grande déficit histórico em matéria de educação. (Saviani, 2007, p. 167)

Saviani (2007) comenta que, na transição da fase final do Brasil Império para o regime republicano, o ambiente político se polarizava de tal modo que o pensamento liberal e suas vertentes, presentes no contexto social brasileiro, apresentavam uma tensão ambígua em relação ao papel da centralidade do Estado. Por um lado, havia uma tendência liberal, que se desdobrava em outras vertentes, defendendo a descentralização e a autonomia dos estados e indivíduos. Por outro lado, essa mesma corrente recusava-se a aceitar plenamente o protagonismo do Estado no desenvolvimento da sociedade, resultando em um dilema sobre até que ponto o governo central deveria intervir e regular aspectos sociais e econômicos. No campo educativo, tais disputas enfraqueceram a ideia daquilo que seria um sistema educacional no Brasil, em contraste aos movimentos que aconteciam em países europeus. A resistência ao papel estatal pode se definir:

em termos gramscianos se diria que está em causa, aí, a contradição entre dois aspectos característicos de “Estado ampliado”: a sociedade política e a sociedade civil. Em Rui Barbosa essa contradição emergiu nos seguintes termos: ao priorizar o papel do Estado, aumenta seu poder de centralização, diminuindo em contrapartida a livre iniciativa da sociedade civil, o que inviabiliza a efetivação de todo o projeto pretendido. (Saviani, 2007, p.168).

Por fim, é importante salientar que o Regime de Padroado ainda vigente no Império, que conferiu outorga ao Imperador certos graus de controle sobre a Igreja no Brasil, e em troca se oficializou o catolicismo como religião oficial, apresentou certa dualidade. Essa relação simbiótica entre Igreja e Estado, no entanto, gerava uma dualidade interessante, como discute Saviani:

é verdade que, do ponto de vista da moral e dos costumes, assim como das práticas políticas e sociais, de modo especial da parte das elites, a concepção de vida disseminada durante a vigência do padroado resultava bastante laicizada, secularizada, distanciando-se e, mesmo, entrando em conflito com os cânones oficiais esposados pela Igreja romana. Mas a concepção que se procurava incutir na população, de modo geral, e, em consequência, as ideias pedagógicas que conformavam as escolas em que se concretizava a então denominada instrução pública continuavam impregnadas da visão católica. (Saviani, 2007, p. 178)

O avanço dos ideais liberais, positivistas e laicos no final do Império resultou em uma crise de hegemonia da Igreja Católica. A solução para esse conflito culminou na ruptura com o regime de padroado, o que posteriormente levou à separação entre Estado e Igreja. Como consequência, o Ensino Religioso foi excluído dos currículos

das escolas públicas brasileiras. Ressalta-se, porém, que a Igreja Católica “se fortaleceu pela unidade de doutrina e pela autonomia de que passou a gozar diante do poder político. Mas a exclusão do ensino religioso das escolas foi algo que a Igreja jamais aceitou”. (Saviani, 2007, p.179).

1.2 - Vai Passar: O Processo de Secularização e a Igreja na Primeira República

A transição do Império para a Primeira República, em 1889, tensionou diversas forças relevantes da época, especialmente as forças armadas e a Igreja Católica. O regime imperial enfrentava múltiplas crises, incluindo o descontentamento das classes dominantes e a pressão do movimento abolicionista. Essas tensões se uniram aos ideais positivistas e republicanos, que encontraram grande apoio entre os oficiais militares e, por consequência, na caserna.

Deste modo, os militares sob inspiração dos movimentos republicanos desempenharam um papel destacado na deposição do Império de Dom Pedro II. Havia um entendimento que o Império era obsoleto e oneroso, ou seja, ultrapassado e incapaz de modernizar o país, ao modo que começaram a se organizar sob a perspectiva de um movimento republicano.

A Primeira República foi marcada logo em seu início pela posse primeira, seguida de duas sucessões de presidentes militares. Deodoro da Fonseca (1889-1891) lidera o movimento que derrubou o Império e proclamou a República, sendo sucedido por Floriano Peixoto (1891-1894). Após um hiato de seis anos, Hermes da Fonseca (1910-1914) foi eleito para presidir o país. Dito isso, é importante ressaltar que as políticas educacionais do início do período foram também concebidas como ferramentas essenciais para a formação cívica e moral dos cidadãos, buscando consolidar o novo regime, e prover uma identidade nacional que expurgasse os valores monárquicos e aristocráticos do período imperial.

Desse modo, e não diferente de outros períodos históricos futuros, a escola pública foi instrumentalizada ideologicamente como um espaço de controle social, cuja intencionalidade perpassava a necessidade de formar quadros com os valores

estabelecidos pela elite republicana. Portanto, era necessário que as políticas educacionais dialogassem com os signos de “democracia”, a ordem, o progresso e o culto à civilidade.

O ensino se apresentava conceitualmente nos valores de disciplina, obediência, honestidade. Isso reverberava em um tipo ideal de sujeito-ideal para enfrentar o trabalho com braveza e desenvolver o país. Embora a educação apresentasse um ethos secular, a moral cristã ainda desempenhava um papel significativo na formação dos valores escolares, influenciando a concepção do sujeito desejado para a nova ordem republicana.

A Igreja Católica, primeira aliada do processo colonizador, assim como o de sustentação do Império, com a proclamação da República, perdeu seu status oficial e passou a ser separada do Estado pela Constituição de 1891, o que marcou o início da tentativa secularização e laicização formal do país. A Igreja, que inicialmente havia resistido à ideia de uma República laica, teve de se adaptar ao novo contexto político, buscando reconfigurar sua influência na sociedade brasileira.

O processo de secularização limitou a influência da Igreja Católica sobre o novo governo e, especial, na instrução pública. Porém, apesar da resistência inicial ao ideal laico, a igreja se viu obrigada a se adaptar à nova realidade política do país, e com o seu sedimentado capital político historicamente constituído, buscou reconfigurar sua influência na sociedade brasileira através da promoção de instituições sociais e educacionais próprias e do fortalecimento de suas redes de apoio dentro da sociedade civil, em especial, nas classes privilegiadas. A mobilização da igreja se expressou na forma de

resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais. (Saviani, 2007, p.179)

Portanto, a transição do Brasil Império para a Primeira República foi caracterizada pela aliança entre setores insatisfeitos da sociedade, com os militares desempenhando o papel de força motriz no golpe que depôs o Império. Simultaneamente, a Igreja Católica teve que se reposicionar diante do novo regime,

adaptando-se às mudanças políticas mesmo que isso implicasse a perda de seus privilégios anteriores.

A resistência da igreja católica se manifestou em aversão aos direitos estabelecidos e a laicização proveniente da Revolução Francesa. Receosa que esses eventos ganhassem repercussão na recém-criada República brasileira, a igreja que já sofria com a extinção do ensino religioso nas escolas públicas, passou a questionar as medidas de laicização do Estado, com destaque para a primazia do casamento civil sobre o religioso, a laicização dos cemitérios e a proibição do direito de voto aos clérigos. Em resposta a essas ameaças, a Igreja Católica mobiliza suas bases, resultando na fundação da Ação Católica Brasileira.

O pensamento educacional na Primeira República foi materializado na Constituição Federal de 1891. Esse documento instituiu o regime federativo de governo e, por consequência, a descentralização das políticas educacionais, refletindo uma forte tendência liberal e de secularização do ensino. Cabe ressaltar que até a promulgação da nova Carta Constitucional:

o Brasil foi um país cuja religião oficial, até a promulgação da Constituição Republicana de 1891, era o catolicismo. Inspirada por alguns princípios e ideias da Independência americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), essa Carta Magna brasileira instituiu a separação Estado-Igreja, definindo que não haveria uma religião oficial no País e passando a responsabilidade do ensino para o Estado. Como era de se esperar, a Igreja Católica não recebeu bem o fato de que não seria mais responsável pela educação, uma vez que a instituição religiosa sempre teve consciência de que a escola é um espaço de formação de sentidos e de modos de ser, em suma, uma forma de reprodução e de imposição de seus credos” (Valente, 2018, p. 109)

A secularização buscava reduzir a influência da Igreja Católica sobre as instituições públicas e promover uma educação laica e universal. No entanto, essa tentativa encontrou diversas limitações. A Igreja, que durante os períodos históricos anteriores teve um papel protagonista, mas perdeu seu posto privilegiado na Primeira República. Desde a colonização, a Igreja tinha controle direto sobre as instituições de ensino, mas isso mudou com a nova constituição. Houve a supressão do componente curricular de Ensino Religioso, evidenciando, ao menos em tese, um compromisso com o caráter laico das instituições públicas. Dessa forma, o texto constitucional resguardava que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (Brasil, 1891), de modo que:

uma vez nas mãos do Estado, a escola passou a seguir princípios republicanos, pensados por iluministas como a pedra de toque no processo civilizatório. Assim, uma ideia de educação de caráter público, laico e universal, desenvolvida no Velho Mundo, aos poucos chegou ao Brasil e foi legitimada por autoridades e educadores nacionais. Contudo, na transposição de contextos sociais, os entendimentos sobre esses princípios passam a ser interpretados com categorias culturais próprias (Valente, 2018, p. 109)

Uma consequência direta da secularização manifestou-se na formação de professores, uma vez que métodos pedagógicos modernos e laicos passariam a integrar o cotidiano formativo desses profissionais. O distanciamento entre o Estado e a influência religiosa representou, ao menos em tese, em práticas pedagógicas neutras, direcionadas para o conhecimento científico, e pautadas em princípios seculares, reforçando o novo texto constitucional.

Seria ingenuidade afirmar que a Igreja Católica, com todo o seu capital ideológico acumulado ao atravessar da história, não exercesse uma forte influência política, especialmente entre as elites conservadoras. Embora a Constituição Federal vigente à época estabelecesse um caráter secular, havia uma brecha jurídica que permitia a criação de instituições de ensino confessionais, não secularizadas. Essa margem encontrava respaldo no artigo 72, §6º, que, ao tratar da liberdade de ensino e da separação entre Igreja e Estado, não proibia explicitamente a fundação e manutenção dessas instituições, apenas determinava que o ensino ministrado deveria ser leigo nas instituições públicas oficiais. (Brasil, 1891).

Embora inicialmente respaldada pela Constituição Federal de 1891 e pela Lei Orgânica do Ensino de 1901 e ratificada nas demais reformas, a secularização da educação — entendida como a oferta de ensino laico nas escolas públicas, sem a obrigatoriedade do ensino religioso — foi objeto de contestação por parte da Igreja Católica, que buscava reconquistar a hegemonia e presença nos ambientes escolares públicos, amparada pelo apoio tácito apesar dos setores conservadores da sociedade, inclusive, militares.

Isso permitiu que a Igreja Católica — e, posteriormente, também igrejas protestantes⁴ — continuassem influenciando a formação educacional, sobretudo das

⁴ Denominar o espectro protestante é uma tarefa complexa, dada a sua diversidade interna. Ainda que marcado por diferenças teológicas muitas vezes irreconciliáveis, esse campo religioso compartilha uma origem comum. Para os fins deste trabalho, o termo 'protestante' será utilizado como categoria válida

elites, evidenciando que a secularização aclamada pela carta constitucional apresentava seus limites, reposicionando a influência as afiliações religiosas em instituições privadas, porém, orientadas à formação do quadro diretivo do país, mantendo assim sua influência entre as elites conservadoras da Primeira República, implicando na consolidação das escolas confessionais direcionadas para este seletivo grupo, e o ensino superior concentrado ainda em faculdades católicas isoladas.

Assim como no período imperial, as desigualdades econômicas, sobretudo ao considerar as disparidades entre o Norte e o Sul dificultaram a expansão da rede pública de ensino, dificultando políticas de secularização. Diante disso, a falta de recursos financeiros e de infraestrutura adequada limitou a capacidade do Estado de expandir e interiorizar a rede de escolas públicas, consequentemente, deixou de assegurar que todas seguissem os princípios laicos estabelecidos pela Constituição.

Apesar dos avanços nas políticas educacionais e do aumento substancial do número de escolas em comparação ao regime político anterior, não se pode dizer que o acesso à educação foi democratizado, de certo porque a educação pública consistia de um projeto reservado às classes urbanas, por mais que a alfabetização era considerada essencial para que os cidadãos pudessem participar da vida pública, exercer seus direitos e compreender as leis e regulamentos da república. Em suma:

as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo debate das ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado de "entusiasmo pela educação", o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 1920 (Saviani, 2007, p.177)

Por fim, ao final da Primeira República, coexistiam a burguesia industrial e a rural, impulsionadas por alianças oligárquicas que resultaram em uma manifestação feroz do coronelismo. Esse sistema mesclava a modernidade do sistema representativo com uma estrutura econômica e social ainda atrasada, caracterizada pela troca de favores entre o poder público constituído e a influência dos decadentes proprietários de terra. Esse cenário impactava diretamente a educação, pois as

para estabelecer um contraste entre a cultura ibérica de matriz católica e a cultura anglo-saxã de tradição protestante.

práticas clientelistas e o controle político local dificultavam a implementação de políticas educacionais que promovessem uma instrução pública ampla com viés crítico. A educação estava subordinada aos interesses dessas elites e a Igreja Católica, no seio de sua estrutura, reforçava os valores tradicionais e religiosos, contribuindo para a concentração de poder, a perpetuação das hierarquias sociais e do poder local.

1.3 Construção: A Revolução de 30 e as Raízes (Neo)Pentecostais

O processo de deterioração política da primeira república evidenciava a fragilidade democrática da época e consolidava o domínio das elites econômicas. A insatisfação social foi intensificada também pelo descontentamento de setores militares e, especialmente pela Igreja Católica, que buscava assento prestigiado no poder decisório do país, por isso, clamava por reformas e maior influência, contribuindo para o desencadeamento da Revolução de 1930. Esse levante resultou na deposição imediata de Washington Luís e no impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes, levando, após a breve passagem da Primeira Junta Militar, à ascensão de Getúlio Vargas ao poder da República.

Vargas soube conquistar o apoio das forças militares em diversas regiões, o que foi crucial para o sucesso do movimento. Ao analisar o papel da Junta Militar e seu breve período de governo antes da transição para Vargas, fica claro o peso dos militares nesse processo. Eles viam na Revolução de 1930 uma chance de reformular a estrutura política e econômica do Brasil e encerrar a supremacia das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Saviani (2007) destaca que o domínio das oligarquias cafeeiras começava a ruir, abrindo espaço para mudanças significativas no país, pois:

de hegemônica, passa a ser isolada pela cisão das demais oligarquias, a começar pela classe dominante mineira, que se afasta dos interesses cafeeiros, aderindo à aliança liberal, cujo fulcro era dado pelas áreas desvinculadas dos barões do café, representadas pelos estados do Rio Grande do Sul e Paraíba. Esse núcleo, completado pela adesão de parcela ponderável das Forças Armadas, contando com o apoio das forças sociais das regiões dissidentes e angariando o respaldo das classes médias urbanas” (Saviani, 2007, p. 191)

De fato, a participação militar foi um dos pilares centrais não só no desencadeamento da revolução, mas também na consolidação e no aprofundamento do novo governo. Após a vitória, Vargas reservou aos militares a incumbência de estabilizar o país e reprimir futuros movimentos de opositores.

Se durante o período da primeira república a Igreja Católica perdeu, ao menos do ponto de vista legal e conforme o texto constitucional, seu espaço de influência oficial no Estado, ela não deixou de ter um parrudo capital político e prestígio social. Se nos idos dos anos de 1900 havia uma preocupação com a secularização da sociedade e com as ideologias políticas que distanciavam a igreja do Estado, houve também um apoio tácito católico para a nova conjuntura política, que iria moralizar e regenerar a sociedade brasileira, uma reforma moral e social.

Assim, a partir da Revolução de 1930, um novo vínculo foi estabelecido entre o Estado e a Igreja Católica. Para Vargas, era imprescindível contar com a Igreja como uma aliada na sustentação de seu governo. De fato, a operacionalização do credo religioso enquanto instrumento de domínio e docilização das relações sociais era necessário para fomentar uma “da nova ética paternalista cristã”, que conforme Hunt (2013), promoveu a figura do homem bem-sucedido como herói, um modelo a ser aplaudido e seguido, que proclamava a superioridade natural de uma pequena elite — os magnatas da indústria, do campo e das finanças. A essa elite, atribuía-se a função paternalista de zelar pelo bem-estar das massas, uma atividade típica do capitalismo industrial que avançava no país. Assim, o regime varguista, ao alinhar-se com a Igreja, não apenas consolidava a sua legitimidade religiosa, mas também reforçava uma estrutura social que beneficiava as elites econômicas.

É importante destacar que, no plano global, a Igreja Católica também se alinhava à perspectiva do capitalismo industrial emergente, mesmo diante da crescente concentração de renda nas mãos de uma pequena elite, em detrimento das necessidades básicas da vasta maioria. A Igreja promovia a ideia de que o capitalista, ao acumular riqueza, agia como um “semeador” do amor, da fraternidade e da benevolência, justificando essa disparidade através do paternalismo cristão. Assim, o discurso eclesiástico apresentava a elite econômica como promotora de bem-estar

das massas, indicando que a noção de que a prosperidade dos poucos garantiria o bem-estar coletivo, apesar de desigualdade sociais postas.

Essa retórica camuflava as injustiças sob a fachada moral de caridade e responsabilidade social, abrigava o verdadeiro espírito da burguesia: de submissão e controle dos trabalhadores, inclusive na esfera íntima, nos quais os “lazer, os ócios, representam um perigo iminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazeres ele encontra sedução extremamente perigosas”. (Saviani, 2007, p.190).

Percebe-se a necessidade de Vargas ser reconhecido como o pai fundador de uma nova era no Brasil, um papel para o qual a preservação dos valores e do espírito cristão foi essencial. Durante seu governo, ele consolidou sua imagem como um líder carismático, nos termos da teoria weberiana, ao incorporar e promover princípios cristãos que não apenas legitimavam seu poder, mas também reforçavam sua autoridade. A Igreja, por sua vez, desempenhou de sustentar o Estado em questões morais, garantindo sua própria influência no cenário político nacional. Essa aliança entre Vargas e a Igreja Católica consolidou uma base de apoio que vinculava o governo ao ethos cristão, essencial para a legitimação do poder varguista.

Essa relação entre Estado e Igreja foi estratégica para ambos: se por um lado Vargas reforçava seu poder, a Igreja não apenas consolidou a figura de Vargas como um líder moralmente íntegro e alinhado aos valores cristãos, mas também se fortaleceu como uma instituição política relevante, com capacidade, capilaridade e força para pautar sua própria agenda. Ao apoiar Vargas, a Igreja não só garantiu a continuidade de sua influência diversos aspectos da vida, mas também assegurou um papel central na definição de políticas públicas que refletiam seus interesses e valores, tais como a obrigatoriedade da disciplina de Ensino Religiosos nas escolas públicas, assim como a nada sutil proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil ou a própria construção do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

O pensamento educacional idealizado no processo da Revolução de 1930 revela as aspirações e alianças políticas da época. Pela primeira vez na história da República, estabeleceu-se a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Ensino Religioso — uma medida que, à primeira vista, poderia parecer contraditória ao movimento da política educacional vigente, influenciada pelos intelectuais da Escola

Nova. Mais do que isso, a Assembleia Constituinte de 1934 uniu, em torno de um mesmo projeto, antigos antagonistas históricos, agora alinhados contra a hegemonia católica, por saber:

A medida foi combatida pelos protestantes que, junto a outros grupos representados na Constituinte como os maçons, espíritas, positivistas e comunistas propuseram a impugnação dessa proposta. Debates calorosos foram travados na Câmara dos Deputados entre os favoráveis à proposta católica- a favor das mudanças em prol da moralização e das tradições católicas- e entre os antipáticos que argumentavam, entre outros elementos, o retrocesso que representaria a volta do período de união entre Estado e Igreja [...] o líder da oposição ao projeto, o pastor metodista e deputado Guaracy Silveira conseguiu articular alianças com inimigos históricos da causa protestante - como integralistas e comunistas." (Watanabe, 2011, p. 34)

O pensamento pedagógico foi instrumentalizado para conservar e promover valores sociais que beneficiavam o regime político vigente. Essa convergência, embora paradoxal, demonstra como diferentes correntes sociais foram cooptadas para servir aos interesses de um mesmo Estado, reforçando as bases ideológicas que sustentavam o projeto nacional de Getúlio Vargas. Saviani (2007) lembra que:

essa situação não se configurava tão estranha, uma vez que estava respaldada por importantes precedentes históricos, como se pode ver pelos processos de restauração na Europa em meados do século XIX. O exemplo mais contundente desse fenômeno deu-se na França, onde a burguesia, após ter atacado violentamente a Igreja enquanto componente do "Antigo Regime", a ela se aliou diante do temor do avanço do movimento operário. E no Brasil das décadas de 1920-1930 também estava em causa esse temor num momento em que se procurava converter a questão social de caso de polícia, como fora tratada na República Velha, em questão política. E a Igreja aparecia, aí, como um antídoto importante com sua doutrina social (Saviani, 2007, p. 196)

A Igreja Católica, portanto, reconquistava mais uma vez um assento privilegiado, posicionando-se como uma instituição chave na orientação das necessidades do país. A ela caberia o papel de esclarecer as massas sofredoras, confabulando que sua situação atual não é fruto do acaso, muito menos da opressão por parte das elites privilegiadas, detentoras do monopólio industrial e agrário. Além disso, a Igreja tinha a missão de promover os sentimentos de caridade e solidariedade social, que representam os mais nobres princípios da fé cristã, apesar não resolver diretamente o problema dos mais necessitados.

Se anteriormente houve uma tentativa de secularizar as relações entre o Estado e a religião, o regime varguista trouxe uma inversão nesse processo,

representando um período de importantes avanços para a agenda católica. Desta agenda, é fundamental destacar que a o reconhecimento do casamento religioso com efeitos civis, a autorização para a administração de cemitérios pela Igreja, e a legitimação do voto de religiosos nas eleições.

Porém, uma das conquistas mais emblemáticas e que reverbera diretamente com o objeto de estudo deste trabalho, foi a instituição dos capelães nas Forças Armadas, uma presença que perdura até os dias atuais. Nesse sentido, é o “capelão é o sacerdote responsável por atender em uma capela ou prestar assistência religiosa a todos os que a esta capela pertença, sejam seus adeptos ou familiares” (Almeida, 2006, p. 15). Essa medida é emblemática porque oficializa e institucionaliza a religião, especialmente a cristã, dentro da caserna militar, e aos poucos ampliando a sua atuação, sendo requerida também pelas forças auxiliares. Este processo culmina no cenário atual, que será analisado mais adiante, onde observamos um estreitamento das relações entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) com as forças policiais forças policiais, inclusive com a participação de policiais fardados em cultos e atividades religiosas promovidas pela IURD.

Watanabe (2011) nos indica que a literatura acadêmica que versa sobre os protestantes no Brasil entre o início do século XX e a década de 1950 é esvaziada, mesmo com a atuação de várias denominações protestantes históricas (como batistas, presbiterianos, metodistas e luteranos) assim como a própria Assembleia de Deus, que surge em Belém do Pará em 1910, a partir da chegada de dois missionários suecos – e se torna aquela que viria ser a maior congregação denominacional protestante do país.

Portanto, protestantes se viram diante do fortalecimento do nacionalismo do varguismo, que priorizava o alinhamento à tradição católica. Havia um reforço acerca da centralidade da Igreja Católica no âmbito do Estado, de tal modo que:

os grupos evangélicos, durante os anos Vargas, vivenciaram desafios comuns decorrentes da aproximação entre a Igreja Católica e o Estado. Trata-se de um período hostil às religiões não católicas, resultado direto da influência que os intelectuais católicos tiveram no governo de Getúlio Vargas.” (Watanabe, 2011, p. 32)

As igrejas protestantes eram muitas vezes relegadas como expressões religiosas estrangeiras, associadas a interesses norte-americanos ou europeus, de tal

forma que “os protestantes estabeleciam debates ácidos contra os católicos e reagiram contrariamente aproximação feita por Getúlio Vargas com a Igreja Católica” (Watanabe, 2011, p. 27). Acrescenta ainda:

os protestantes brasileiros representam até os anos 1930 um grupo que, embora crescesse a um ritmo acelerado, era numericamente pouco expressivo. A maior parte dos problemas dos evangélicos estava vinculada à dependência política e financeira das juntas de missões norte-americanas e ao significativo avanço dos católicos em espaços públicos durante o governo Vargas.” (Watanabe, 2011, p. 29)

Na década de 1930, as denominações protestantes históricas se empenharam em conferir uma identidade nacional às suas práticas eclesiais, buscando fortalecer sua presença no país e adaptar-se ao contexto sociopolítico da época e foi central na nacionalização das estruturas eclesiais e a tentativa de uma primeira reflexão teológica essencialmente nacional.” (Watanabe, 2011, p. 30)

Watanabe corrobora:

que nos anos 1930, as igrejas passavam por um momento de nacionalização das suas estruturas eclesiais e, muitos dos seus pastores procuravam construir uma Teologia nacional. Os evangélicos procuravam uma independência política e financeira das juntas de missões norte-americanas, sendo os anos 1930, o momento da independência (Watanabe, 2011, p. 27)

Ao mesmo tempo, o embate com a hegemonia católica e as políticas do governo Vargas tornaram esse processo desafiador, exigindo das denominações protestantes estratégias para se afirmarem em meio a conjuntura política da época. Esse movimento de independência e adaptação, embora pouco explorado na literatura acadêmica, representa um dos momentos decisivos para a estruturação do protestantismo no país e sua inserção no debate sobre identidade religiosa no Brasil.

Os protestantes tupiniquins buscaram maneiras de consolidar sua presença no Brasil e garantir maior autonomia frente às missões estrangeiras. A nacionalização das igrejas e a construção de uma teologia própria foram passos fundantes para romper com a dependência externa e estabelecer um protestantismo mais enraizado na cultura brasileira, que mais tarde daria origem ao expressivo crescimento do pentecostalismo no Brasil, a semente havia sido plantada.

1.4 Desalento: A Ação Integralista Brasileira e a Gênese de “Deus, Pátria e Família”

O chavão fascista 'Deus, Pátria e Família', repetido à exaustão nos últimos anos e incorporado pela extrema-direita no Brasil, tem suas origens no movimento integralista brasileiro, cujo ideário era inspirado pelo fascismo europeu. Esse movimento, liderado por Plínio Salgado e com significativa adesão social em sua época, articulava correntes políticas que promoviam um nacionalismo exacerbado, valores cristãos conservadores e a defesa de uma estrutura social rigidamente hierarquizada.

Essas características serviram como base para a mobilização de setores da sociedade, especialmente aqueles alinhados com o catolicismo tradicional, que ganhara projeção no regime varguista; a elite militar e os defensores de uma moralidade rígida e patriarcal. De fato, o Integralismo se colocava enquanto uma alternativa político-econômica ao liberalismo e ao temido comunismo, cujo a agenda perpassava fundamentos da moralidade cristã, a lealdade à nação e a valorização da estrutura familiar tradicional, algo *sui generis* à extrema-direita mundial atualmente.

Plínio Salgado, jornalista, escritor e político, além de patriarca dos chamados “camisas-verdes”, era filho de um coronel do exército e de uma professora. Nunca escondeu sua admiração pelo movimento fascista italiano, no qual o encontrou pessoalmente no Palácio de Venezia, Roma, em 1930, e “com muita empolgação, dizia estar frente a frente com o gênio criador da política do futuro, o profeta do mundo contemporâneo.” (Gonçalves, 2020, p. 10). Essa admiração pelo fascismo não foi apenas teórica, mas serviu de inspiração direta para a criação do movimento integralista no Brasil, que buscava adaptar os princípios fascistas ao contexto nacional, com teses para um regime autoritário, nacionalista e corporativista, cujo o povo colocasse os interesses da pátria acima dos interesses de classe.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada com esse propósito e sob recomendação do próprio Mussolini, do qual consta que “aconselhou o brasileiro a criar um movimento preliminar de ideias, pautando a sociedade em uma nova consciência, para, posteriormente, formar um partido político.” (Gonçalves, 2020, p. 10). A AIB possuía, portanto, fortes afiliações com o fascismo italiano e o integralismo lusitano, além de ser amplamente fundamentada na Doutrina Social da Igreja Católica, do qual:

há diversos indícios das relações entre Plínio, o integralismo brasileiro e outras organizações conservadoras e fascistas. Um deles foi o Integralismo Lusitano, movimento conservador inspirado na Action Française — uma das precursoras do conservadorismo organizado. Ambos se inspiravam no modelo de organização social proposto pelo papa Leão XIII, por meio da encíclica de 1891, a *Rerum novarum*.” (Gonçalves, 2020, p. 13)

Embora Salgado inicialmente tenha apoiado a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ele rapidamente adaptou sua posição, passando a apoiar o novo regime, na esperança de que o governo de Vargas pudesse abrir espaço para as ideias integralistas no Brasil. Cabe constar que o próprio Vargas afirmou, ainda quando governador gaúcho, “que sua diretriz governamental se assemelhava ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessava”, (Saviani, 2007, p.197), discurso esse reiterado anos depois, em 1933 quando apontou a fragilidade e a segmentação avindo da democracia liberal e individualista, e ressaltou a importância preponderante de governos de autoridades.

A base de sustentação do movimento integralista estava intrinsecamente ligada a um capital religioso que conferia a Plínio Salgado a imagem de um líder escolhido por Deus. O próprio Manifesto de 1932 começava com a afirmação de que “Deus dirige o destino dos povos”, deixando claro o papel central da religião e do imaginário integralista. Era a legitimação de Salgado como uma figura messiânica, que buscava mobilizar as massas em torno de uma ideologia que combinava nacionalismo com o fervor religioso católico conservador. O caráter teocrático do movimento, portanto, reforçava a ideia de que o integralismo era não apenas um projeto político, mas também uma missão divina, em que os seguidores eram chamados a lutar por uma agenda própria, sob reflexo dos valores cristãos, sob a liderança de um homem escolhido pelo divino.

A AIB dispensava aos seus membros um rígido controle ideológico e de corpos, os quais se assemelham bastante como ritos e exigências militares, em especial o zelo pelas camisas verdes, no qual:

todo integralista deveria usar os uniformes obrigatoriamente de produção nacional. As camisas verdes eram de brim ou de algodão, a gravata era de tecido preto e liso. Com um gorro verde de duas pontas, o integralista usava calças brancas ou pretas, e na zona rural a cor cáqui era permitida. As mulheres, chamadas de blusas-verdes, usavam a mesma camisa e saia preta ou branca. Essa simbologia fascinava o militante. A camisa era identificada

como um símbolo sagrado. Caso algum integralista vestisse a camisa para consumir álcool, dançar, jogar, ou mesmo apresentá-la em desalinho, seria punido com uma falta disciplinar grave.” (Gonçalves, 2020, p. 17)

O zelo pelas camisas verdes, que se tornaram um símbolo sagrado dentro do movimento, refletia a tentativa de uniformizar o pensamento e o comportamento dos integralistas, reforçando a ideia de coletividade e de subordinação ao ideal integralista. A severidade das punições para aqueles que desrespeitassem o uso do uniforme indicava o quanto a AIB valorizava a disciplina e a conformidade, elementos essenciais para a construção de um corpo social homogêneo e dócil, pronto para obedecer às ordens de seus líderes, algo que hoje guarda certa similaridade não somente com os quartéis, mas também com as escolas militarizadas, que veremos mais adiante. Esse rigor militarizado no controle dos corpos e das mentes dos adeptos visava consolidar o poder da organização e criar uma identidade integralista marcada pela devoção ao movimento e à figura de Salgado, transformando cada membro em um soldado na luta pela implementação prática do integralismo.

O pensamento pedagógico integralista, como esperado, enfatizava a formação moral e cívica dos indivíduos, com um forte foco na disciplina, na obediência e no respeito à hierarquia. Essa abordagem educativa buscava criar cidadãos que fossem ao mesmo tempo patriotas fervorosos e devotos religiosos, imbuídos de um senso de dever prioritário para com a nação e a religião, ou seja, a busca pela formação unitária. A educação integralista era, portanto, conservadora e ideologicamente enviesada.

É curioso entender como os conservadores modernos se apropriaram do lema "Deus, Pátria e Família", mesmo com o intervalo de quase um século entre sua origem e sua ressignificação política atual. A identidade conservadora brasileira contemporânea se fundamenta na defesa dos valores tradicionais, considerados inegociáveis, e na rejeição às pautas progressistas.

A ênfase em “Deus” reforça a centralidade da religião na política, algo que ganhou força a partir da CF de 1988 e que hoje consolidada na composição do legislativo, onde a bancada religiosa exerce significativa influência. Além disso, representantes do poder executivo eleitos em todas regiões do país reforçam esse alinhamento. A ideia de “Pátria”, que antes simbolizava a defesa da soberania nacional contra interferências externas, foi ressignificada por esses novos conservadores. Se antes o nacionalismo era entendido como uma forma de proteção

contra ingerências estrangeiras, hoje, sua retórica sugere uma subordinação às grandes potências mundiais, especialmente aos Estados Unidos. Nesse contexto, o espectro do comunismo se tornou o principal inimigo ideológico desse grupo, ele se manifesta em ojerizas sociais que os conservadores combatem: diversidade de gênero, feminismo, secularismo e laicidade, direitos trabalhistas, políticas ambientais, dentre outras. A concepção de “Família” é tratada dentro de uma lógica heteronormativa com viés cristão, com a rejeição de debates sobre diversidade de gênero e direitos LGBTQIA+. Essa visão reforça um modelo tradicional e exclui perspectivas que fogem dos padrões historicamente construídos.

A retomada do jargão também se conecta à defesa de um padrão de ensino com singularidades própria da educação militarizada. O integralismo concebia como um importante instrumento de formação moral e disciplinar, alinhando aos valores do Estado e também da Igreja. No Brasil contemporâneo, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro, a militarização das escolas ganhou destaque, sendo promovida como uma solução para supostos problemas de indisciplina e desempenho acadêmico.

A lógica por trás dessa estratégia se fundamenta na valorização da ordem, da disciplina e do patriotismo, elementos que hoje são fundamentais para o crescimento da agenda da extrema-direita, limitando o pensamento crítico e a diversidade de perspectivas, implicando na visão turva e centralizada do papel estatal na sociedade, atacando-se severamente os preceitos laicos resguardados constitucionalmente, que frequentemente se aproxima da defesa de valores religiosos alinhados à teologia do domínio, comprometendo a diversidade ideológica e cultural dentro das escolas. Esse movimento reforça um modelo educacional que prioriza a formação de cidadãos dentro de uma lógica de ensino cujos os pilares são a obediência e nacionalismo exacerbado e a fé cristã pentecostal professada, em detrimento de um ensino plural, democrático e comprometido com o desenvolvimento crítico e independente dos estudantes.

1.5 O Que Será: Os Cidadãos de Bem e o Golpe Militar de 1964.

O Estado-Novo de Vargas consolidou as Forças Armadas a um papel político relevante no seio do Estado. Após a deposição de Vargas em 1945, os militares

continuaram a atuar como defensores da ordem e da segurança nacional. Sua participação destacada foi se intensificou no decorrer da década 1950, ao passo das tensões entre militares e civis, fato que representou a decepção de grupos militares à posse de Juscelino Kubitschek, pois viam o seu plano de governo desenvolvimentista inclinado demais à esquerda. A chegada de João Goulart ao poder, aprofundou esse embate, pois era considerado como um político próximo aos movimentos de base, sindicais, progressistas e ainda prometera a reforma agrária – ou seja, elementos suficientes para ser classificado como um comunista, o que gerou reação entre os militares e setores conservadores da sociedade, em especial a ala conservadora da igreja católica, assim como os protestantes.

A chamada radicalização política, impulsionada pela Guerra Fria, intensificou a tal polarização ideológica no Brasil⁵, com o confronto entre grupos alinhados ao socialismo e ao anticomunismo. O acirramento entre setores conservadores, incluindo líderes empresariais, figuras da alta hierarquia eclesiástica e parcelas da elite militar, passaram a enxergar na intervenção militar uma solução para os problemas nacionais.

O discurso de ameaça comunista foi oportunamente explorado, associando reformas sociais e movimentos populares a uma suposta subversão de caráter marxista com o propósito de implantar a ditadura do proletariado. Portanto, o contexto do país na época da instauração do golpe militar era o de uma nação em um cenário de pós-guerra, caracterizado por uma democracia bastante frágil consolidando-se uma articulação entre forças políticas, eclesiásticas, civis e militares, que culminou no

⁵ No Brasil contemporâneo é cada vez mais usual recorrer ao termo “polarização” política pra fundamentar diversas análises de conjuntura, que são amplamente repercutidas e endossadas nos mais diversos meios de comunicação disponíveis. Entretanto, buscando uma análise hermenêutica deste termo, revela uma contradição: admitir uma verdadeira polarização política pressupõe a existência de dois polos opostos com forças comparáveis. Embora a presença da extrema-direita seja inegável, com sua agenda própria, onde o conceito de democracia é relativo e propagação valores autoritários um fato, e com a eleição de vários de seus representantes, não se observa, na prática, uma extrema-esquerda com representação proporcional e equivalente no cenário político brasileiro. Portanto, por simples lógica, é possível descartar a ideia de polarização política atualmente no Brasil, pois não há nada que se assemelhe opostamente aos quadros da extrema-direita. Dessa forma, a ideia de polarização política se enfraquece, pois o que se evidencia é um desequilíbrio entre uma direita radical organizada e visível, e uma esquerda institucional democrática que, mesmo quando presente, opera em um espectro moderado e limitado. Portanto, a tal da pacificação, ideal que é ventilado cotidianamente, é uma própria contradição em sua existência, pois qual seria mesmo o seu produto? Um meio fascista? Um democrata fascista? É possível conciliar democracia com autoritarismo?

golpe de 1964 e na instauração de um regime autoritário que se apresentava como defensor da segurança, da tradição e da moralidade cristã. Padilha comenta que:

sob o controle das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), o golpe civil-militar de 1964 estabeleceu um regime de governo ditatorial no Brasil que durou 21 anos. O processo se baseou no discurso de que se buscava estabelecer a ordem e a democracia na vida do país contra o perigo de uma suposta dominação comunista, identificada com a orientação política assumida pelo governo deposto, o do Presidente João Goulart. A articulação dos chefes militares contou com o apoio de grupos dominantes na política e na economia brasileiras, empresários, banqueiros, ruralistas, religiosos e proprietários de mídia, **o que caracterizou o golpe de Estado como civil-militar**. (Padilha, 2022, p. 15)

O contexto histórico não apresentava uma democracia consolidada, pois Jânio Quadros renunciou com menos de um ano de governo, seguido pelo golpe que depôs João Goulart, e anteriormente, o país viveu uma trajetória política marcada por instabilidade: o golpe de Getúlio Vargas, seguido pelo Estado Novo — um golpe dentro do próprio golpe.

Algumas congregações evangélicas manifestaram apoio ao golpe, vendo nele uma defesa dos valores cristãos e um salvo conduto contra o avanço comunista. Ao longo do regime, diversas igrejas evangélicas se beneficiaram da expansão de seus espaços de culto e de sua influência social, como por exemplo a própria Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus. O apoio evangélico à agenda golpista de 1964 consolidou-se, de forma contraditória, após julho de 1962, quando foi realizada em Recife a "4ª Reunião de Estudos", também conhecida como Conferência do Nordeste. O evento foi promovido pelo Setor de Responsabilidade social da Igreja, vinculado à Conferência Evangélica do Brasil, uma instituição criada em 1934, “esse departamento foi criado por membros de diferentes denominações motivados por outros movimentos que surgiam às margens do cristianismo, comandados inicialmente por fiéis jovens e universitários” (Braun, 2022), sob o intuito de tomar reflexões em torno do marxismo e o fracasso do desenvolvimento capitalista em garantir melhores condições de vida despertaram debates sobre o papel social da igreja e seu compromisso com a justiça.

O objetivo desse movimento era discutir aspectos teológicos, porém, cuja a transversalidade remontava a discussão de aspectos sociais, econômicos e políticos.

A proposta era clara: discutir o Brasil. A escolha da cidade anfitriã do evento quebrou uma hegemonia, pois, enquanto as edições anteriores ocorriam no circuito sul-sudeste, desta vez foi realizada na chamada "Moscouzinha" brasileira. segundo o qual Almeida (2016) toma nota:

Em primeiro lugar porque o Nordeste se tornou centro das preocupações da política nacional e internacional. O próprio presidente Kennedy enviou o seu irmão para estudar os problemas daquela região. [...] Em segundo lugar, porque o nordeste apresenta o ponto mais crítico da crise brasileira. Podemos citar, para lembrar aos diletos irmãos que Recife, capital do nordeste e local eleito para a realização da Conferência, é chamada de "a Moscouzinha brasileira", a pequena Moscou brasileira; o nordeste tem sido chamado "a Cuba brasileira" ou "estopim da revolução" (Almeida, 2016, p. 34)

Almeida (2024) observa que tal proposta seria impensável se comparada à atual experiência e atuação da classe evangélica no Brasil. Originalmente concentrado no eixo Sul-Sudeste, o foco da conferência foi estrategicamente direcionado para Recife. Mas por que Recife? Porque a cidade representava um verdadeiro epicentro de efervescência política e social, reunindo lideranças nacionais, como Miguel Arraes, movimentos sociais expressivos, como as Ligas Camponesas, e sendo reconhecida por muitos como a "pequena Moscou brasileira". Nesse cenário, o movimento encontrou um terreno fértil para reverberar, especialmente no que tangia às questões trabalhistas.

A Conferência contou com a presença de figuras de destaque do cenário intelectual e político brasileiro. Celso Furtado, então superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Paul Singer também esteve presente, oferecendo uma análise aprofundada em sua palestra intitulada "Mudanças Sociais na História Contemporânea". Juarez Rubens Brandão Lopes, por sua vez, explorou o tema "Resistências a Mudanças Sociais no Brasil" (Almeida, 2024), destacando os obstáculos enfrentados pelos processos de transformação social no país. Gilberto Freyre, outro convidado de peso, trouxe sua perspectiva singular sobre a cultura brasileira. O evento contou ainda com a participação de teólogos de renome, como por exemplo, Rubem Alves, ou seja, estiveram presentes grandes expressões da intelectualidade brasileira, seja no campo acadêmico, político ou teológico, de modo que:

a conferência rapidamente despertou o interesse da sociedade da época e deu aos protestantes brasileiros uma visibilidade que eles haviam experimentado poucas vezes no passado. O governador de Pernambuco à época, Cid Sampaio, participou de algumas reuniões, e o presidente João Goulart enviou um telegrama e um representante a Recife. Jornais do Nordeste e Sudeste noticiaram o evento, alguns com manchetes em primeira página. (Braun, 2022, s/p.)

Entretanto, o entusiasmo inicial foi gradualmente substituído por uma forte reação conservadora no seio das igrejas evangélicas. Qualquer movimento percebido como progressista, liberal ou ecumênico tornou-se alvo de oposição e suspeita. Líderes religiosos passaram a reforçar uma visão doutrinária rígida, condenando iniciativas que promovessem diálogo inter-religioso, justiça social ou engajamento político alinhado a pautas populares, resultando em uma aliança crescente com setores conservadores da sociedade, reforçando uma identidade religiosa marcada por valores tradicionais e pela defesa de uma ordem moral e cívica.

Almeida (2024) argumenta que os setores conservadores de diversas igrejas protestantes no Brasil iniciaram uma campanha sistemática de desqualificação contra líderes e intelectuais identificados com ideias progressistas. Esses indivíduos foram classificados como “comunistas”, “quinta-colunas” ou “inocentes úteis”, em uma estratégia de proposital de desqualificar reputações. As críticas mais contundentes incluíram a caracterização da Conferência do Nordeste como um “congresso evangélico dominado por vermelhos”, pois o simples ato de discutir questões sociais em um espaço religioso era visto como uma ameaça à fé e uma porta para a infiltração ideológica, comprometendo a pureza doutrinária das igrejas. Contraditoriamente, com o germinar do neopentecostalismo, esta concepção puritana rapidamente se esvaziou, pois:

na política partidária, terreno do qual até há pouco, por sectarismo, mantinham-se deliberadamente afastados. Ao substituírem a velha máxima “crente não se mete em política” por projetos eclesiais corporativistas radicados no slogan “irmão vota em irmão”, entraram de corpo e alma no jogo político” (Mariano, 2012, p. 15-16)

Esse clima de hostilidade contra os “protestantes progressistas” deu origem a uma verdadeira perseguição interna no meio evangélico. Para Almeida (2024), o “golpe militar” dentro do protestantismo brasileiro antecedeu 1964, ocorrendo já em 1962, com o início de uma “caça às bruxas” marcada por perseguições, expurgos e

demissões. Muitos líderes e teólogos foram forçados a abandonar suas igrejas, mudar de denominação ou até mesmo deixar o país, vítimas de uma repressão que pretendia alinhar o protestantismo aos valores conservadores e anticomunistas da época. O que se instaurou foi uma espécie de "golpe preventivo", que preparou o terreno para a adesão das lideranças evangélicas ao golpe militar de 1964 e ao consequente apoio ao regime autoritário.

Paralelamente aos tempos atuais, pouco antes da consolidação do golpe militar de 1964, o Brasil vivia sob o espectro constante do "fantasma" do iminente comunismo. Os golpistas encontraram importantes alicerces sociais que lhes creditaram o papel de livrar a nação contra o "mal vermelho". Houveram manifestações populares, sendo a mais emblemática a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizadas em várias cidades do país, reuniram milhares de pessoas que temiam o avanço do comunismo e apostavam no movimento militar uma garantia de ordem, segurança e defesa da propriedade privada. Surfaram na mesma onda seguimentos empresariais, setores conservadores da Igreja Católica, diversos grupos protestantes, além de uma parte significativa da classe média.

É importante mencionar que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), apoiaram o golpe de 1964, algo que começou a ser revisto a partir do início da década de 1970, quando denúncias de torturas, desaparecimentos, perseguições, assassinatos ou exílios promovidos pelo regime militar, que se tornavam cada vez mais públicos e incontestáveis. A truculência dos militares era aparente para quem quisesse ver, por mais cego que se fizesse.

É importante destacar, conforme aponta Almeida (2024), que a violência estatal da ditadura passou a atingir cotidianamente membros da classe média. O que antes era tolerado como um autoritarismo "necessário" para afastar o espectro do comunismo, tornou-se inaceitável quando os alvos passam setores da classe média. Nesse ponto, o limite da tolerância se rompe: ser autoritário, até então, parecia admissível — mas eliminar os "filhos da classe média" já era considerado um excesso injustificável. O que sempre foi uma realidade brutal para as classes populares só gerou reação significativa quando transbordou das periferias e alcançou os espaços

sociais da classe média. A partir daí, o que era visto como um “mal necessário” passou a ser percebido como uma ameaça direta — e, portanto, intolerável.

O golpe de 1964 foi amplamente acolhido por grande parte das igrejas evangélicas, que expressaram apoio em seus veículos de comunicação. Um exemplo é o jornal *O Estandarte*, vinculado a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil que naquele ano publicou em seu editorial:

O país foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas. Muita gente não entende porque se chamou movimento revolucionário, visto como não chegou a haver luta. Todavia, o verdadeiro sentido de uma revolução está muito menos no fato de haver preparativos militares e muito mais no fato de produzir alteração profunda numa determinada situação. [...] Considerando que o antigo presidente da República não estava conduzindo com austeridade, mas ameaçava de levar o país a rumos perigosos, tornando-se representante de uma ordem inconsistente, os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudança radical nos quadros políticos nacionais.” (Almeida, 2016, p. 54)

Continua afirmando que “temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária”, acrescentando que o movimento veio em muito boa hora, pois já não era mais possível tolerar uma situação que seria o caos, a ruína”. (Almeida, 2016, p. 54) O texto ainda reforçava a ideia de que os “princípios morais da austeridade estavam progressivamente desaparecendo” e que, diante disso, a revolução merecia ser saudada, uma vez que aquela igreja sempre se posicionou de forma “intransigentemente anticomunista.

De fato, essa congregação religiosa assumiu uma postura favorável aos militares e aos civis envolvidos no golpe, endossando a narrativa de que o país caminhava rumo à ruína e ao caos sob o governo de João Goulart. No entanto, ao contrário do que muitos afirmam, Jango estava longe de ser comunista. É verdade que dentro de seu governo havia diferentes correntes políticas em disputa, inclusive com a presença de setores alinhados à esquerda — alguns até comunistas —, mas isso não significa que o próprio Goulart o fosse. Porém, o rótulo de comunismo foi usado como instrumento de deslegitimação e persistindo, em certa medida, até os dias atuais. A obsessão com o comunismo se enraizou no imaginário popular, sobretudo, entre setores evangélicos, o que ajudou a justificar a adesão dessas

lideranças religiosas ao golpe sob o pretexto de combater uma suposta ameaça comunista, por saber:

O golpe, como se vê, não foi recebido como tal, mas como uma revolução operada para garantir uma mudança radical no país e que providenciasse, de um lado, a eliminação do comunismo, de seus agentes e da corrupção, e, de outro, a instauração de uma ordem administrativa e política, baseada, principalmente, em aspectos morais” (Almeida, 2016, p. 54)

O folhetim “O Estandarte” acrescenta ainda:

O presidente João Goulart foi deposto e a justificativa é que, pela sua omissão, comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país. Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco e, *a nossa posição de evangélicos, que respeitamos a autoridade constituída*, não pode ser referência aos perdedores a do ódio e da vindita. Nem com os vencedores, uma presurosa, ostensiva e afetada adesão. *O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo*” (Almeida, 2016, p. 55)

Outras denominações religiosas protestantes também endossaram apoio o golpe militar de 1964. A Convenção Batista Brasileira também se manifestou em 1964, posicionando-se favoravelmente ao golpe. Em um editorial, afirmou que:

Os acontecimentos político militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação. Porque estávamos vivendo um clima pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubavam o mínimo de tranquilidade necessária para poder trabalhar e progredir. Necessária inclusive para a pregação do Evangelho. Agora as coisas mudaram. Era tempo.” (Almeida, 2016, p. 193)

Para os batistas, com a intervenção militar, “as coisas mudaram” e uma nova ordem, mais propícia à missão religiosa e à estabilidade social, parecia se instaurar com o inimigo sendo combatido. O ressentimento demonstrado por setores evangélicos em relação ao governo de João Goulart revela, em grande medida, um posicionamento destituído de fundamento e marcado por distorções da realidade. Essa postura, frequentemente alarmista, serviu para alimentar narrativas que reforçavam o apoio ao golpe militar de 1964. No entanto, ao se analisar objetivamente o contexto da época, percebe-se que não havia qualquer impedimento ao exercício da fé cristã no país. A pregação do evangelho seguia livre, as igrejas evangélicas não

estavam sob ameaça de fechamento ou repressão, tampouco existiam riscos concretos à chamada "família brasileira".

A Assembleia de Deus, que já figurava como a maior denominação evangélica do Brasil na época, manifestou-se de forma tardia em apoio ao regime militar por meio de seu folhetim, o jornal *O Mensageiro da Paz*. Almeida (2024) explica que esse atraso, de aproximadamente uma década, deveu-se ao perfil editorial do periódico, que, entre 1964 e 1968, adotou uma abordagem predominantemente missionária e devocional, dedicada exclusivamente a reflexões teológicas e atividades missionárias. Contudo, a partir de 1969, no auge da repressão militar, e de modo mais acentuado no início da década de 1970, o jornal passou a publicar matérias relacionadas à política nacional. Foi nesse novo contexto que, em 1973, a Assembleia de Deus finalmente emitiu um posicionamento explícito em apoio ao regime, ainda que tardiamente em comparação com outras denominações evangélicas, porém, com o um teor romântico:

Felizmente, no Brasil, a REVOLUÇÃO foi a solução melhor. Solução mais consentânea com os interesses do nosso povo. A REVOLUÇÃO reconduziu o país à estrada certa de seu destino, evitando que prosseguisse sua caminhada para o caos que se esboçava na desordem planejada, que objetivava conduzi-lo 'ao pior', a fim de que, perfidamente, os membros da baderna, açotados por tantos irresponsáveis e inocentes úteis, tirassem das 'águas turvas' - o melhor ... para eles, deixando o Brasil, com o 'pior'. Não foi uma 'quartelada', porém a eclosão do sentimento de brio da nacionalidade ofendida. Talvez não vivamos uma democracia plena, mas temos o Regime que mais convém ao Brasil e aos brasileiros." (Almeida, 2016, p. 129).

Em determinado momento deste trabalho, foi citada a afirmação de Ricardo Mariano segundo a qual "crente não se mete em política" (Mariano, 2012, p. 15-16), expressão frequentemente utilizada para caracterizar o suposto absenteísmo político das igrejas pentecostais ao longo da história. No entanto, é preciso problematizar essa concepção. Contrariamente ao que essa visão sugere, não houve neutralidade ou afastamento político dos pentecostais durante a ditadura militar. Ao contrário, o que se observa é uma adesão explícita e concreta ao regime autoritário instaurado em 1964, evidenciando que setores significativos do movimento pentecostal assumiram uma postura política firme em apoio aos militares.

Ao se analisar a atuação das igrejas evangélicas durante da ditadura militar, é preciso considerar que essas igrejas, em sua maioria, foram cúmplices da violência de Estado praticada ao longo dos governos militares. Raras foram as vozes dissonantes no meio evangélico que denunciaram ou criticaram os abusos cometidos pelo regime; ao contrário, a tônica predominante foi de silêncio, conivência ou apoio explícito à repressão.

As lideranças evangélicas alinharam-se ao discurso que associava os defensores da democracia a uma ameaça comunista, e como tal, deveriam ser combatidos. Essa postura reforçava a intolerância e perseguição, especialmente direcionado aos movimentos de resistência a ditadura, que passaram a ser vistos como inimigos da ordem, da moral cristã e da estabilidade nacional. Com isso, as igrejas evangélicas tornaram-se resistentes ao dissenso, promovendo uma leitura fundamentalista, doutrinando o comportamento político de seus fiéis com base em valores rígidos e autoritários. Conforme Almeida (2024), tais atitudes chegaram ao ponto de bispos evangélicos irem voluntariamente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) denunciar irmãos da congregação⁶.

É importante reconhecer que a posterior inserção e expansão das igrejas evangélicas no campo político institucional não foi um acaso histórico, mas sim o resultado de uma consciência política já estruturada dentro de uma lógica conservadora, moralista e alinhada à direita. Essa postura convergia com os interesses do regime militar e contribuiu para consolidar um ethos político que ainda hoje permeia a atuação de diversos segmentos evangélicos no Brasil. Assim, a ascensão política dessas igrejas pode ser compreendida como a expressão de uma tradição política conservadora que dialoga com os valores autoritários promovidos pelo regime militar.

⁶ O bispo emérito da Igreja Metodista, Isaías Sucasas, e seu irmão, José Sucasas Júnior, apresentaram-se voluntariamente ao DOPS de São Paulo com o propósito de atuarem como informantes do regime. Diferentemente do que se poderia supor, não foram convocados nem coagidos: procuraram o órgão por iniciativa própria, com o intuito de denunciar supostos “comunistas infiltrados” em sua igreja (Almeida, 2016, p. 271).

É inegável que os católicos também desempenharam um papel político durante o regime militar, posicionando-se tanto em apoio quanto em oposição às esquerdas e aos movimentos democráticos de contestação. No entanto, o comportamento das igrejas evangélicas apresenta uma característica singular: sua atuação esteve profundamente entrelaçada com uma lógica fundamentalista, na qual a bíblia não apenas orientava a fé pessoal, mas também funcionavam como guia absoluto para a vida pública. Nesse contexto, metáforas bíblicas deixaram de ser símbolos interpretativos para se converterem em fundamentos normativos do comportamento político. A realidade era compreendida a partir de uma cosmovisão teológica rígida, exigindo, por vezes, contorcionismos interpretativos para justificar posições políticas conservadoras e autoritárias sob o manto da fé.

Diante do contexto histórico da ditadura militar, consolida-se um legado no interior do campo evangélico, marcado por posturas conservadoras e uma teologia alinhada ao autoritarismo. Tal legado se expressa de diferentes formas e permanece influente até os dias atuais. Há uma rejeição ao chamado evangelho social. Para os setores conservadores evangélicos, o envolvimento com questões sociais seria uma distração perigosa frente à missão central do cristão: evangelizar. Assim, qualquer engajamento que proponha transformação social é desqualificado como desvio doutrinário.

Essa lógica se estende à rejeição da teologia da libertação, vista não como expressão legítima da fé cristã, mas como movimento político identificado com a esquerda. Para os fundamentalistas, apenas Deus — e não a ação humana — pode libertar o indivíduo, sendo essa libertação estritamente pessoal. A Teologia da libertação, que enfatiza o protagonismo dos oprimidos na construção de uma sociedade mais justa, é considerada uma ameaça à ordem espiritual. Valores como justiça social, reforma agrária, inclusão e redistribuição de renda são rechaçados sob o argumento de que distorcem a mensagem do evangelho. Para os evangélicos, portanto, teologia da libertação não é teologia, mas política travestida de fé.

Por fim, há uma desconfiança persistente e, muitas vezes explicitamente declarada em relação à democracia e ao Estado laico. Observa-se uma preferência, por parte de setores evangélicos, por regimes autoritários revestidos de uma moral

cristã conservadora, que defendem a subordinação das instituições civis a valores religiosos. Esse projeto de poder teocrático, embora envolto em retórica de liberdade religiosa, representa uma ameaça concreta ao pluralismo e à convivência democrática. Trata-se de um legado histórico que, embora forjado no passado, continua a moldar de forma preocupante o cenário político contemporâneo de amplos segmentos do campo evangélico brasileiro.

**SEÇÃO III - NEOPENTECOSTALISMO E MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS: A CONFLUÊNCIA CONSERVADORA NO SOLO GOIANO**

CAPÍTULO 1 – TANGO DO COVIL: NEOPENTECOSTALISMO, A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E O ALVORECER DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

No decorrer deste trabalho, foi apresentado como a Igreja Católica ofereceu suporte aos governos instituídos ao longo da história. Com a ascensão do fenômeno pentecostal no Brasil, sobretudo após a década de 1950 e com mais intensidade a partir da década de 1970, observamos o surgimento de uma concorrência no que diz respeito à influência que cada afiliação eclesiástica passou a exercer no cenário político e econômico do país, evidenciando que o golpe militar de 1964 não aconteceu de forma isolada — ele se encaixava perfeitamente em uma conjuntura global, e aquecida localmente, pois no cenário internacional, sobressaía o alinhamento entre figuras proeminentes do cenário político e econômico global, como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e o Papa João Paulo II, que, ao se posicionarem contra a expansão do socialismo, contribuíram para fomentar e legitimar regimes autoritários mundo afora. É interessante notar o comportamento dúbio da Igreja Católica perante o golpe militar de 1964, por saber:

inicialmente, a hierarquia católica brasileira apoiou o regime militar estabelecido em 1964. Entretanto, após a eliminação da esquerda clandestina, na década de 1970, a Igreja Católica “apareceu aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares como o principal adversário do estado autoritário” (Pleyers, 2020, p. 4)

Dentre os diversos acenos de setores fundamentais para a consolidação do golpe militar de 1964, é fundamental destacar o apoio eclesial, tanto de católicos quanto de protestantes. Em nome da fé, da ordem, da moral, da segurança nacional e dos “bons costumes”, a adoção de um regime autoritário passou a ser legitimada no interior dessas denominações, consubstanciada por sermos historicamente um país majoritariamente cristão e de caráter conservador.

Obviamente que no campo católico e também no protestante houveram segmentos democráticos que se posicionaram de forma contrária à ditadura militar, denunciando as violações de direitos humanos e a supressão das liberdades civis, conforme Pleyers:

o aspecto relevante não é a adesão ao catolicismo ou a uma igreja evangélica, mas as correntes conservadoras e progressistas dentro do catolicismo e do evangelismo. Assim, nem todos os evangélicos são conservadores. Os fiéis luteranos, metodistas e presbiterianos formam a maioria dos “evangélicos históricos”, como costumam ser chamados, e se envolveram na Teologia da Libertação em proporção similar aos católicos, não tendo se juntado aos parlamentares conservadores da frente evangélica” (Pleyers, 2020, p. 8)

Padilha complementa:

um exemplo emblemático foi a atuação do Cardeal de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns e do pastor da Igreja Presbiteriana Jaime Wright, destacados líderes religiosos, respectivamente católico e protestante. Suas práticas marcaram o papel do movimento ecumênico no Brasil e no exterior, no apoio à resistência à ditadura, por meio de atos de solidariedade e de defesa dos direitos humanos.” (Padilha, 2022, p. 20)

Por outro lado, foi nesse período em que a adesão ideológica e política por parte das denominações cristãs não apenas consolidou o regime, mas também abriu caminho para a expansão de outras vertentes religiosas, especialmente as denominações neopentecostais.

As denominações pentecostais e neopentecostais, embora compartilhem uma ênfase na experiência do Espírito Santo e na manifestação de dons espirituais como a glossolalia e as curas, possuem diferenças fundamentais em termos de ênfases doutrinárias, práticas litúrgicas e estratégias de inserção social e política. Consolidando-se no Brasil nas primeiras décadas do século XX, as pentecostais tradicionais ou de missão (Luterana, Batista Presbiteriana, Adventista, Congregacional, Anglicana, Metodista, Menonita, Exército da Salvação, Igreja de Missões Mundiais, Igreja do Nazareno e etc.) valorizam a santidade pessoal, a separação do “mundo” e uma postura evangelística mais centrada na conversão individual e na ética comunitária. O desenvolvimento pentecostal brasileiro pode ser classificado utilizando o:

termo de onda para designar suas fases: 1ª onda, que vai da fundação à década de 1950 (igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil), 2ª onda, da década de 1950 a década de 1970 (inúmeras denominações, sendo as mais expressivas a Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e Deus é Amor); a 3ª onda, da década de 1970 a nossos dias (Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça, Renascer em Cristo e Sara Nossa Terra são as principais representantes. (Passos, 2005, p.54)

As denominações neopentecostais⁷ são marcadas pela centralidade, por atividades religiosas que apresentam uma performance emocional, com músicas de louvor intensas e o exorcismo para combater forças demoníacas percebidas no cotidiano dos fiéis, foco na prosperidade financeira, uso intenso de mídia, envolvimento político, pastores "empresariais", estrutura moderna e flexível. Portanto, apresentam uma:

interpretação e uma prática marcadas pelo que consideram ser experiência do Espírito Santo, iniciada pelo batismo no Espírito e confirmada pelos dons das línguas – glossolalia – e das curas. Têm como características atuais a centralidade na experiência emocional, o culto de louvor efervescente, a tendência à leitura literal dos textos bíblicos e a prática do exorcismo. (Passos, 2005, p.14)

Entretanto, a característica mais acentuada seja a atuação nas distintas formas de atuação política: enquanto os pentecostais tradicionais tendiam a manter certa distância da política institucional, os neopentecostais buscaram, desde sua origem, ampliar sua presença nos meios de comunicação de massa e estabelecer alianças diretas com partidos e lideranças políticas, assegurando um grande capital político que possibilita a eleição de vários de seus candidatos, capaz de eleger representantes próprios e consolidar bancadas parlamentares cuja orientação política se ancora explicitamente na leitura bíblica.

O crescimento do neopentecostal no Brasil não apenas redefiniu o campo religioso, mas também assumiu um papel determinante no cenário político, especialmente à medida que a própria Igreja Católica perdia espaço nos grandes centros urbanos. Essa perda de influência católica se relacionava diretamente com a perseguição ideológica promovida pelo regime militar, que vinculava as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica a supostas práticas subversivas. Tal ofensiva também estava em consonância com a perseguição sofrida pela chamada Teologia da Libertação, “sendo que o enfraquecimento do cristianismo da libertação é

⁷ No Brasil, o campo neopentecostal é bastante dinâmico e pulverizado. Além das grandes denominações nacionais (IURD, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Plenitude do Trono de Deus, dentre outras. Proliferam-se inúmeras igrejas de atuação local ou regional (em Goiás destaca-se a Igreja Apostólica Fonte da Vida, Luz Para os Povos e a Videira) que adotam práticas e discursos típicos do neopentecostalismo, espalhadas geograficamente por todas as regiões brasileiras.

um fenômeno global e tem uma de suas principais raízes no giro conservador do Vaticano.” (Pleyers, 2020, p. 6). Em relação as CEBs, é fundamental mencionar que eram grupos organizados em prol de uma formação religiosa, mas também social ao refletir sobre as injustiças presentes na vida cotidiana. Possuía uma larga territorialidade e se alinhavam também com as pastorais operárias. Pleyers dimensiona o tamanho e a relevância das CEBs:

as pastorais operárias e as CEB (comunidade eclesiais de base) estão no coração do cristianismo da libertação no Brasil. No início dos anos 1980, o Brasil era o país que mais contava com CEB: eram mais de 50.000 e cada uma delas reunia em torno de uma dezena a uma centena de famílias. Eram grupos de vizinhos, de funcionamento relativamente horizontal, os quais liam e discutiam as escrituras a partir de sua realidade cotidiana e da situação social de seu país, desenvolvendo ações de caridade e de solidariedade (Pleyers, 2020, p. 4)

O chamado giro conservador do Vaticano, capitaneado pelo já citado João Paulo II representou uma inflexão na Igreja frente às experiências religiosas de base e aos movimentos progressistas. A oposição a Teologia da Libertação representou na prática uma centralização doutrinária que visava reprimir interpretações teológicas comprometidas com a transformação social. Teólogos influentes foram advertidos ou silenciados, e bispos alinhados às causas populares foram gradualmente substituídos por lideranças conservadoras, mais alinhadas ao magistério tradicional. Neste aspecto:

o giro reacionário da Igreja Católica, encarnado por João Paulo II, nos anos 1980, foi um fator determinante. Ao atacar a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), particularmente dinâmicas durante as décadas de 1970 e 1980 nas favelas e nos bairros da classe trabalhadora no Brasil, tal giro fez com que ambas essas organizações interrompessem o acúmulo da cultura militante e a formação dos atores progressistas que vinham transformando esses lugares.” (Pleyers, 2020, p. 3)

Essa reorientação foi particularmente sentida na América Latina, onde as CEBs se tornaram alvo de deslegitimação interna. Ao mesmo tempo, o discurso moralizante da Igreja passou a privilegiar pautas como a defesa da família tradicional e a luta contra o comunismo, enfraquecendo o vínculo entre fé e justiça social. Tal movimento não apenas contribuiu para o esvaziamento das comunidades populares de fé, mas também criou um vácuo pastoral que foi rapidamente ocupado pelo

neopentecostalismo, cujas igrejas souberam dialogar com as linguagens da modernidade midiática e do empreendedorismo religioso.

Em um curto período de tempo, observou-se um aumento exponencial no número de fiéis congregando em denominações neopentecostais. Inicialmente, a aproximação com o público se deu por meio da mídia impressa e, posteriormente, da televisão, com programas que mesclavam elementos típicos dos shows de auditório, mas incorporavam rituais de exorcismo, cura e milagres ao vivo, funcionando como um poderoso recurso publicitário. Atualmente, embora a lógica permaneça a mesma, esses grupos têm adaptado suas estratégias ao ambiente digital, utilizando com eficiência as redes sociais para ampliar seu alcance e engajar novas camadas da população.

O avanço das igrejas neopentecostais representa uma relação direta com a sua própria lógica estruturada a partir de uma perspectiva empresarial. A partir da década de 1970, denominações neopentecostais passam a adotar modelos de gestão inspirados no mundo corporativo, com investimento em marketing religioso, pastores artistas, amplo portfólio de produtos a serem comercializados, profissionalização da administração interna, segmentação de público e expansão por meio de franquias ou filiais, inclusive em outros países, sendo a IURD a denominação que melhor representa esse movimento.

É importante destacar que o sucesso empresarial das grandes denominações neopentecostais do Brasil tem relação direta ao ato de doar, algo fundamental dentro do esquema da teologia da prosperidade, compreendida como

aquela pregação onde a ascensão social e econômica é o objetivo final. Conforme essa interpretação, os homens, enquanto filhos naturais de Deus são seus herdeiros absolutos e têm o direito de desfrutar de uma vida em abundância na terra, sendo que, a única exigência para ter acesso a essa condição seria frequentar assiduamente um templo da Igreja e fazer um pacto de fidelidade com Deus. É uma proposta audaciosa que encontra condições de efetivação graças ao desespero e a falta de perspectivas de grande parte da população do mundo pós-moderno. (Rodrigues, 2003, p.28)

A contribuição financeira dos fiéis passa a ser não somente não obrigação religiosa, mas uma espécie de investimento espiritual com promessas de retorno multiplicados em bênçãos (ou bens) materiais e curas. Nesse contexto, o ato de doar

é ressignificado como um contrato de fé, em que o fiel oferta esperando receber em dobro, transformando a relação entre o fiel e igreja em uma lógica transacional. Além disso, outros fatores reforçam essa racionalidade empresarial, como a verticalização das relações pessoais, a obediência hierárquica e a profissionalização da gestão eclesiástica. Os líderes espirituais, frequentemente intitulados bispos, apóstolos ou missionários, assumem o papel de gestores da vida do rebanho de fiéis, concentrando o poder decisório e coordenando não somente as estratégias de expansão, arrecadação e fidelização, como também atuando diretamente na cotidiana de seus membros, definindo padrões de comportamento.

A teologia da prosperidade, central no discurso neopentecostal, contribui diretamente para essa dinâmica, ao naturalizar a busca por crescimento material como sinal da bênção divina, inclusive no próprio funcionamento e expansão das igrejas. O uso intensivo da mídia, inicialmente a televisão e, mais recentemente, as redes sociais, atuando como ferramenta de captação e fidelização de fiéis, tal como uma empresa que visa ampliar sua base de clientes. Trata-se, portanto de uma corrente teológica que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1940, logo após a depressão econômica, em um período marcado pela pobreza e dificuldades financeiras da população que rapidamente ganhou projeção e se expandiu, criando no Brasil um terreno fértil.

É enfática na ideia de que a fé pode trazer benefícios materiais, como saúde, prosperidade e sucesso financeiro, vistos como sinais da aprovação divina. No contexto nacional, a IURD adotou tal doutrina em suas práticas religiosas, o que resultou no seu crescimento meteórico, com um patrimônio bilionário, fatos que aprofundaremos mais adiante. Segundo Ricardo Mariano (2012), o neopentecostalismo brasileiro incorporou “a Teologia da Prosperidade de forma estratégica, tornando-a um elemento central de sua doutrina, buscando atender às preocupações e dificuldades econômicas das classes populares urbanas”, sobretudo, em um contexto da ditadura militar.

É interessante observar que, apesar do apoio institucional à ditadura militar, denominações neopentecostais souberam instrumentalizar a própria crise social e política gerada pelo regime para ampliar progressivamente sua presença na esfera

pública e na política nacional. Mesmo em um cenário marcado pela violência estatal, desigualdades sociais, instabilidade econômica, essas igrejas não romperam com o governo militar; ao contrário, aproveitaram-se dessas fragilidades acentuadas nas periferias urbanas para captar novos fiéis, oferecendo suporte religioso para as demandas concretas e construindo, consolidando sua política. As igrejas evangélicas foram, de fato, majoritariamente cúmplices da violência do Estado durante o governo militar, e apresentaram uma perspectiva de atuação persecutória aos movimentos sociais, refratárias ao dissenso e defensores de um fundamentalismo religioso que apresentava implicações no comportamento político de seus fiéis.

A IURD alvoreceu em um contexto de repressão política, e o expressivo crescimento do número de fiéis evangélicos neopentecostais, sobretudo a partir da década de 1970, constitui um fenômeno socioreligioso em que a religiosidade tornou um importante instrumento de promoção social daquelas pessoas que se encontravam excluídas, ou em vias de um descenso econômico que os conduziria à periferia da sociedade. Tal necessidade torna-se ainda mais evidente ao se considerar que, nesse contexto, essa expansão não se restringe à esfera religiosa, como outrora, mas se articula diretamente com os campos político, midiático e econômico. No entanto, é importante frisar que:

apesar da Ditadura Militar, a Universal foi capaz de se expandir, abrindo espaços no interior de um sistema repressivo, de caráter autoritário em fins da década de 1970. Sua rápida expansão nos anos de 1980 e a primeira metade da década de 1990 e sua gradual consolidação, a partir de bases fundadas em critérios eminentemente econômicos. (Rodrigues, 2003, p.13).

O neopentecostalismo passou, assim, a exercer um protagonismo inédito na vida pública brasileira, consolidando-se como um ator de peso nas disputas do poder, cuja a dimensão se traduz nas próprias eleições, em que a conquista de cargos majoritários se torna praticamente inviável sem, ao menos, algum grau de adesão por parte desse segmento religioso, cuja capacidade de mobilização e influência tem sido decisiva nos pleitos eleitorais. A IURD representa essa ascensão, ao se transformar em uma das instituições religiosas mais influentes do país e referência no campo evangélico neopentecostal, e atualmente uma força política com anseios e chances reais de eleger até mesmo um presidente da república.

Ao decorrer de sua história, a IURD foi pioneira na adoção de estratégias evangelização em massa (sobretudo, nas periferias “abandonadas” pela Igreja Católica) e em estabelecer uma racionalização administrativa, típica de uma grande empresa, características que mais tarde seriam centrais para o desenvolvimento e proliferação das denominações neopentecostais. Desde o seu início a IURD valorou os meios de comunicação de massa para a disseminação de sua agenda religiosa e na expansão de sua base de fiéis. Ainda na década de 1970, a instituição iniciou sua inserção no campo midiático de grande alcance por meio do aluguel de um espaço de 15 minutos na antiga Rádio Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse movimento inaugural revela uma estratégia utilizar os recursos disponíveis para ampliar sua capilaridade de alcance e estabelecer núcleos de fiéis em diferentes regiões.

Um dos grandes trunfos da IURD foi reformular as práticas e os discursos religiosos para torna-los mais alinhados às demandas de um público empobrecido que, nas últimas décadas do século XX, vivenciava profundas transformações sociais. A promessa de bênçãos materiais, a valorização do esforço individual e a ênfase na “teologia da prosperidade” tornaram-se marcas registradas da denominação. Neste sentido:

A característica básica da Igreja Universal é a sua ênfase econômica e o discurso baseado em questões atuais, destacando os problemas sociais e políticos que se encontram na ordem do dia do Brasil, como o desemprego, o desejo de ascensão social e econômica e a solidão de um número crescente de pessoas excluídas do sistema econômico vigente. Sua lógica interna é preservada, seja mediante os serviços e benefícios que os pastores oferecem, ou a busca das pessoas pelas soluções imediatistas, características típica da uma modernidade, baseada em um individualismo de caráter excludente. (Rodrigues, 2003, p.13).

A eficácia da mensagem da Igreja Universal do Reino de Deus está profundamente enraizada na existência de contextos marcados por crise, insegurança e desesperança. A instituição se fortalece exatamente onde o Estado e as demais formas tradicionais de organização social fracassam em oferecer respostas concretas às populações marginalizadas. É notório que a denominação se fortalece onde exatamente há fracasso das políticas públicas. São nessas condições (inflação, desemprego, violência urbana, guerra cultural, demonização das afro-religiões, entre outros) que a IURD se expande. A ausência de garantias sociais e a sensação de

abandono coletivo abriram espaço para uma proposta religiosa que oferecia não apenas consolo espiritual, mas também soluções práticas e imediatas para problemas materiais, como cura, emprego e estabilidade familiar. Para a IURD, a crise, portanto, não é apenas um pano de fundo circunstancial, mas um elemento estruturante de sua estratégia de inserção e crescimento, funcionando como catalisador da fé e da adesão dos fiéis. Se por um lado a tradição religiosa pentecostal histórica se caracterizava por uma participação passiva e conformista de seus membros em relação ao mundo, a IURD busca romper com essa tradição, de modo que:

o principal mecanismo para a superação da mentalidade religiosa, assim como a maximização dos resultados deve-se à crise generalizada e a sua pregação efetivamente incisiva, utilizando-se de forma decidida do potencial dos meios comunicação (Rodrigues, 2003, p.41).

O discurso entorno da promessa de cura, mobilidade social e pertencimento é seduzente, mobilizando um exército de fiéis, inclusive fora do país. A IURD “se apresenta como um veículo intermediário entre os anseios dos excluídos e o objeto de seu desejo. Busca responder às necessidades de seus adeptos, reintegrando-os, em nível de discurso, ao sistema econômico” (Rodrigues, 2003, pg.14), transparecendo o sentimento de união, de um membro privilegiado de uma comunidade especial que é ao mesmo tempo, exclusiva e exclusivista. Tal estratégia retórica e simbólica não se limita ao campo religioso, mas dialoga com estruturas mais amplas de dominação cultural e social. A IURD, ao instrumentalizar a lógica da prosperidade e da superação individual, adere a um discurso que encontra sustentação nas promessas do neoliberalismo, em que o sucesso é uma questão de mérito pessoal, fé inabalável, bastando apenas o querer e a submissão às condições da vida. Isso permite que os sujeitos, sobretudo a grande parcela carente, internalizem a ideia de que a salvação seja ela espiritual ou material, depende de sua obediência à doutrina e de sua fidelidade à instituição. Portanto, a IURD se consolida como mediadora não apenas entre o fiel e o sagrado, mas também entre o fiel e o sistema capitalista, promovendo uma forma de integração simbólica que apazigua conflitos sociais enquanto reforça hierarquias e legitima desigualdades. Portanto, a IURD se estruturou (e se estrutura ainda) a partir das mazelas sociais acometidas à parcela mais vulnerável economicamente. Neste sentido:

Dentre os motivos que viabilizaram o crescimento da Igreja, estão o desemprego, dívidas, crise familiar, instabilidade econômica e social e as drogas. São constatações como essas que esclarecem a forma de atuação dos dirigentes da Igreja e os seus objetivos hegemônicos. Portanto, foi em épocas de crise que a igreja conseguiu se expandir de uma maneira extraordinária. (Rodrigues, 2003, p.26).

Para tanto, a igreja articulou um projeto de poder que envolvia o controle de meios de comunicação e a inserção na política partidária. A aquisição da Rede Record de televisão, um marco na história da denominação, permitindo-lhe ampliar sua capacidade de difusão ideológica e consolidar sua imagem junto à população, em uma época em que a TV possuía forte influência nos lares brasileiros. É interessante notar que rapidamente a IURD passou a ser um conglomerado empresarial, com interesses que vão muito além a esfera espiritual. Entre seus ativos estão um partido político, empresas de mídia impressa e digital, planos de saúde e até uma companhia de táxi aéreo, evidenciando uma estratégia de diversificação econômica. De fato, os investimentos maciços em:

veículos de comunicação de massa constituem o sistema de referência da IURD, que busca também se inserir no sistema político, objetivando constituir uma representatividade política consistente que a legitime e, ao mesmo tempo, possibilite um acesso mais rápido e eficiente aos órgãos de poder. (Rodrigues, 2003, p.15).

É imperativo compreender como a Igreja Universal do Reino de Deus, surgida a partir de origens modestas e periféricas (fisicamente surgiu em um pequeno galpão que anteriormente funcionava uma funerária) conseguiu alcançar um grau de poder e visibilidade impensável à época de sua fundação. Seu êxito não pode ser dissociado da conjuntura social em que se inseriu, marcada conflitos decorrentes da modernidade e dos processos de modernização tecnológica. Aproveitando-se das brechas deixadas pelo Estado e das contradições do capitalismo, a IURD estruturou-se de forma estratégica, e consolidou-se como uma denominação religiosa altamente organizada, burocratizada e eficiente na ocupação de espaços nas esferas política, midiática e econômica.

A participação da IURD na política nacional é igualmente expressiva. Desde a década de 1990, a igreja investe na formação de bancadas legislativas evangélicas, influenciando diretamente processos eleitorais e decisões políticas em diferentes

níveis da federação. O governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), fez acenos explícitos com a IURD, que por sua vez, através de seus poderosos meios técnicos de produção simbólica para fins de dominação ideológica e controle social, assumindo posições estratégicas na sustentação ideológica e eleitoral do presidente. O discurso conservador na agenda de costumes, a defesa da família tradicional e a oposição a pautas progressistas consolidaram uma aliança entre o neopentecostalismo e a nova direita brasileira. A IURD, tornou-se uma figura central nesse processo, combinando capital religioso, político e midiático para moldar os rumos da vida pública nacional.

1.2 Geni e o Zepelim: Folha Universal e Universal nas Forças Policiais – A Igreja como Dominação Cultural e Estratégia de Controle Social

A *Folha Universal*, enquanto jornal impresso de ampla circulação, constitui-se como um artefato discursivo de grande relevância para a análise crítica dos meios de comunicação religiosa. Sua função ultrapassa o simples papel de boletim informativo da Igreja Universal do Reino de Deus, operando como um dispositivo de mediação ideológica que articula fé, política, cultura e moralidade. Por meio de testemunhos, editoriais e reportagens, o jornal constrói um universo ideológico que legitima a doutrina da prosperidade, reforça valores conservadores e naturaliza a distinção entre os “salvos” e os “perdidos”, sempre sob a lógica meritocrática do esforço individual. Nesse sentido, a *Folha Universal* insere-se no rol dos objetos de estudo deste trabalho, utilizando como referencial teórico a Teoria Crítica, e buscando o exame das formas como discursos religiosos são construídos, veiculados e recebidos socialmente a partir do folhetim semanal da IURD. Sua análise revela como a mídia impressa, nesse caso específico, torna-se uma ferramenta estratégica de formação de subjetividades, consolidação de valores e reprodução do projeto de poder da IURD, atuando de maneira contínua na conformação das percepções dos fiéis sobre o mundo e sobre si mesmos.

A *Folha Universal* e o programa *Universal nas Forças Policiais* devem ser compreendidos como desdobramentos contemporâneos da racionalidade técnico-religiosa que sempre estruturou a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus desde

seus primeiros anos. Assim como as pregações radiofônicas nas décadas iniciais funcionavam como catalisadoras da formação de grupos de oração e, posteriormente, da criação de templos e a aquisição da Rede Record, esses dois produtos operam não apenas com fins evangelizadores, mas como instrumentos estratégicos de ocupação social e simbólica. A Folha Universal, folhetim de maior tiragem do país e distribuídos em todos os estados brasileiros, ao articular conteúdos de fé com discursos políticos, morais e econômicos, cumpre papel similar ao do rádio nos primeiros anos da IURD: criar coesão simbólica, legitimar a doutrina da prosperidade e naturalizar a arrecadação de recursos como parte da experiência espiritual.

A Universal nas Forças Policiais (UFP) é um programa institucional desenvolvido pela Igreja Universal do Reino de Deus que tem como objetivo promover assistência espiritual, social e moral a integrantes das forças de segurança pública, Forças Armadas e órgãos do sistema de justiça. Criada em 2018, a UFP atua com forte inserção nas estruturas militares por meio de uma rede nacional de voluntários composta por bispos, pastores, obreiros e membros da IURD, consolidando-se como um braço religioso estratégico em ambientes tradicionalmente vinculados à autoridade, à disciplina e ao conservadorismo institucional.

Sua atuação é fundamentada em princípios bíblicos e em uma retórica de valorização moral dos agentes públicos, sendo operacionalizada por meio de capelanias voluntárias que, embora não sejam regulamentadas por legislação específica, contam com respaldo de portarias internas em diversas corporações. Nesse sentido, a UFP representa não apenas uma frente de evangelização, mas também um canal de influência simbólica e ideológica nos aparatos estatais, articulando fé, poder e disciplinamento em nome de uma “missão” moralizante.

A UFP amplia a lógica ao adentrar institucionalmente os aparelhos de coerção do Estado, associando fé e autoridade, espiritualidade e disciplina, e expandindo a presença da denominação em territórios que, ao menos em tese, deveriam ser tradicionalmente laicos, sob a justificativa de ser uma atividade de capelania voluntária. Sob a perspectiva de Max Weber, pode-se compreender a figura do capelão voluntário como uma manifestação da racionalização do carisma religioso dentro de uma lógica burocrática-militar. A IURD, por meio de seu programa, confere

à atuação capelã uma dimensão organizacional e funcionalista, alinhada aos valores institucionais do Estado e das forças de segurança. O carisma, nesse caso, é instrumentalizado e submetido às exigências da ordem e da disciplina, o que se coaduna com a formação de sujeitos religiosos adaptados às estruturas hierárquicas da autoridade estatal.

A formação dos integrantes da Universal nas Forças Policiais (UFP) é viabilizada por meio de um curso livre, denominado de "Curso de Capelania Universal nas Forças Policiais⁸" promovido pela própria denominação. O curso de Capelania Voluntária promovido pela Universal nas Forças Policiais (UFP) é apresentado, em sua propaganda institucional, como uma formação "essencial" voltada para a atuação junto a policiais militares, servidores civis e seus familiares. Através de um discurso marcado por termos como "qualificação", "conhecimento espiritual, social, ético e jurídico" e o convite para "impactar vidas", o curso adota uma retórica de profissionalização da fé, na qual a prática religiosa é reconfigurada em moldes técnicos e funcionais. O curso, ofertado no valor de R\$ 59,90, é oferecido de forma assíncrona pela plataforma Univer Ensino — instituição ligada à IURD que também disponibiliza cursos de graduação, pós-graduação e cursos livres, tanto presenciais quanto a distância.

A configuração do curso de Capelania da UFP evidencia a articulação entre religiosidade e empreendedorismo educacional, característica das lógicas liberais que moldam o campo religioso neopentecostal. A fé, nesse contexto, é formatada como um serviço padronizado e ofertado em moldes de mercado, sendo a qualificação capelã apresentada como produto com apelo técnico, prático e institucional. Essa operação revela a estratégia da Igreja Universal do Reino de Deus de consolidar sua presença em esferas públicas por meio de dispositivos formativos que agregam legitimidade e funcionalidade à sua atuação. Trata-se de uma manifestação da mercantilização da espiritualidade, em que práticas religiosas são reconfiguradas em termos de performance, eficiência e gestão subjetiva, especialmente no interior das

⁸ O curso é composto por 11 aulas gravadas em vídeo, ministradas pelo pastor Rony Negreiros, e inclui exercícios avaliativos ao final de cada módulo, totalizando uma carga horária de 6 horas. Disponível em: <https://www.univerensino.com/curso/curso-de-capelania-universal-nas-forcas-policiais?university=Univer%20Ensino>.

forças de segurança. Assim como ocorre com o jornal Folha Universal, a UFP expressa uma dimensão comunicacional e institucional de um mesmo projeto de poder, no qual fé, mídia e racionalidade empresarial operam em sinergia com os imperativos do capitalismo contemporâneo, fortalecendo a IURD como agente político-religioso de ampla capilaridade e influência nas disputas simbólicas por sujeitos, estruturas e sentidos.

A Capelania Voluntária da UFP representa um mecanismo de inserção institucional da IURD nos espaços estatais de segurança, sob o pretexto de oferecer "assistência espiritual, social e valorativa" a policiais, servidores e seus familiares. A proposta da UFP sustenta-se em uma retórica de legitimação histórico-teológica, mobilizando episódios bíblicos como os feitos de Abraão em guerras e as tendas de Constantino como precursores da capelania militar. Tal operação discursiva confere à prática um caráter sagrado e ancestral, ao mesmo tempo em que a instrumentaliza como um dispositivo ideológico dotado de forte carga simbólica, articulando fé, poder e militarismo sob a lógica da ordem, da autoridade e da disciplina.

A trajetória da capelania militar no Brasil, de acordo com Almeida (2006) é marcada por momentos históricos distintos que delinearam sua configuração institucional. Em 1850, a capelania foi oficialmente estruturada como uma repartição eclesiástica. Com a proclamação da República e a consequente separação entre Igreja e Estado (1889–1944), houve a desativação do corpo eclesiástico no Exército, sendo substituído pela atuação voluntária de sacerdotes e pastores. Deste modo:

O serviço religioso a militares no Brasil tem seu início fundamentalmente no Exército Brasileiro. Todavia, o Exército não é a primeira das armas brasileiras. A Marinha do Brasil é a Força Armada mais antiga, sendo precedida pelo Exército e, há pouco mais de cinquenta anos, pela Força Aérea Brasileira, também chamada de Aeronáutica, que é a mais moderna das Forças Armadas do Brasil (FFAA). Ainda existem as chamadas Forças Auxiliares, que são compostas pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos diversos Estados da Federação. Muito embora todas as FFAA e grande parte das Forças Auxiliares contem hoje com o serviço de assistência Religiosa nos seus quadros, o precursor no trabalho de capelania foi o Exército Brasileiro. Sua historiografia remonta ao período do Brasil colônia, continuou a se expandir no Brasil independente até à proclamação da República, após o que, encontra respaldo na legislação brasileira e chega a seu estágio mais estruturado como atualmente." (Almeida, 2006, p. 17)

Posteriormente, o Decreto n.º 6.535/1944 instituiu formalmente o serviço de capelania para operações de guerra, sendo complementado pelo Decreto n.º 9.505/1946, que reconheceu os capelães como oficiais intermediários (Almeida, 2006, p. 20). A regulamentação das atividades religiosas nas Forças Armadas foi consolidada pelo Decreto n.º 6.923/1981. No curso da UFP, distingue-se entre capelania institucional — exercida por servidores concursados e remunerados — e capelania voluntária, realizada por religiosos sem vínculo empregatício, notadamente em órgãos que carecem de previsão legal para capelães oficiais, como a PF, PRF e GCMs. A base jurídica da capelania institucional está prevista no Art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal e na Lei n.º 6.923/1981, enquanto a voluntária se ampara na Lei n.º 9.982/2000, que garante assistência religiosa em hospitais e presídios. A proposta pedagógica do curso da UFP sustenta que a modalidade voluntária exerce papel equivalente ao da institucional, mas sem ônus ao Estado, apresentando-se como resposta à alegada ineficiência dos serviços oficiais, especialmente nas corporações policiais. Tal concepção reforça uma lógica de substituição do serviço público por mecanismos religiosos informalizados, que se apresentam como soluções morais, espirituais e administrativas diante das carências institucionais.

A criação da UFP pela Igreja Universal do Reino de Deus justificada com base na premissa de que as capelarias institucionais não conseguem suprir adequadamente as demandas espirituais, sociais e morais das corporações policiais e militares. Nesse sentido, a IURD argumenta haver uma lacuna de assistência nas forças de segurança pública, a qual poderia ser suprida por sua extensa capilaridade institucional, presente em todo o território nacional. A atuação da capelania voluntária, ainda que amparada por portarias estaduais expedidas por comandantes e diretores, opera em condições jurídicas precárias e sem a formalização típica dos serviços públicos.

A estrutura da UFP é composta por bispos, pastores, obreiros e membros da própria igreja, muitos dos quais dedicam-se exclusivamente ou de forma parcial às atividades de capelania. Diferentemente da capelania institucional, o modelo voluntário permite atuação simultânea em diversas instituições, o que amplia significativamente o raio de influência da assistência ofertada. Essa configuração

revela o caráter estratégico do programa como instrumento de inserção religiosa em estruturas estatais, articulando fé, prestação de serviços e ocupação de espaços públicos sob uma lógica institucionalizada e funcional às dinâmicas de segurança e justiça.

Uma das principais contradições do curso de capelania da UFP está na dissonância entre a retórica da voluntariedade e a materialidade de uma estrutura altamente institucionalizada. Embora o programa promova a ideia de um serviço espiritual gratuito e desinteressado, ele é coordenado por bispos, pastores e obreiros com dedicação exclusiva à IURD, articulado a um curso pago e oferecido por uma plataforma de ensino própria, o que revela um modelo funcional próximo ao de uma empresa. Muito além de uma ação religiosa espontânea, o que se observa é uma profissionalização da fé direcionada à ocupação estratégica de setores do Estado. Nesse sentido, a presença da UFP nos espaços militarizados, incluindo colégios militarizados, adquire uma importância política significativa.

Desde o governo Bolsonaro, os militares passaram a desempenhar um papel central no cenário político brasileiro, sendo considerados por alguns como um “poder moderador” e diretamente associados à ascensão da extrema-direita. Tal contexto confere aos espaços militares uma elevada densidade simbólica e política, o que explica o interesse da IURD em consolidar sua atuação nesse campo. Ao inserir-se em instituições historicamente identificadas com autoridade, ordem e patriotismo, a Igreja amplia seu alcance sobre públicos estratégicos, reforçando sua agenda conservadora. A aposta nesse segmento não é apenas evangelizadora, mas também política: trata-se de construir alianças duradouras com setores que detêm poder coercitivo, transformando o aparato estatal em um canal de reprodução de seus valores e de sua influência ideológica.

Um ponto particularmente controverso na atuação da UFP diz respeito à tensão entre o princípio constitucional da laicidade do Estado e a inserção sistemática de práticas religiosas confessionais em instituições públicas de segurança. Embora a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 19, inciso I, proíba expressamente qualquer aliança entre o Estado e confissões religiosas, a presença da UFP em corporações militares tem sido legitimada por meio de acordos informais, ainda que

sem respaldo legal equivalente ao que regula a capelania nas Forças Armadas. Esse arranjo institucionaliza uma zona de ambiguidade entre o que é juridicamente permitido e o que é funcionalmente tolerado. A Lei Ordinária nº 21.017/2021, em vigor no Estado de Goiás, reconhece o direito à assistência religiosa em hospitais, presídios e unidades militares, desde que esta ocorra de forma voluntária e com respeito à liberdade de crença e às normas internas das instituições, por saber:

Art. 2º Fica assegurado ao assistente religioso o acesso aos hospitais públicos ou privados e às unidades prisionais, civis ou militares, para prestar atendimento religioso ao paciente, ao preso, ao internado e aos seus familiares (GOIÁS, 2021, p. 1)

No entanto, o que se observa na prática é que a atuação da UFP extrapola os limites do atendimento individual e pastoral previsto pela lei, assumindo contornos estruturais, permanentes e doutrinários dentro das corporações, e também levando-as aos templos da denominação.

Esse processo é ainda mais evidente nas escolas públicas militarizadas de Goiás, onde capelães voluntários vinculados à UFP não apenas oferecem assistência espiritual aos militares trabalhadores destas instituições, mas também participam da formação moral dos estudantes, conduzindo orações, cultos e palestras de caráter evangelizador. A presença constante de agentes religiosos da IURD nesses campos educativos configura uma atuação que ultrapassa o escopo de liberdade religiosa e adentra o campo da formação ideológica, atingindo diretamente sujeitos em fase de socialização escolar. Ao inserir-se em um ambiente sensível e formativo como a escola, a UFP reforça valores conservadores e hierárquicos, frequentemente em convergência com o ethos militar e com discursos associados à moral cristã, à autoridade e à obediência. Essa atuação se dá em franca fricção com os princípios constitucionais de pluralismo e da suposta neutralidade do Estado, revelando uma apropriação da estrutura escolar, reproduzindo um projeto político-religioso alinhado às direitas contemporâneas. Trata-se, assim, de uma ocupação simbólica e institucional que desafia os marcos democráticos da educação pública e laica.

1.3 – Meu Caro Amigo: O Programa dos Colégios da Polícia Militar em Goiás – Origens e Justificativas.

As unidades dos Colégios Estaduais da Polícia Militar do Estado de Goiás – CEPMG, subordinado à Secretaria de Segurança Pública foram criados na forma da lei em 1976, porém, consolidado e efetivado 22 anos depois, em 1998. Atualmente existem 45 unidades de CEPMGs distribuídos em 30 municípios, sendo que na capital do estado, Goiânia, são 8 unidades. As escolas que integram o CEPMG obedecem a um extenso Regimento Escolar hierarquizado e disciplinar, que normatiza o funcionamento dessas instituições e define a estrutura organizacional e pedagógica.

A adoção dessas escolas indica uma “cultura autoritária e ultraconservadora, que se reproduz e se potencializa ao longo de nossa formação histórica e, atualmente assume traços neofascistas” (Frigotto & Ferreira, 2019, p. 97) baseadas em escolas militares das corporações (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e/ou Forças Armadas) vem hipoteticamente amparada em objetivos duvidosos referentes ao acesso, permanência e êxito; à redução dos índices de violência no seio da comunidade onde a escola está inserida e à expectativa de sucesso nas diversas seleções para o ensino superior, amplamente divulgadas por veículos de mídia tradicionais, sendo que:

o discurso mais corrente defende que o conjunto dessas tendências e desses sintomas exige uma “reforma” da escola – termo guarda-chuva e fórmula mágica que em geral faz as vezes de reflexão. Mas “reforma” para construir que tipo de escola e escola para que tipo de sociedade? (Laval, 2019, p. 22).

Tais propostas “tem tudo para agradar àqueles adeptos da disciplina, da hierarquia e do respeito das gerações” (Dias & Ribeiro, 2021, p.411), especialmente para os setores populacionais classificados como perigosos, isto é, os mais pauperizados, pois:

as redes privadas passaram a adotar sistemas estruturados de ensino que precisam atender demandas de segmentos das camadas médias que rejeitam padrões moralistas em termos de sexo e gênero, assim como manifestações cívicas autoritárias (Cunha, 2019, p 651).

Deixam nas entrelinhas que a presença da patente militar no ambiente escolar é suficiente para sanar problemas históricos e arduamente discutidos pelas mais diversas bibliografias de pesquisadores do campo da educação. Defensores destes programas destacam um suposto “clamor social de pais e comunidade escolar por um novo modelo de escola, priorizando-se, dessa forma, a disciplina e a obediência, além

da segurança no ambiente escolar em vez da aprendizagem e democracia” (Dias & Ribeiro, 2021, p.406).

O ultraconservadorismo é um produto direto do neoliberalismo. Este último pode ser compreendido como:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser promovido liberando-se as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Singer, 2021, p.208)

Deste modo, a ótica vigente do neoliberalismo propõe um ritmo de sociedade individualista e competitiva, onde a acumulação do capital e a maximização dos lucros é custeado pelo bem-estar coletivo e da igualdade social. Esse contexto neoliberal favorece o surgimento e a consolidação de ideologias ultraconservadoras, que buscam conservar e ampliar estruturas tradicionais, hierárquicas, discriminatórias, em consonância com interesses da elite econômica detentora de capital.

Forças políticas ultraconservadoras chegaram ao poder em democracias neoliberais espalhadas ao redor do globo terrestre, e continuam a ganhar espaço. Singer enfatiza que:

a sombra da extrema direita se projetava desde que Jorg Haider assumiu o governo na Áustria, em 2000. De lá, com Viktor Orbán na Hungria e Jaroslaw Kaczynski na Polônia, se estendeu por nações do antigo bloco socialista. Rodrigo Duterte, nas Filipinas, colocou a periferia no roteiro ultradireitista. Em seguida, com o duplo terremoto eleitoral de 2016 – a inesperada vitória do Brexit, no Reino Unido, e a de Donald Trump nos Estados Unidos – chegou ao núcleo do capitalismo [...] uma onda de ultradireita ensejou a ascensão de Matteo Salvini ao Executivo da Itália, como poderoso ministro do Interior, e Jair Bolsonaro à presidência da república do Brasil. (Singer, 2021, p. 210).

O contexto social neoliberal intensifica o processo “de apagão na educação, abrindo para outros modelos de gestão a serem implantados nas escolas, momento que sobrevém a oportunidade de transferir a gestão da educação pública, gratuita, laica e civil para setores externos” (Dias & Ribeiro, 2021, p.411). Ressalta-se que “neoliberalismo se apresenta à escola, e ao restante da sociedade, como solução ideal e universal para todas as contradições e disfuncionalidades, mas na verdade é um remédio que alimenta o mal que deveria curar”. (Laval, 2019, p.27).

Embora as escolas militares sejam partes do Estado, sua gestão e organização podem refletir valores e princípios que se alinham com abordagens ultraconservadoras, o que pode ser visto como uma forma de promover a redução do papel do Estado na educação. A ideia subjacente seria que a gestão militarizada poderia trazer eficiência e ordem, supostamente resolvendo problemas históricos existentes na rede pública. A transferência de escolas civis para militares pode ser vista como um reflexo do espírito neoliberal, que tende a reduzir a influência do Estado nas atividades sociais. Essa mudança muitas vezes favorece uma abordagem disciplinada e promove uma agenda pedagógica que valoriza o capital e os mercados. Isso se manifesta em práticas que enfatizam a diminuição do papel do Estado, enquanto contestam políticas sociais inclusivas e promovem a meritocracia como um tipo ideal.

A presença de militares nas escolas públicas pode representar um retrocesso em sua organização, sinalizando um alinhamento com princípios neoliberais que promovem uma abordagem conservadora. Isso pode comprometer o processo de formação da liberdade de pensamento e expressão, contrastando com a hipótese de cancelar a transformação de escolas civis em militares, vista como uma solução para os problemas históricos existentes na rede pública dos entes federativos.

No DNA do CEPMG pode estar contida a “nova” abordagem pedagógica baseada no respeito à hierarquia, disciplina e civilidade – conceitos da educação positivista, da pedagogia tradicional que contrastam com a pedagogia de perspectiva crítica (em especial, Paulo Freire; Antonio Gramsci; Pierre Bourdieu, Jonh Dewey; Henry Giroux, entre outros) que evidenciam a necessidade da formação do sujeito crítico, político e conhecedor de seus direitos.

Para além disso, acrescenta-se que essas proposições pedagógicas positivistas correspondem a uma resposta à nova agenda que aborda temas sociais tidos como ameaças cotidianas, como a questão do aborto e os direitos LGBTIQIA+, que utilitariamente são utilizadas pelos ultraconservadores como ferramenta de desvio de foco. Uma reação às teorias progressistas modernas, encontrando no âmbito das escolas militarizadas um possível espaço laboratorial para a promoção de suas

próprias agendas, tanto no nível formal quanto informal, contrastando com as escolas públicas não militarizadas.

Os ferrenhos defensores da militarização de escolas públicas e que utilizam a categoria “segurança” como um dos objetivos necessitam urgentemente refletir sobre o termo, pois se “segurança” estiver correlato com furtos, roubos ou homicídios, é preciso reconhecer que a responsabilidade por esses infortúnios recai justamente sobre os profissionais da área da segurança pública, e não sobre os profissionais da educação, pois é uma realidade cotidiana para além dos muros da escola. No entanto, ao se propor a militarização de escolas, especialmente em regiões classificadas como áreas vulneráveis - justificativa primeira para a criação de novas unidades dos CEPMG em Goiás e que têm grande repercussão por parte da imprensa - observa-se que é uma escolha direcionada a territórios periféricos, marcados pela presença majoritária de populações negras e de baixa renda. A associação entre pobreza, negritude e violência não é neutra: é reflexo de um imaginário social que criminaliza determinados grupos sociais, colocando-os sob constante vigilância. Neste sentido, Catarina Santos comenta que:

os argumentos usuais para a militarização das escolas públicas no Brasil giram em torno de problemas como: melhorar a taxa de aprovação; diminuir o abandono e a evasão escolar; reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar; e desenvolver virtudes sociais, como disciplina, respeito, valores, honestidade, tolerância, justiça e resiliência. Esses argumentos são comumente utilizados pelos defensores da Polícia no comando da escola, assim como das normativas que militarizam as escolas públicas nos diferentes sistemas de ensino do país. Passar o comando das escolas para a Polícia, tendo “como base essas justificativas, parte do pressuposto de que educadores não estão dando conta da sua função, já que não conseguem manter disciplina, ordem e obediência. Insinua-se que eduquem de maneira permissiva, tendo como consequência a formação de uma juventude perdida e sem futuro” (Santos, 2021, p. 3)

A partir disso, é válido refletir que profissionais fardados que atuam nessas instituições de ensino, embora treinados para lidar com situações de violência, não têm sido capazes de conter esses problemas em suas legítimas áreas de atuação (leia-se: rua). Sua inserção no ambiente escolar suscita o questionamento: qual a finalidade de sua presença, se não há evidências de que contribuem para a superação da violência escolar, muito menos para a pacificação da comunidade em torno da escola? Portanto, é legítimo indagar se sua entrada nas escolas não representa uma

tentativa de transferir à educação um papel que não lhe é próprio. Ou pior: assumir que os jovens, especialmente os negros e periféricos, seriam os novos “inimigos internos” a serem combatidos, reforçando práticas de exclusão e controle sob o pretexto da ordem. A presença de agentes armados nas escolas não representa avanço pedagógico, mas sim a transferência para o espaço escolar de uma lógica de controle que ignora os princípios fundamentais da educação como diálogo, escuta e emancipação.

Ao afirmar que a presença de policiais nas escolas tem como objetivo garantir a ordem e a segurança, é o mesmo que implicitamente afirmar que os estudantes seriam os principais credores da violência e, portanto, os inimigos a serem combatidos. Não por acaso, o discurso oficial justifica a militarização escolar com base na necessidade de intervir em áreas classificadas como “vulneráveis”. É importante destacar que esses sujeitos considerados “vulneráveis” não permanecem nas escolas militarizadas. São sistematicamente excluídos e punidos, expulsos muitas vezes sob o pretexto da chamada “transferência educativa” ou por não se adequarem aos padrões disciplinares e comportamentais impostos por esse tipo de gestão escolar. Essa exclusão se configura como uma prática institucionalizada de expulsão silenciosa, mascarada por justificativas pedagógicas de excelência de ensino.

Escolas militarizadas se reafirmam como um contraponto a escola pública quando passa de algum modo a selecionar seus alunos, inclusive para melhorar os índices das principais avaliações de larga escala, como por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. O resultado é equacionado entre a exclusão que empurra esses jovens para fora da escola e, muitas vezes, e os empurra para dentro de um mercado trabalho de trabalho cada vez mais competitivo e que exige qualificação, alçando-os aos chamados subempregos, precarizados, quando não, os joga diretamente para o encarceramento nos presídios brasileiros. Assim, a lógica que sustenta a militarização das escolas se alinha à mesma racionalidade que estrutura o encarceramento em massa: a criminalização da pobreza e o controle social de corpos, principalmente, os racializados. Em vez de proteger, esse modelo reafirma a seletividade penal e educacional. Neste sentido:

o combate à violência, dentro e fora da escola (...)tem sido um dos mais fortes argumentos para a militarização das escolas. Segundo seus defensores, a Polícia na escola é fundamental para garantir segurança, combater a violência e até o tráfico de drogas internamente. Esses argumentos fazem parte do discurso de gestores e policiais de diferentes sistemas, como no estado de Goiás, pioneiro na experiência de militarização das escolas. Em matéria da repórter Renata Mendonça para a BBC Brasil, veiculada em 2014, o capitão Francisco dos Santos Silva, que assumiu a direção da escola após a militarização, afirmou que os princípios básicos militares de “hierarquia e disciplina”, implementados na escola, acabaram com os casos de violência e fizeram da escola um “sonho” para os moradores da cidade.” (Santos, 2021, p. 10)

Além disso, a militarização das escolas públicas implica, para além do controle sobre o processo de ensino-aprendizagem, a entrada de profissionais oriundos da área da segurança que passam a atuar diretamente na gestão cotidiana da escola. Tais profissionais, custeados com recursos do próprio orçamento da educação, não apenas ampliam suas remunerações, mas também assumem o papel de agentes de controle dos corpos, das subjetividades e dos processos pedagógicos, a saber:

para além dos processos de militarização via corporações, há também organizações privadas vendendo a chamada “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar” para os sistemas de ensino. Esse é o caso de policiais da ativa e da reserva de Goiás, que, de olho na militarização como nicho de mercado, montaram uma ONG para comercializar esse método com os municípios do estado.” (Santos, 2021, p. 8)

Esse processo de militarização encontra eco na atuação das igrejas neopentecostais nas periferias urbanas, que, diante da ausência do Estado, ocupam espaços simbólicos e materiais oferecendo pertencimento, ordem moral e soluções imediatas para os dilemas cotidianos. Assim como a escola militarizada, esses grupos também operam por meio da conformação de subjetividades, reforçando normas rígidas de conduta e valores conservadores. Ambos os fenômenos, portanto, refletem estratégias de controle social voltadas às populações historicamente marginalizadas, naturalizando desigualdades sob o discurso da disciplina, da ordem e da salvação.

É importante salientar que doutrina militar e a religiosidade evangélica aparenta ser uma realidade, até porque “as projeções são de um aumento do crescimento dos evangélicos, com indicação de que em 2040 sejam o maior grupo religioso do país” (Lentz & Penido, 2021, p.352). Acrescenta-se que da década de 90 até o presente momento grupos evangélicos ascenderam ao poder no Brasil ocupando posições

eletivas no legislativo, no executivo e judiciário e alavancando sua própria agenda, “justificada para enfrentar ameaças culturais que representam a esquerda partidária, cujas bandeiras se afinavam com os ideias comunistas, as feministas, homossexuais, maconheiros e macumbeiros” (Cunha, 2020, p.27). Acrescenta-se:

O aumento exponencial desse segmento populacional sinaliza não apenas seu crescimento orgânico, estrutural e sistemático; mas também, a expansão de seu poder político partidário [...] esse movimento religioso encontra no campo das chamadas “igrejas de massa” ultraconservadoras que priorizam segmentos populacionais periféricos e menos escolarizados (Pinel & Rêses, 2021, p.08)

As igrejas neopentecostais, inclusive a IURD, caracterizam por quatro aspectos distintivos em relação às demais denominações pentecostais: a guerra espiritual contra o diabo; a pregação enfática da Teologia da Prosperidade; liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade e a estrutura empresarial (Mariano, 2012, p. 36). De fato, muito dessas igrejas se caracterizam por possuir uma estrutura administrativa altamente burocrática, com inúmeros cargos e funções, uma vasta rede interna de ramificações, e, sobretudo, um crescimento exponencial do número de fiéis, assim como a capilaridade geográfica, se fazendo presente em todo o território nacional.

As igrejas neopentecostais, que em muitos casos, possuem fins lucrativos, evidenciando como a organização empresarial dentro do neopentecostalismo se entrelaça com os princípios neoliberais. Isso nos mostra como as igrejas adotam estratégias e práticas empresariais, refletindo valores associados ao neoliberalismo. Essa conexão vai além do discurso religioso, influenciando diretamente suas atividades evangelísticas e administrativas. Um ponto interessante é como essa orientação empresarial direciona o foco do evangelismo para as camadas mais abastadas da sociedade, como empresários, profissionais liberais e políticos (Mariano, 2012). Aqui, vemos uma adaptação às práticas de mercado, uma busca por apoio financeiro e influência social. Essa dinâmica revela uma interação complexa entre religião, economia e poder político, demonstrando como os valores e estratégias empresariais permeiam até mesmo as instituições religiosas.

Muito além dos templos e dos púlpitos, o espectro neopentecostal se faz fortemente presente na política, com uma bancada ruidosa de parlamentares no

Congresso Nacional, ocupando cargos eletivos no Poder Executivo e também vastas representações no judiciário brasileiro. Se anteriormente os protestantes apresentavam-se reticentes à participação política eleitoral, hoje com o avanço neopentecostal, vão além do “irmão vota em irmão” para se organizarem eleitoralmente nas diversas siglas partidárias, e até mesmo em sigla própria, como é o caso do partido Republicanos, imbricado à Igreja Universal do Reino de Deus, que atualmente abriga dois governadores, 212 prefeitos além de diversos assentos na Câmara e Senado Federal.

Essa musculatura política adquirida a partir da inserção de membros neopentecostais em cargos eletivos se traduz no acampamento de agendas conservadoras próprias, pois a participação de membros neopentecostais em cargos políticos tem um impacto significativo na definição de agendas conservadoras. Essa influência política adquirida por esses membros se traduz em iniciativas como o movimento “Escola sem Partido”, que busca uma abordagem neutra na educação, e o debate em torno do “Marxismo Cultural”. Além disso, essa presença política também se reflete na relutância em abordar questões LGBTQIA+ e de gênero, assim como na oposição ao feminismo e ao aborto, associado o estandarte da família tradicional. Esses exemplos nos mostram como a política está intimamente ligada às crenças e valores religiosos, moldando debates e decisões em uma variedade de áreas.

As pautas do governo Bolsonaro em aspectos morais e, sobretudo, àqueles ligados à religiosidade (neste caso, a cristã) expressada pelo lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, elucidam a estreita relação existente entre o patriotismo / civismo (aspectos orgânicos aos militares), forças políticas extremadas e a religião de matriz cristã. Essa “proximidade de figuras da política com algumas igrejas não respeita o princípio normativo substantivo da igualdade cidadã. Ao contrário, promove uma ideia de identidade nacional que tem como propósito excluir uma identidade social particular” (Rudas, 2021, p. 458) e que pode relegar ao CEPMG aspectos favoráveis à omissão do conceito da laicidade do Estado, consagrado em nossa tradição constitucional, pois em um “Estado democrático laico as religiões não podem ser as fontes epistêmicas exclusivas da justificação das leis e das políticas públicas” (Rudas, 2021, p. 448).

Cumprе ressaltar que é histórica a intimidade entre as forças armadas e religião no Brasil e remete ao período colonial, quando da fundação, em 1623, da Irmandade da Santa Cruz dos Militares (Lentz & Penido, 2021, p.355), proporcionando desde então um crescimento de uma doutrina cristã nas carreiras militares.

Outras aproximações entre a estrutura militar e a religiosa podem ser feitas, como por exemplo, a defesa da organização social de forma disciplinar e hierárquica, buscando manter um ordenamento moral rígido, silenciando ou suprimindo qualquer conflito social que por ventura possa acontecer.

O julgamento moral também pode gerar uma proximidade entre militares e evangélicos, que historicamente elegem inimigos comuns, “já que a ameaça à cultura organizacional e à coesão ideológica nacional, seriam provenientes da degradação cultural provocada pela globalização e o Marxismo Cultural. A ideia de defesa é acionada pelo binômio: amigo e inimigo, o ‘eu e outro’” (Lentz & Penido, 2021, p.362).

Portanto, as práticas pedagógicas acauteladas do CEPMG vão muito além da formação geral ou do ensino propedêutico, pois o que pode estar sendo tracejado é uma formação ideológica, moral e religiosa, todas de caráter ultraconservador, sendo que a “ideologia carrega a noção imanente de doutrina, conjunto de ideias, crenças, conceitos e parece estar determinada a convencer de uma veracidade, quando, porém, serve a determinado subterfúgio de poder” (Fofano; Reich, 2021, p.02).

Nesse contexto, em uma era em que o neoliberalismo se consolida como a fase mais avançada do capitalismo, observa-se o uso estratégico da religião, que, devido ao seu caráter ideológico, é empregada para potencializar a acumulação de capital. Diante disso, torna-se necessário investigar em que medida a religiosidade, historicamente alinhada às práticas militares, contribui (ou não) para promover uma visão confessional entre os membros da comunidade escolar militarizada.

1.4 Partido Alto: A Negação da Escola Pública, a Retórica da Disciplina e os Discursos Morais como Ferramentas de Dominação

A escola militarizada pode ser compreendida como uma negação dos princípios da própria escola pública. Ao transferir a gestão de unidades escolares civis para órgãos da segurança pública, altera-se a lógica da gestão escolar e o papel social da

educação, pois essas instituições não foram criadas para atender exclusivamente aos anseios pedagógicos militares, mas sim para acolher a diversidade social brasileira, sendo frequentadas por alunos de diferentes origens, etnias, religiões e classes sociais. O caso é agravado quando nos deparamos com a realidade de alguns locais, onde a polícia ou os agentes de segurança exercem controle total sobre a escola. Em outros, adota-se a chamada gestão compartilhada, que envolve tanto profissionais da educação quanto militares. Nesses casos, argumenta-se que os agentes de segurança ficam responsáveis pela disciplina, enquanto os profissionais da educação cuidam da gestão administrativa e pedagógica. As formas de atuação desses agentes variam amplamente, dependendo das decisões e interpretações dos gestores locais. É desse modelo que se trata ao falar em escolas militarizadas.

O tipo ideal de uma escola pública vai muito além do simples fato de ser financiada com recursos estatais. Embora o financiamento público seja uma condição indispensável, não é o único elemento para definir uma escola em sua essência como verdadeiramente pública, pois a escola pública está diretamente vinculada ao seu compromisso com o atendimento universal dos sujeitos, ou seja, com o acesso aberto a todas as pessoas, sem distinção de crença religiosa, orientação ideológica ou filiação política. Neste sentido:

a escola pública, no contexto atual, passa por uma profunda crise, que se relaciona ao conflito de interesses entre a sua função de formadora do povo como soberano em uma sociedade democrática e a visão mercadológica de preparação das novas gerações para o mercado de trabalho. Essa tendência tem conquistado os espaços de poder e legitimado uma educação voltada para o aprendizado técnico, a serviço das demandas do mercado. Dessa maneira, a força político-comercial impõe, também, à esfera pública essa visão educacional, por meio de reformas que excluem a formação humanística e a transmissão da cultura. Assim, esse movimento mantém o sistema de classes e a defesa dos privilégios das elites, inclusive o privilégio do acesso a uma educação diferenciada para seus diletos membros, de acordo com seus interesses.” (Magoga e Muraro, 2020, p. 2)

A escola pública é o espaço de formação plural, no qual convivem sujeitos de diferentes origens sociais, culturais e religiosas. Nela, constrói-se um conhecimento diverso, promovendo o aprendizado democrático e a construção coletiva do saber. A escola militarizada, por outro lado, representa uma negação dos princípios que fundamentam a escola pública. Ao se estruturar com base nos valores e práticas de

uma categoria profissional específica— as forças de segurança —, deixa de atuar a partir de fundamentos universais e republicanos, passando a reproduzir uma lógica de um recorte delimitado, ou seja, essa escola deixou de ser a escola universal e passou a ser a escola de grupo específico. A esfera militar segue princípios que contrastam com os fundamentos da educação. Por sua natureza, a lógica militar se distancia dos valores educacionais. A militarização das escolas integra o processo de desconstrução da escola pública no Brasil, sendo uma das vertentes — embora não a única. Possivelmente, é a abordagem mais direta e eficaz nesse contexto.

Observa-se um ataque à escola pública manifestado não tão somente por meio da militarização, mas também pela proposta do "Escola Sem Partido", pelas discussões sobre Homeschooling e pela implementação de medidas como identificadores faciais e catracas eletrônicas. Além disso, defende-se a presença de grupos armados ou de segurança privada no ambiente escolar e a imposição de currículos severamente restritos, que delimitam o que pode ou não ser escrito e debatido. Em suma, trata-se de um projeto de destruição da escola pública que abrange várias iniciativas, sendo a militarização, em termos de adesão, a mais avançada dentre essas.

A educação precisa ser vista como um meio de desenvolver cada pessoa, preparando-a integralmente para enquanto um sujeito de direitos. Isso vai muito além de formar profissionais; trata-se de cultivar uma cidadania ativa, democrática e crítica que se comprometa com a transformação do seu próprio espaço. Portanto, é necessário educar para a convivência democrática, que também significa preparar indivíduos para construir relações que celebre a diversidade. Para ser mais enfático, nesse processo, a educação voltada para o mundo do trabalho não pode se pautar à lógica da exploração, da precarização ou da "uberização" das relações laborais, que desumaniza e compromete a dignidade dos trabalhadores. Ao contrário, trata-se de pensar o trabalho como parte constitutiva do sujeito e como meio de participação ativa na construção de uma sociedade justa e inclusiva.

O último censo escolar revela que a educação básica abarca mais 40 milhões de estudantes⁹ matriculados na rede pública de ensino, o que representa cerca de um quarto da população do país. Quando se considera também a presença de profissionais da educação e o envolvimento das famílias, percebe-se que a escola pública mobiliza, de forma direta ou indireta, uma imensidão da população brasileira. Esse volume expressivo de presença cotidiana nas escolas representa um potencial formativo e político imenso, e por isso é reivindicado por diversos setores da sociedade, como os já citados “Escola Sem Partido”, e mais especificamente trabalhado neste estudo, a Universal nas Forças Policiais - UFP. Devido a isso, uma escola que funcione de forma crítica, plural e democrática coloca em risco os interesses daqueles que desejam preservar a estrutura social marcada por desigualdades históricas.

Se a Constituição Federal não pode ser ignorada a ponto de impedir o acesso à escola, outros mecanismos são historicamente acionados para limitar, selecionar ou mesmo expulsar parte significativa da população do espaço escolar — ou, ao menos, para controlar os que permanecem nele, por isso, discutir a militarização das escolas no Brasil é também enfrentar um projeto de controle social. É reconhecer que, por trás da retórica da disciplina e da ordem, há uma tentativa de moldar o ambiente escolar para que ele deixe de ser espaço de emancipação e passe a reproduzir, de forma mais eficiente, as hierarquias de poder vigentes. Trata-se, portanto, de compreender que a defesa da escola pública democrática é, também, uma disputa sobre qual sociedade se quer conservar ou transformar.

É importante endossar novamente a tese de que a militarização das escolas representa a crise da escola pública, pois a substituição da autoridade pedagógica por uma autoridade armada sinaliza não apenas a falência das políticas educacionais, mas também a renúncia do Estado a seu dever de garantir uma educação crítica,

⁹ Segundo dados do Censo Escolar de 2024, o sistema educacional brasileiro contabilizou 47,1 milhões de estudantes distribuídos em 179,3 mil escolas, abrangendo todas as etapas da educação básica. Em comparação com o ano de 2023, observou-se uma redução de 0,5% no número total de matrículas — o equivalente a 216 mil alunos a menos. Essa diminuição foi especialmente sentida na rede pública, que registrou uma queda de aproximadamente 310 mil matrículas. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>

democrática e plural, de livre circulação de pensamentos e conhecimentos. A presença policial em ambiente escolar, enquanto referência formativa, expressa, portanto, não uma solução, mas a consolidação de um projeto excludente que transforma a escola em instrumento de vigilância e contenção social.

Geralmente são utilizados para justificar a militarização de escolas públicas três elementos: disciplina, qualidade e segurança. Essa tríade é frequentemente apresentada como interligada. A disciplina militar tem a ver com a obediência às ordens estabelecidas hierarquicamente. A disciplina escolar tem a ver com a capacidade de dialogar, de perguntar, de questionar tudo isso com respeito, porque na horizontalidade, o diálogo é parte constitutivo do processo de disciplina, do processo educativo. A militarização de instituições escolares não implica, por si só, em uma melhoria da disciplina. Nestes termos:

o processo educativo, todos os aspectos estão interligados; administrativo e disciplinar devem ser pautados pelo pedagógico, finalidade da escola. No caso dos colégios em que as gestões estão sob a responsabilidade de civis e militares, caso o disciplinar contradiga o pedagógico, como essa equação será resolvida, tendo em vista que ambos são autônomos? A Polícia é o braço armado do estado e tem, historicamente, sobreposto-se aos demais braços ou setores da sociedade.” (Santos, 2021, p. 10)

O que efetivamente contribui para o fortalecimento da convivência e da ordem nas escolas são profissionais devidamente preparados para escutar os estudantes, compreender seus anseios e promover ambientes de acolhimento, com equipes interdisciplinares que contemplem as diversas necessidades da comunidade escolar. Essa é a estrutura almejada para a escola pública de qualidade, universal e democrática, que garanta iguais oportunidades a todos.

No contexto militar, a disciplina é concebida a partir da adesão rigorosa às ordens estabelecidas dentro de uma estrutura hierarquicamente rígida. Essa abordagem enfatiza o seguimento de normas e ordens prescritas pela autoridade, priorizando uma conduta pautada na obediência e na submissão à ordem hierárquica estabelecida. Em contrapartida, a disciplina no ambiente escolar é construída por meio de práticas dialógicas que estimulam o questionamento e a reflexão crítica, sempre fundamentadas no respeito mútuo. Nesse cenário, a horizontalidade das relações e o diálogo são elementos essenciais.

Portanto, seria devaneio afirmar que o conceito ontológico de disciplina é universal. A disciplina no âmbito militar é diametralmente oposta ao da escolar. Enquanto a primeira se alicerça na obediência e na manutenção de um sistema hierárquico fortemente estabelecido, a segunda busca formar sujeitos capazes de ouvir, dialogar, integrar e respeitar as diferenças – características fundantes de um ambiente democrático, inclusivo e com propósito explícito em prol de uma formação consciente, de transformação social.

A disciplina militar baseia-se na obediência incondicional a regras impostas hierarquicamente, sustentadas pela lógica do medo e da punição. Nesse modelo, não se trata da construção do respeito, mas da submissão à autoridade. Em contextos militares, a estrutura é vertical: a patente mais alta determina as ordens, e as patentes inferiores cumprem, sob o risco de sanções caso desobedeçam. Essa lógica, quando transposta para o ambiente escolar, impõe um modelo disciplinar autoritário, que não reconhece o diálogo ou o questionamento como parte do processo educativo.

A presença de agentes de segurança armados dentro das escolas reforça esse cenário de intimidação. Ao adotar uma concepção de disciplina que exige obediência cega às normas estabelecidas por autoridades externas ao campo da educação, nega-se aos estudantes o direito à crítica, à escuta e à formação autônoma. Trata-se de uma concepção de disciplina que não educa para a cidadania, mas condiciona os sujeitos à lógica do controle, estabelecendo um vínculo direto entre segurança pública e gestão escolar.

Existem diferenças entre as escolas militares tradicionais e o atual processo de militarização da educação pública. As primeiras ligadas às corporações e forças militares existem no Brasil há muitos anos: são as escolas do Exército. Tais escolas, via de regra, são financiadas por verbas da área de segurança pública. O Exército, por exemplo, recebe recursos do Ministério da Defesa; já a Polícia Militar, em diversos casos, é financiada pelas secretarias de segurança pública e, eventualmente, também pela secretaria de educação, nestes termos:

são instituições criadas como militares, vinculadas às corporações militares, – como Exército, Corpo de Bombeiros e PM – e, via de regra, geridas e financiadas por essas corporações com recursos da área de segurança, contando, em alguns casos, com cessão de profissionais do magistério pelas

Secretarias de Estado da Educação, para atuarem como professores nos colégios da PM e dos Corpos de Bombeiros.” (Santos, 2021, p. 8)

O debate contemporâneo sobre militarização da educação refere-se a escolas públicas civis, regidas pelos princípios da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e demais marco legais.

Quando se discute a militarização das escolas, nos referimos às escolas civis públicas, que funcionam a partir dos princípios constitucionais e legais. Em sua essência, não são escolas criadas exclusivamente para atender dependentes de militares, como as escolas militares são. São escolas cuja a função social é a todos os grupos, a todas as pessoas. Então são aqueles espaços que tem em cada esquina, das ruas e cidades do nosso país, e por decisão dos seus gestores, seja governadores ou prefeitos, passam essas escolas para a gestão a força de armas.

Atualmente, todos os estados da federação possuem escolas militarizadas. Não há nenhuma unidade da federação sem esse modelo de gestão. Em alguns estados, as escolas militarizadas estão presentes tanto na rede estadual quanto na municipal; em outros, ocorrem apenas nas redes municipais — sendo essa, porém, a minoria dos casos. O fato é que, nas 27 unidades federativas, existem escolas sob alguma forma de militarização, sendo o estado de Goiás um dos pioneiros a adotar as escolas militarizadas.

No âmbito nacional, tínhamos o Programa Nacional das Escolas Cívicas Militares – PECIM, marca maior do projeto bolsonarista de educação. É importante notar que expressão “cívico-militar” é uma das denominações mais potentes e pulverizadas no processo de militarização das escolas. Esse termo foi introduzido em 2019, quando o então presidente Jair Bolsonaro editou um decreto que alterou a estrutura do Ministério da Educação e instituiu, uma secretaria, voltada ao fomento das escolas cívico-militares. Passado o governo Bolsonaro, este modelo persiste a se tornar hegemônico no debate público no que diz respeito a militarização de escolas públicas civis. O PECIM refere-se então:

A outra modalidade de militarização das escolas em curso no país é a adesão ao Pecim, criado pelo Governo Federal no ano de 2019. Esse programa transformou a militarização das escolas em uma política nacional e vem influenciando as redes de ensino, sobretudo municipais, não só a aderirem

ao programa, mas, principalmente, a militarizarem suas escolas, tendo como consequência a expansão da militarização.” (Santos, 2021, p. 7)

É bastante difícil determinar exatamente quantas escolas militarizadas existem no país. Isso se deve ao fato de que, quando a militarização ocorre nos sistemas estaduais, o acompanhamento e a coleta de dados são mais acessíveis. No entanto, quando se trata dos sistemas de ensino municipais, a aferição é dificultada, considerando que o Brasil possui quase seis mil municípios. Porém, a criação do PECIM impulsionou esse processo, que passou a crescer de forma exponencial. Enquanto em 2019 existiam cerca de 200 escolas militarizadas, atualmente esse número ultrapassa mil. Ainda assim, não é possível afirmar com precisão número total, pois novas escolas podem ser incorporadas ao modelo a qualquer momento, ou algumas podem não ter sido identificadas nos levantamentos realizados.

É curioso notar que PECIM foi revogado no final de junho de 2023, atendendo a um pedido feito para que o governo federal, ao assumir, revogasse o programa, que tinha caráter voluntário, sem obrigatoriedade de adesão por estados ou municípios, e incluísse a agenda da desmilitarização nos diferentes espaços institucionais, como o Judiciário e o Legislativo. Esperava-se que essa revogação ocorresse imediatamente no início do governo, junto a uma série de decretos revogatórios, o que, contudo, não se concretizou. É importante pontuar que, mesmo com a revogação do PECIM, a situação se inverteu, pois diversos estados e municípios declararam a intenção não apenas de manter, mas de ampliar o processo de militarização das escolas.

Ao abordar o modelo das escolas militarizadas, promovido por setores governamentais que defendem a ditadura cívico-militar no Brasil e que frequentemente articulam sua atuação em torno de agendas autoritárias oriundas desse período, observa-se um pano de fundo cultural que resgata elementos dessa tradição política. Nesse contexto, como dito, as escolas militares sempre existiram no país, frequentadas voluntariamente por famílias interessadas em inserir seus filhos em carreiras vinculadas às forças de segurança.

O principal problema da proposta de militarização das escolas públicas, adotada por diversos estados e de forma especialmente intensa em Goiás, não está na existência de instituições militares ou religiosas, mas na forma como o poder

público tem promovido a conversão de espaços escolares civis em ambientes marcados pela imposição de normas disciplinares rígidas e pela presença ativa de práticas religiosas, em especial vinculadas a determinados grupos neopentecostais. Essa configuração interfere diretamente no caráter público, laico e plural da escola, restringindo o direito dos estudantes à formação crítica e à convivência com a diversidade de ideias, valores e crenças.

A presença constante de uma orientação religiosa específica dentro do espaço escolar público, como é o caso da IURD através do programa Universal nas Forças Policiais - UFP, representa uma violação da laicidade, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, comprometendo a função social da escola enquanto lugar de formação cidadã, diálogo e respeito às diferenças, além de tão somente privilegiar uma denominação religiosa que é sedenta pela conquista de novos espaços de evangelização e adesão de mais membros. A laicidade não se limita à separação formal entre o ensino público e as religiões.

Neste caso, portanto, a defesa da laicidade se faz necessário para que se garanta minimamente um espaço em que todas as pessoas tenham sua liberdade de consciência integralmente respeitada. A escola pública merece ser espaço primeiro do respeito em relação às diferentes denominações religiosas, assegurando que o processo educativo não seja instrumentalizado ou até mesmo tomado por nenhuma doutrina específica, sobretudo, por uma em que se organiza liturgicamente como uma empresa e que historicamente persegue religiões e cultos de matrizes africanas.

A garantia de que a escola pública funcione como um ambiente em que a liberdade de consciência e de crença seja plenamente resguardada, sem interferências externas que comprometam sua função formativa. A presença de práticas proselitistas no ambiente escolar configura uma afronta a esse princípio, pois introduz mecanismos de influência religiosa que violam a neutralidade exigida pelo ordenamento constitucional. Nesse contexto, a escola deixa de cumprir seu papel como espaço plural e democrático, passando a operar sob lógicas de coerção e controle.

É igualmente necessário considerar as distinções históricas entre a escola pública e a escola privada no Brasil. A primeira, embora não tenha sido sempre

plenamente laica, possui uma trajetória marcada por tensões entre religiosidade e laicidade. Como aponta Saviani (2007), a educação pública brasileira tem suas raízes na atuação da Igreja Católica desde o período colonial, sendo, por longo tempo, um prolongamento da missão catequética da Coroa portuguesa. Essa vinculação foi rompida apenas em momentos específicos da história nacional, como durante o Império, quando a Constituição de 1824, ensaiou uma perspectiva de ensino desvinculado da doutrina confessional, ainda que de forma limitada. No período republicano, especialmente a partir da Constituição de 1988, a escola pública passou a ser orientada por princípios mais claramente laicos, voltados à promoção do pluralismo e do respeito à diversidade de pensamento. Em contrapartida, o ensino privado, sobretudo em suas origens e expansão, esteve amplamente ligado a instituições religiosas, alinhadas a valores confessionais. Nesse contexto, os Colégios Militarizados se aproximam mais do modelo privado não apenas em sua estrutura organizacional e normatização disciplinar, mas também por responderem às expectativas de setores da classe média que, muitas vezes, veem nesse formato uma alternativa ideológica às escolas privadas confessionais — sem, no entanto, arcar com seus custos financeiros.

Esse movimento revela que a escola tem sido, historicamente, utilizada como instrumento de consolidação de ideias hegemônicas. Por isso, preocupa a crescente instrumentalização da educação pública, que filosoficamente deveriam assegurar a liberdade de pensamento, crença e consciência — para fins de proselitismo religioso e alinhamento político-ideológico. Na prática, o que se observa é a legitimação de uma cultura de coerção, travestida de discursos sobre ordem, disciplina e eficiência pedagógica.

É importante recusar soluções simplistas para problemas complexos. Neste sentido, a proposta das escolas cívico-militares sustenta-se sobre a ideia de que a disciplina se alcança por meio da imposição autoritária, o que se configura como uma “cultura de caserna”. No entanto, a verdadeira disciplina, no ambiente escolar, emerge da construção do conhecimento e das redes de relacionamento social que possibilitam o florescimento intelectual e ético dos sujeitos. A tentativa de resolver questões educacionais e de convivência por meio da militarização representa um erro grave.

Em situações de crise — como no caso recente do assassinato de uma professora em São Paulo —, a resposta de alguns setores foi sugerir o armamento de docentes, o que ilustra a quão equivocada pode ser a lógica da violência no trato de questões educacionais. Sob todos os aspectos, o projeto das escolas cívico-militares configura-se como um retrocesso, que compromete o futuro da educação pública brasileira.

CONCLUSÃO

A partir da problemática apresentada que evidenciava a intersecção entre a militarização das escolas públicas civis e o avanço das igrejas neopentecostais, destacadamente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), esta pesquisa buscou demonstrar que tal convergência não constitui um fenômeno isolado ou pontual, mas sim um arranjo estruturado e estrategicamente articulado em torno da consolidação de uma agenda político-religiosa conservadora. A presença da IURD nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG), por meio do programa Universal nas Forças Policiais (UFP) e com a anuência do estado de Goiás e o teor conservador sistemático da Folha Universal, revela um projeto de disciplinamento ideológico que associa fé, segurança e obediência como valores centrais na formação dos sujeitos. Ancorada na Teoria Crítica da Sociedade, a análise empreendida ao longo da primeira seção deste trabalho permitiu evidenciar que tais práticas operam sob a lógica da indústria cultural, promovendo a naturalização da autoridade, o apagamento do dissenso e a conformação de subjetividades alinhadas a uma racionalidade conservadora, autoritária e excludente.

Foi demonstrado que os conteúdos publicados pela IURD obedecem a uma pedagogia da obediência, marcada por slogans morais, simplificações conceituais e mobilizações afetivas que se articulam de maneira eficaz à lógica disciplinar presente nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs). Nessas instituições, que já são naturalmente hierarquizadas e autoritárias, a presença da Igreja Universal — especialmente por meio do programa Universal nas Forças Policiais reforça e legitima discursos de dominação moral, ao associar fé, ordem e autoridade como pilares inquestionáveis do processo educativo.

O recurso à estética da ameaça, à demonização da esquerda e à exaltação de figuras militares e religiosas constitui um projeto político-religioso que orienta comportamentos e molda as formas de percepção da realidade por parte dos estudantes. Ao naturalizar a presença religiosa nesses espaços militarizados, consolida-se uma concepção de escola orientada pela homogeneização das subjetividades, pelo conservadorismo moral e pela reprodução das desigualdades sociais — em flagrante contradição com os princípios democráticos e laicos da

educação pública. Nesse sentido, a presença da IURD nos CEPMGs revela-se como uma expressão de racionalidade instrumental, em que a fé é convertida em controle social e a religião é mobilizada como ferramenta de conservação da ordem vigente. A moralidade cristã é utilizada para justificar a exclusão do pensamento divergente e a reconfiguração da escola pública como espaço de disciplinamento, em detrimento de sua função emancipadora. O discurso da “neutralidade religiosa” é, na prática, uma estratégia de mascaramento da instrumentalização política da fé, que reforça a semiformação dos sujeitos e inibe o exercício crítico.

Por fim, o objetivo deste trabalho foi de contribuir para o debate crítico sobre os impactos da aliança entre religião, militarização e educação no Brasil contemporâneo. Ao iluminar os vínculos entre conservadorismo, moral, instrumentalização da fé e políticas públicas, a pesquisa aponta para a urgência de defender uma escola pública democrática, plural e laica, comprometida com a formação de sujeitos autônomos e críticos. Pesquisas futuras podem aprofundar a investigação no próprio lócus, examinando a atuação da mesma denominação religiosa nos espaços educacionais militarizados dos CEPMGs, bem como analisando os efeitos subjetivos e pedagógicos dessa inserção sobre estudantes, famílias e professores. A luta por uma educação verdadeiramente emancipadora exige o enfrentamento dos dispositivos ideológicos que, sob o disfarce de cuidado e ordem, operam como instrumentos de dominação e silenciamento.

FONTES

UNIVERSAL. O Estado é laico; o voto, não. *Universal.org*, São Paulo, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/o-estado-e-laico-o-voto-nao>.

UNIVERSAL. 5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda. *Universal.org*, São Paulo, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/5-motivos-que-mostram-que-e-impossivel-ser-cristao-e-ser-de-esquerda/>.

UNIVERSAL. Apropriação indébita nas escolas e universidades. *Universal.org*, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/apropriacao-indebita-nas-escolas-e-universidades/>.

UNIVERSAL. Nazismo e comunismo: duas faces da mesma moeda. *Universal.org*, São Paulo, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/nazismo-e-comunismo-duas-faces-da-mesma-moeda/>.

UNIVERSAL. As propostas da esquerda para a família. *Universal.org*, São Paulo, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/as-propostas-da-esquerda-para-a-familia/>.

UNIVERSAL. "Nós vamos transexualizar o seu bebê". *Universal.org*, São Paulo, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/nos-vamos-transexualizar-o-seu-bebe/>.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “Os evangélicos e a ditadura militar”. In: Simpósio: As igrejas na Ditadura, PUC-GO. 2024. Disponível em: <https://congressos.pucgoias.edu.br/as-igrejas-na-ditadura>
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos*”: Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). [S. l.], 2016.
- ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*, 2006.
- ALVES, C.; NEPOMUCENO, M. A. (Org.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. Faperj; Quatert, 2010.
- ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *O provimento de ofícios militares e a organização da defesa na capitania da Bahia (1642-1682)*. *História (São Paulo)*, [s. l.], v. 41, p. e2022053, 2022.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1891/constituicao-15606-24-fevereiro-1891-561724-publicacaooriginal-1-pl.html>
- COSTA, Jean Henrique. *A atualidade da discussão sobre a indústria cultural em Theodor W. Adorno*. *Transversal: Revista de Estudos Culturais*, v. 5, n. 10, p. 134–151, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/GsymXVvZTDrdFjMggJz9ngv/>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Religião, moral e civismo em curso: a marcha da socialização política*. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v.13, n.27, 2019.
- DIAS, Zenilda Rodrigues; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. *Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira*. *Revista Teias*, v. 22, n. especial, 2021.
- FOFANO, Débora; RECH. *Ideologia e Educação na Perspectiva de Louis Althusser*. *Educação em Revista*, vol. 37, e232216, 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; FERREIRA, Sônia Maria. *Cultura, autoritarismo, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública*. *Revista Trabalho Necessário*, 17(32), 2019.

GOIÁS. *Lei nº 21.017, de 26 de maio de 2021*. Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa [...]. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=414844>

GONÇALVES, Leandro Pereira. *O fascismo em camisas verdes*. [S. l.]: Editora FGV, 2020.

HOOERNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-colônia (1550–1800)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas*. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-198.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENTZ, Rodrigo; PENIDO, Ana. *Com a Bíblia e com o fuzil: notas exploratórias sobre a ascensão evangélica nas forças armadas*. *Brasíliana*, v. 10, n. 2, 2021.

LUNARDELLI, Emerson dos Santos; MAIA, Clóvis Antônio. *Razão instrumental e educação: reflexões sobre a escola e as novas tecnologias*. In: *Encontro Nacional de Ensino de Filosofia*, 8., 2024, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: UFPR, 2024. p. 1–15. Disponível em: <https://eventos.setornorte.ufpr.br/enef/anais2024/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: a sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano De. *Forças militares no Brasil colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. [S. l.]: E-Papers, 2009.

MESQUIDA, Peri. *Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum*. *Educar em Revista*, n. 48, p. 235–249, 2013.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. *Educação militar no Brasil: um breve histórico*. [S. l.], v. 6, n. 1, [s.d.].

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; GRACINO JUNIOR, Paulo. *A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022*. *Religião & Sociedade*, v. 43, n. 1, p. 99–124, 2023.

OLIVEIRA, Marcos Marques De. *As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 12, n. 45, p. 945–958, 2004.

PADILHA, Anivaldo. *As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã*. São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial Ltda., 2022.

PASSOS, João Décio. *Pentecostais: Origens e Começo*. São Paulo, SP, Ed. Paulinas., 2005.

PINEL, Wallace Roza; RÊSES, Erlando da Silva. *O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil. Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 12, n. 34, 2021.

PLEYERS, Geoffrey. *A “guerra dos deuses” no Brasil: da Teologia da Libertação à eleição de Bolsonaro. Educação & Sociedade*, v. 41, p. e233566, 2020.

RODRIGUES, Jadir Gonçalves. *De Periferia ao Centro: a Mercantilização do Sagrado*. Goiânia. Editora Descubra., 2003.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RUDAS, Sebastian. *A teoria política da laicidade no Brasil: uma proposta de unificação. Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 445–461, set./dez. 2021.

SANTOS, Catarina De Almeida. *“Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. Educação & Sociedade*, v. 42, p. e244370, 2021.

SANTOS, Eduardo; ALVES, Miriam; REIS, Lívia. *MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS EM ENUNCIADOS DO JORNAL O POPULAR*. [S. l.]: FapUNIFESP (SciELO), 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6298/version/6672>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SINGER, André Vitor; ARAÚJO, Cícero Romão Resende de; BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo de política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VALENTE, Gabriela Abuhab. *Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. Pro-Posições*, v. 29, n. 1, p. 107–127, 2018.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. *Escritos nas fronteiras: os livros de história do protestantismo brasileiro (1928-1982)*. [S. l.], 2011.

XAVIER, Libânia N.; CHAVES, Miriam W. La invención de la escuela pública y sus desarrollos en Brasil: entre el ideal de modernidad y los problemas contemporáneos. *Historia Caribe*, v. 13, n. 33, 2018. Disponível em: http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/2007.

ANEXOS

Colégio Estadual da Polícia Militar Moisés Santana – Silvânia/GO

Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em 13 de março de 2024¹⁰



Detalhamento das fotos anexas à postagem

¹⁰ Disponível em

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02YSGVFJfUPcH5N3mWtUdnzUHm1wbveqSKdFJJTaQeY3eksj9a7Z2z7ZM3AdVWakVI&id=100081166699973





Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em 14 de fevereiro de 2024¹¹



¹¹ Disponível em

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02hVMFmjRszRbc5kAP4XdKksMJghDTLA6VHWck7DKeDMtfP12Ver2GxMRjVkdQbXCQl&id=100081166699973

Detalhamento das fotos anexas à postagem



Figura 1- Membros da UFP com equipe diretiva do CEPMG







Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Pedro Ludovico Teixeira – Senador Canedo/GO

Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em 27 de novembro de 2019¹²



¹² Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0TV3dwWcND8tRV5DgB5ZV4zmdYFGwxKKAYS6Sb7YBQcn6era8T1QBpPvTzqKhHNHI&id=102346584477978

Detalhamento das demais fotos anexas à postagem



Colégio Hugo de Carvalho Ramos – Goiânia/GO¹³

Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em janeiro, setembro e dezembro de 2022



¹³ Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02QbQdJRqFZuQgiG2WkRBU18pxunsmXtrGXcZCzHT7x4EPmpt4snyCKeXQe4vdBPjUI&id=102346584477978

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0kTgfJmJQPVoRbM7PLwh3ZviKhd6hEdC9P8DESUYDXkX1rq3kX8NF4bmTShFm6yPXI&id=102346584477978

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02SpwvsZJrn5662rGnFUHzW7jYvzbMchBq7Xh89mq6PFFc1U2PTaXBEFziGUwxzuJul&id=100081166699973





UFP Goiás

12 de dezembro de 2022 · 🌐

...

PROGRAMA UFP PRESTA ASSISTÊNCIA NO COLÉGIO MILITAR HUGO DE CARVALHO RAMOS.

Na Terça-feira (06/12/2022), integrantes do Programa UFP (Universal nas Forças Policiais), realizou a prestação da assistência espiritual através do momento de reflexão na cerimônia de Formatura de 3ª Série, dos alunos formandos do Colégio Militar na Paróquia Rosa Mística.



👍 5

2 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔄 Compartilhar

Detalhamento das fotos anexas às postagens







Colégio Da Polícia Militar De Goiás Nestório Ribeiro – Jataí/GO

Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em 17 de fevereiro de 2022¹⁴



¹⁴ Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02Msvhrws92FNigwa1Uv4yEsY4Mejud9t8SHzwCLa72FLbFCZp84qHF4Mv47XJPn3cl&id=102346584477978

Detalhamento das fotos anexas às postagens



Colégio Estadual da Polícia Militar Vasco dos Reis – Goiânia/GO

Publicação na página oficial da Universal nas Forças Policiais - UFP no *Facebook*, em 18 de agosto de 2022¹⁵



¹⁵ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=824976568881639&set=a.155842932461676>

Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Silvio de Castro Ribeiro – Jaraguá/GO



Figura 2 – Imagem retirada do “stories” do perfil da UFP no Instagram, em 22 de maio de 2025.